



# COMUNICAÇÃO E AMAZÔNIA

REFLEXÕES SOBRE ECOLOGIA INTEGRAL,  
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE JUSTA

Organizadores:  
**Ricardo Alvarenga e Osnilda Lima**







# COMUNICAÇÃO E AMAZÔNIA

REFLEXÕES SOBRE ECOLOGIA INTEGRAL,  
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE JUSTA

Organizadores:

**Ricardo Alvarenga e Osnilda Lima**

# EXPEDIENTE

Comissão Episcopal para a Comunicação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepac-CNBB)

## **Membros Cepac-CNBB**

Dom Valdir José de Castro, bispo da Diocese de Campo Lima (SP)

Dom Amilton Manoel da Silva, bispo da Diocese de Guarapuava (PR)

Dom Edilson Soares Nobre, bispo da Diocese de Oeiras (PI)

## **Assessores da Cepac-CNBB**

Osnilda Lima, Diocese de Guarapuava (PR)

Padre Tiago Síbula, Diocese de Santo André (SP)

## **Coordenação Geral do 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação da Arquidiocese de Manaus**

Padre Geraldo Ferreira Bendaham

Irmã Rosanna Marchetti

Rosa Maria Rodrigues

## **Coordenação Pedagógica do 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação**

Ricardo Alvarenga – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e Grupo de Reflexão sobre Comunicação (GRECOM/CNBB)

## **Capa**

Mateus Leal

## **Diagramação**

Ricardo Alvarenga

# SUMÁRIO



|                                                                                      |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>O Muticom que se fez rio: comunicação, encontro e ecologia integral em Manaus</b> | <b>08</b> |
| <i>Ricardo Alvarenga e Osnilda Lima</i>                                              |           |

## CONFLUÊNCIA I

### COMPREENDER PARA TRANSFORMAR: FUNDAMENTOS, DIREITOS, TERRITÓRIOS E MEMÓRIAS

|          |                                                                       |           |
|----------|-----------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>Comunicação, transformação social e sustentabilidade justa</b>     | <b>15</b> |
|          | <i>Cicilia M. Krohling Peruzzo</i>                                    |           |
| <b>2</b> | <b>Realismo esperançoso: comunicar a crise sem perder a esperança</b> | <b>29</b> |
|          | <i>Letícia de Araújo</i>                                              |           |
| <b>3</b> | <b>Direito à informação e à comunicação na luta socioambiental</b>    | <b>35</b> |
|          | <i>Larissa Pereira Santos</i>                                         |           |
| <b>4</b> | <b>(Ama)zônias: comunicar desde a Terra Sagrada</b>                   | <b>37</b> |
|          | <i>Tainá Rionegro</i>                                                 |           |
| <b>5</b> | <b>Rios que fluem e frutificam</b>                                    | <b>40</b> |
|          | <i>Ingrid Pereira de Assis</i>                                        |           |
| <b>6</b> | <b>Das águas da memória ao compromisso com a vida</b>                 | <b>43</b> |
|          | <i>Patrícia Gonçalves Saldanha</i>                                    |           |

## CONFLUÊNCIA II

### APRENDER A CUIDAR: EDUCAÇÃO, ESPIRITUALIDADE, BEM VIVER E SABERES ANCESTRAIS

|    |                                                                                                                                                                           |    |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 7  | <b>Educomunicação e práticas sustentáveis na formação cidadã</b><br><i>Joana T. Puntel, fsp</i>                                                                           | 48 |
| 8  | <b>Experiência prática do Grupo Comunicarte na Colômbia</b><br><i>Alma Montoya e Steven Rojas</i>                                                                         | 51 |
| 9  | <b>Espiritualidade ecológica: a fé e a comunicação a partir da Laudato Si' e da Querida Amazônia</b><br><i>Ir. João Gutemberg, Vanessa Xisto e Pe. Júlio Caldeira</i>     | 54 |
| 10 | <b>Comunicação para o Bem Viver: construindo alternativas sustentáveis com a CRB e a Plataforma de Ação Laudato Si'</b><br><i>Ir. Cláudia Chesini, CSC</i>                | 60 |
| 11 | <b>Do rio Napo à Festa das Frutas: sobre os desafios da comunicação que transforma</b><br><i>Ivânia Vieira</i>                                                            | 65 |
| 12 | <b>A Festa das Frutas: uma abordagem antropológica das cerimônias rituais entre os ʘtãpinopona (Tuyuka) do alto rio Negro</b><br><i>Pe. Justino Sarmento Rezende, SDB</i> | 69 |

## CONFLUÊNCIA III

### FAZER CIRCULAR A PALAVRA: RÁDIO, REDES, JUVENTUDES E MOBILIZAÇÃO

|    |                                                                                                                                      |    |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 13 | <b>Rádio como ferramenta de educação e mobilização socioambiental</b><br><i>Joelma Viana dos Santos</i>                              | 74 |
| 14 | <b>Entre rios e ondas: a Rede de Notícias da Amazônia e a comunicação que conecta territórios e povos</b><br><i>Carlos Alexandre</i> | 78 |

|    |                                                                                                                                |    |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 15 | <b>Chama da Palavra: formação em rádio digital, comunitária e cidadã</b><br><i>Franklin Machado</i>                            | 81 |
| 16 | <b>Redes que lutam, vozes que germinam: o ativismo digital pela justiça socioambiental</b><br><i>Rakel de Castro</i>           | 84 |
| 17 | <b>Comunicação para mudar as coisas: o ativismo digital e a Campanha Mar de Luta</b><br><i>Henrique Cavaleiro</i>              | 88 |
| 18 | <b>Narrar para amplificar: juventudes, comunicação e justiça socioambiental no MAGIS Brasil</b><br><i>Guilherme de Freitas</i> | 92 |

## CARTOGRAFIA DAS CONFLUÊNCIAS

### VOZES, APRENDIZAGENS E COMPROMISSOS COLETIVOS DOS PARTICIPANTES DO MUTICOM

|    |                                                                                                                                                       |     |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 19 | <b>Percurso Metodológico e reflexão coletiva</b><br><i>Ricardo Alvarenga e Osnilda Lima</i>                                                           | 98  |
| 20 | <b>Nascentes: o que nos moveu, sentimentos, valores e motivações de uma comunicação que gera mudança</b><br><i>Ricardo Alvarenga</i>                  | 104 |
| 21 | <b>Correntezas: o que a escuta nos revelou nos revelou sobre impactos, descobertas, conflitos e mudanças de percepção</b><br><i>Ricardo Alvarenga</i> | 110 |
| 22 | <b>Travessias: para onde queremos seguir, nossos caminhos, prioridades e possibilidades de ação</b><br><i>Ricardo Alvarenga</i>                       | 120 |
| 23 | <b>Encontro das Águas: compromissos que emergem em uma agenda coletiva de transformação social</b><br><i>Ricardo Alvarenga</i>                        | 132 |
| 24 | <b>Compromissos assumidos em oração por todos os participantes do Muticom</b>                                                                         | 141 |

## APRESENTAÇÃO

O MUTICOM QUE SE FEZ RIO: COMUNICAÇÃO, ENCONTRO  
E ECOLOGIA INTEGRAL EM MANAUS<sup>1</sup>*Ricardo Alvarenga<sup>2</sup> e Osnilda Lima<sup>3</sup>*

“Sonho que se sonha só é apenas um sonho. Mas sonho que se sonha junto torna-se realidade”. Foi a partir dessa convicção que o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação começou a ganhar forma: primeiro como desejo, depois como projeto e, por fim, como encontro vivo entre pessoas, instituições, comunidades, saberes e territórios. O Muticom 2025 nasceu de um sonho sonhado coletivamente por comunicadores e comunicadoras que acreditam na força da palavra, da escuta, da presença e da comunicação como caminho de transformação.

Realizado de 25 a 28 de setembro de 2025, em Manaus, no Amazonas, o evento nos reuniu no coração da Amazônia para celebrar, refletir e assumir compromissos em torno do tema **“Comunicação e Ecologia Integral: transformação e sustentabilidade justa”**. No Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques, vivemos dias intensos de formação, espiritualidade, partilha e compromisso, acolhendo centenas de participantes vindos de diferentes regiões do Brasil.

Mais do que uma programação, o Muticom 2025 foi uma travessia. Uma experiência de confluência entre vozes, histórias, práticas e esperanças.

---

<sup>1</sup> Texto de apresentação elaborado especialmente para este e-book, a partir da memória da programação, dos painéis, dos Rios Amazônicos Temáticos, das homenagens, dos lançamentos e das experiências vividas no 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, realizado em Manaus-AM, de 25 a 28 de setembro de 2025.

<sup>2</sup> Doutor e mestre em Comunicação Social. Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) atua nas áreas de comunicação, jornalismo, religião e transformação social. Integra o Grupo de Reflexão sobre Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

<sup>3</sup> Jornalista, comunicadora popular e assessora interna da Comissão Episcopal para a Comunicação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É especialista em Dimensão Social da Fé e atua em processos de formação, articulação e reflexão sobre comunicação e evangelização no contexto da Igreja no Brasil.

Inspirado pela força simbólica dos rios amazônicos, o encontro nos recordou que a comunicação, assim como as águas, percorre caminhos, atravessa margens, aproxima territórios e sustenta a vida. Cada atividade, cada painel, cada roda de conversa e cada partilha revelou que comunicar é também cuidar, mobilizar, resistir e construir, juntos, novas possibilidades de futuro.

A abertura, no dia **25 de setembro**, marcou o início dessa travessia comum. O credenciamento acolheu os participantes que chegavam à capital amazonense, preparando o ambiente para a Missa Amazônica, o jantar de integração, a Celebração do Encontro e a Noite Cultural. Desde o primeiro dia, o evento se revelou como espaço de comunhão, escuta e celebração da diversidade cultural, espiritual e comunicacional da Amazônia e do Brasil.

Na sexta-feira, **26 de setembro**, a programação iniciou com um Momento de Espiritualidade e a memória do dia anterior, reafirmando a importância de fazer do encontro também um exercício de escuta e de registro coletivo. Em seguida, o primeiro painel, com o tema “Comunicação e Ecologia Integral”, contou com as contribuições de Gilvan Sampaio, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e Rosiene Carvalho, da BandNews Amazônia, sob mediação da professora Ivânia Maria Carneiro Vieira, da Universidade Federal do Amazonas. O painel provocou reflexões fundamentais sobre os desafios ambientais, climáticos, científicos e comunicacionais do nosso tempo.

Após o intervalo, a Conversa de Beira de Rio permitiu uma interação mais próxima entre participantes e painelistas, fazendo circular perguntas, inquietações e experiências. Ainda pela manhã, houve o lançamento de livros, valorizando a produção intelectual, pastoral, acadêmica e comunicacional de pessoas e instituições comprometidas com a reflexão crítica sobre comunicação, sociedade, ecologia integral e ação evangelizadora. Foram lançadas as obras *Pastoral Digital: uma mudança paradigmática*, de Ir. Joana T. Puntel e Marcus Tullius; *O Jornalismo nas Rádios Comunitárias*, de Cilton José Rosembach; *Comunicação e Ecologia Integral: transformação e sustentabilidade justa*, do GRECOM/CNBB; e *COP30 nas Escolas: amigos da Casa Comum*, do Regional Norte 2 da CNBB. Esses lançamentos expressaram a diversidade de olhares que atravessaram o Muticom 2025, reunindo contribuições sobre pastoral digital, jornalismo comunitário, comunicação socioambiental, educação, ecologia integral e compromisso com a Casa Comum.

Durante as tardes de sexta-feira e sábado, os participantes mergulharam nos **Rios Amazônicos Temáticos**, espaços de reflexão, diálogo e partilha de experiências inspiradoras. Cada rio foi organizado em torno de uma temática específica e contou com dois momentos centrais: o Caminho da Mudança, voltado à reflexão conceitual e provocativa, e a Comunicação que Transforma,

dedicado à apresentação de experiências concretas. A dinâmica incluiu ainda os momentos de Trocar Ideias e Partilhar o Sentir, a Confluência dos Saberes e, ao final, a Confluência dos Rios Amazônicos em plenária.

No sábado, **27 de setembro**, o segundo painel aprofundou o tema “Comunicação, Transformação Social e Sustentabilidade Justa”, com a presença da professora Cicilia Maria Krohling Peruzzo, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e da jornalista Elaíze Farias, da Amazônia Real. A mediação foi realizada por mim, Prof. Ricardo Alvarenga, representando o GRECOM da CNBB. Foi um momento de grande densidade reflexiva, no qual comunicação popular, cidadania, justiça socioambiental, jornalismo independente e compromisso com os territórios foram colocados no centro do debate.

Ainda no sábado, a programação contou com um momento especial de homenagens, reconhecendo trajetórias, instituições e iniciativas que têm contribuído de forma significativa para a comunicação comprometida com a justiça socioambiental, a ecologia integral, os territórios e os povos da Amazônia. Foram homenageados Irmã Joana T. Puntel, fsp, referência histórica na reflexão sobre comunicação e Igreja no Brasil; Padre Dário Bossi, por sua atuação profética em defesa dos direitos socioambientais; a Rede de Notícias da Amazônia, pelo fortalecimento do jornalismo regional e da comunicação em rede nos territórios amazônicos; a Justiça nos Trilhos, por sua incidência junto às comunidades impactadas por conflitos socioambientais; e a Mídia Indígena, pela força de suas narrativas, pela defesa dos povos originários e pela afirmação de uma comunicação produzida a partir dos próprios territórios.

Após as homenagens, a programação seguiu com a continuidade das atividades nos Rios Amazônicos Temáticos. Ao final da tarde, os participantes partiram para uma imersão nas comunidades manauaras, gesto que expressou uma das intuições centrais do Muticom 2025: não basta falar sobre os territórios; é preciso escutá-los, visitá-los, reconhecê-los e aprender com eles.

O encerramento, no domingo, 28 de setembro, foi profundamente simbólico. A saída do Centro de Convenções para o Porto do Ceasa conduziu os participantes à Celebração da Comunicação no Encontro das Águas. Ali, diante da confluência entre o Rio Negro e o Rio Solimões, o Muticom encontrou uma de suas imagens mais fortes. Como águas que seguem lado a lado, sem perder sua identidade, mas compondo juntas a grandeza do Amazonas, também os saberes, experiências e práticas reunidos nesses dias apontaram para a necessidade de uma comunicação plural, enraizada, ética, sensível e transformadora.

Este e-book nasce como memória, sistematização e continuidade dessa travessia. Não se trata apenas de reunir textos apresentados durante o evento,

mas de organizar, em forma de obra coletiva, os fundamentos, experiências, provocações e compromissos que emergiram do Muticom 2025. Cada capítulo aqui reunido carrega algo da força dos rios que inspiraram o encontro: movimento, escuta, partilha, território, resistência, espiritualidade, denúncia, esperança e transformação.

A estrutura do e-book foi organizada em três grandes confluências, além de uma cartografia final construída a partir das vozes e aprendizagens dos participantes dos Rios Amazônicos Temáticos. A escolha pela imagem da confluência não é apenas estética. Ela traduz uma compreensão profunda do que vivemos em Manaus: diferentes águas, vindas de diferentes nascentes, encontrando-se sem perder sua identidade, mas compondo juntas um percurso comum.

A primeira parte, **Confluência I — Compreender para transformar: fundamentos, direitos, territórios e memórias**, reúne textos que oferecem bases conceituais, críticas e reflexivas para pensar a comunicação no contexto da ecologia integral e da sustentabilidade justa. Nessa seção, o leitor encontrará contribuições sobre comunicação e transformação social, realismo esperançoso, direito à informação, comunicação desde os territórios amazônicos, memória, justiça socioambiental e compromisso com a vida. São textos que ajudam a compreender os desafios do tempo presente para que possamos enfrentá-los com mais lucidez, responsabilidade e compromisso coletivo.

Essa primeira confluência é aberta pelo texto **“Comunicação, transformação social e sustentabilidade justa”**, de Cicilia M. Krohling Peruzzo, cuja trajetória intelectual ajuda a situar a comunicação popular, comunitária e cidadã como prática vinculada à participação social e à transformação da realidade. Em seguida, **“Realismo esperançoso: comunicar a crise sem perder a esperança”**, de Letícia de Araújo. A seção segue com **“Direito à informação e à comunicação na luta socioambiental”**, de Larissa Pereira Santos; **“(Ama)zônias: comunicar desde a Terra Sagrada”**, de Tainá Rionegro; **“Rios que fluem e frutificam”**, de Ingrid Pereira de Assis; e **“Das águas da memória ao compromisso com a vida”**, de Patrícia Gonçalves Saldanha.

A segunda parte, **Confluência II — Aprender a cuidar: educação, espiritualidade, bem viver e saberes ancestrais**, aprofunda a dimensão formativa, espiritual e cultural da comunicação para a ecologia integral. Os textos reunidos nesta seção indicam que comunicar também é educar, cultivar vínculos, reconhecer saberes, escutar os povos, aprender com os territórios e fortalecer práticas de cuidado com a Casa Comum. Aqui, a comunicação aparece

como experiência pedagógica, pastoral, comunitária e ancestral, capaz de formar consciências e sustentar novas formas de presença no mundo.

Essa confluência reúne o texto **“Educomunicação e práticas sustentáveis na formação cidadã”**, de Joana T. Puntel, fsp, com a colaboração de Everaldo Cordeiro; a **“Experiência prática do Grupo Comunicarte na Colômbia”**, de Alma Montoya e Steven Rojas; e **“Espiritualidade ecológica: a fé e a comunicação a partir da Laudato Si’ e da Querida Amazônia”**, de Ir. João Gutemberg, Vanessa Xisto e Pe. Júlio Caldeira. Também integram essa parte os textos **“Comunicação para o Bem Viver: construindo alternativas sustentáveis com a CRB e a Plataforma de Ação Laudato Si’”**, de Ir. Cláudia Chesini, CSC; **“Do rio Napo à Festa das Frutas: sobre os desafios da comunicação que transforma”**, de Ivânia Vieira; e **“A Festa das Frutas: uma abordagem antropológica das cerimônias rituais entre os ʼTāpinopona (Tuyuka) do alto rio Negro”**, de Pe. Justino Sarmiento Rezende, SDB.

A terceira parte, **Confluência III — Fazer circular a palavra: rádio, redes, juventudes e mobilização**, reúne experiências que mostram a comunicação em movimento. São textos que tratam de rádio, redes digitais, formação de juventudes, ativismo, comunicação comunitária, campanhas socioambientais e práticas de mobilização. Essa seção evidencia que a comunicação transformadora não permanece fechada em discursos institucionais ou acadêmicos. Ela circula nas ondas do rádio, nos territórios, nas redes sociais, nas comunidades, nas juventudes, nos movimentos populares e nas iniciativas que buscam transformar denúncia em participação e participação em compromisso.

Integram essa parte os textos **“Rádio como ferramenta de educação e mobilização socioambiental”**, de Joelma Viana dos Santos; **“Entre rios e ondas: a Rede de Notícias da Amazônia e a comunicação que conecta territórios e povos”**, de Carlos Alexandre; **“Chama da Palavra: formação em rádio digital, comunitária e cidadã”**, de Franklin Machado; e **“Redes que lutam, vozes que germinam: o ativismo digital pela justiça socioambiental”**, de Rakel de Castro. A seção também acolhe **“Comunicação para mudar as coisas: o ativismo digital e a Campanha Mar de Luta”**, de Henrique Cavalheiro e **“Narrar para amplificar: juventudes, comunicação e justiça socioambiental no MAGIS Brasil”**, de Guilherme Freitas.

Por fim, o e-book apresenta a **Cartografia das Confluências: vozes, aprendizagens e compromissos coletivos dos participantes do Muticom**, uma sistematização elaborada a partir das reflexões coletivas produzidas nos Rios Amazônicos Temáticos. Essa parte final inicia com a apresentação do **percurso metodológico da reflexão coletiva**, situando a dinâmica dos Rios, as

rodadas de partilha e o tratamento do material sistematizado. Em seguida, a cartografia se desdobra em quatro movimentos: **Nascentes: o que nos moveu**, reunindo sentimentos, valores, reflexões e motivações; **Correntezas: o que a escuta nos revelou**, registrando impactos, descobertas, conflitos e mudanças de percepção; **Travessias: para onde queremos seguir**, apontando caminhos, prioridades, próximos passos e possibilidades de ação; e **Encontro das Águas: compromissos que emergem em uma agenda coletiva de transformação social**, apresentando as proposições e os compromissos construídos coletivamente. A publicação se encerra com os **compromissos assumidos em oração por todos os participantes do Muticom**, retomando, em chave espiritual, o chamado à comunicação, à ecologia integral e ao cuidado com a Casa Comum.

Com essa organização, desejamos que o e-book seja mais do que um registro documental do Muticom 2025. Nossa intenção é que ele se torne instrumento de formação, memória e mobilização. Que possa ser lido por comunicadores, agentes de pastoral, jornalistas, pesquisadores, lideranças comunitárias, educadores, jovens, religiosos, religiosas, movimentos sociais e todas as pessoas comprometidas com a comunicação a serviço da vida.

Ao reunir fundamentos, experiências e compromissos, esta publicação reafirma uma convicção que atravessou todo o encontro em Manaus: a comunicação não é apenas um meio para transmitir informações. Ela é território de encontro, prática de cuidado, exercício de cidadania, ferramenta de incidência, caminho de espiritualidade e força de transformação social.

Que este e-book ajude a manter viva a experiência do Muticom 2025 e inspire novas práticas comunicacionais comprometidas com a ecologia integral, com a justiça socioambiental, com os povos e comunidades da Amazônia e com a construção de uma sociedade mais fraterna, democrática e sustentável.

Que as águas que nos encontramos em Manaus continuem correndo em nossas práticas, em nossas comunidades e em nossas formas de comunicar. Que sigamos, como rios, abrindo caminhos, fecundando margens e fazendo da comunicação uma travessia coletiva em defesa da vida.



# CONFLUÊNCIA I

***COMPREENDER PARA  
TRANSFORMAR:  
FUNDAMENTOS, DIREITOS,  
TERRITÓRIOS E MEMÓRIAS***

## CAPÍTULO 1

**COMUNICAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE JUSTA<sup>4</sup>***Cicilia M. Krohling Peruzzo<sup>5</sup>*

O tema proposto é de extrema atualidade e urgência diante das condições socioambientais em que vivemos no Brasil e no mundo. Vou abordá-lo a partir de um cenário um pouco mais amplo porque a comunicação e os meios de comunicação não acontecem em si mesmos. Eles sempre estão num contexto, têm donos e protagonistas — empresariais, individuais ou coletivos — e têm intencionalidades. Sempre há uma posição política e ideológica no conteúdo das mensagens.

Com o objetivo de provocar reflexões frente ao momento presente, mas com vistas ao futuro, desenvolvo o tema a partir de três tópicos: a) Comunicar para transformar. Que transformação? b) A comunicação necessária; c) Comunicação e sustentabilidade justa.

**Comunicar para transformar. Que transformação?**

O eixo central da proposta temática é a transformação. Mas de qual transformação estamos falando? Às vezes usamos o termo mudança como sinônimo de transformação, mas, sociologicamente, a mudança tem um sentido mais restrito. Pode haver mudança da temperatura do auditório onde estamos, de calorento para fresco, por exemplo. Já a palavra transformação remete a algo mais profundo, revolucionário.

Na perspectiva do 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, levando em conta a história desse evento, a *Encíclica Laudato Si* e a *Exortação Apostólica*

---

<sup>4</sup> Texto elaborado a partir da reflexão apresentada no painel “Comunicação, Transformação Social e Sustentabilidade Justa”, realizado no 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM, no dia 27 de setembro de 2025.

<sup>5</sup> Doutora em Comunicação Social e pesquisadora da área de comunicação popular, comunitária, alternativa e cidadã. Sua trajetória acadêmica é marcada por estudos sobre participação social, movimentos populares, cidadania, direito à comunicação e transformação social.

*Laudate Deum* e o contexto mundial em que vivemos, transformar não é mudar o verniz, não é chamar a economia de verde, nem muito menos continuar com os mesmos atos predatórios. Transformar requer transmutar as estruturas, as políticas públicas, o modo de pensar e as práticas que conduzem à destruição ambiental, mas também às desigualdades, à injustiça, à discriminação, ao extrativismo e ao consumismo e, que consequentemente, geram desgaste e sofrimento, tanto das pessoas quanto da natureza e do cosmo.

Diante dessa complexa situação, fala-se em ecologia integral. O que está em questão não é só o ambientalismo, nem somente as inter-relações entre os seres vivos e outros seres na natureza. O que está em questão é também a vida. O que está em questão são as condições de existência e o modo como operamos na Casa Comum.

Não há separação entre seres humanos, o meio ambiente e as estruturas que configuram os modos de vida e de convivência na Terra, ou seja, tanto as bases que sustentam a economia, os sistemas político e jurídico e a cultura, quanto os sistemas de comunicação, as relações sociais e as relações das pessoas e organizações com a natureza. Desse modo, a transformação vista por esse ângulo se relaciona com a alteração necessária das condições que nos movem no dia a dia, desde os pequenos territórios nos quais nos relacionamos até os mecanismos amplos da sociedade.

A comunicação, como sabemos, se interconecta com todos os processos, tanto aqueles que reproduzem os mecanismos expropriadores quanto os que buscam mudanças. Ela informa, denuncia, sensibiliza, ajuda a desenvolver o conhecimento, a mudar hábitos, a difundir visões de mundo e a mobilizar as pessoas e instituições a favor de mudanças. Assim, pode contribuir também para a transformação, e não só para a acomodação e o conformismo.

Cabe lembrar que a transformação social é uma importante chave do pensamento de Paulo Freire. Para Freire (1979; 1981), ela passa pela educação dos amplos setores da sociedade, pela conscientização e ação sobre a realidade. Por defender a educação para todos, ele criou o método de alfabetização de jovens e adultos, voltado àqueles sem condições de frequentar os bancos escolares e as universidades. Os princípios desse método foram apropriados pela educação popular desde os anos 1970, pois se baseiam na pedagogia libertadora. Essa pedagogia é essencialmente comunicativa porque se realiza no diálogo (Freire, 1981), na escuta e na troca de saberes, tendo a realidade como mediadora.

Esse ensinamento de Freire continua apropriado para os dias de hoje. Não cabe impor ideias. Nem se consegue impô-las porque as pessoas estão cheias de opinião, às vezes sem razão, porque se baseiam em informações

falsas, além de não quererem escutar o outro. Então, a conscientização só acontece através do desenvolvimento do conhecimento profundo. O desafio é contribuir para que a própria pessoa possa gerar conhecimento novo, a partir do diálogo. Diálogo não é disputa de ideias, como também já disse Freire (1977). É comunicação. É o encontro que se dá na ação-reflexão: no refletir-agir-refletir.

Voltando à questão de que transformação estamos buscando, há que se levar em conta que, para enfrentar os grandes problemas de hoje, ela precisa ser profunda, modificar as estruturas, os alicerces que sustentam a economia. Como disse o Papa Francisco na *Laudato Si*, é preciso dar nome às coisas. E o nome do sistema causador de tantos problemas é o modo de produção capitalista. O Arcebispo de Manaus, Cardeal Dom Leonardo Steiner, disse na sessão de abertura do 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação: não tenham medo. Então, esse é um chamado para olharmos a fundo as realidades que nos cercam.

Mudanças climáticas. Trata-se de um problema para o qual a ciência indica soluções há décadas, mas, na prática, não há grandes avanços porque a lógica que move os negócios continua sendo o desenvolvimentismo. São elaborados documentos e realizadas conferências mundiais para discutir e encaminhar soluções, como a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP 30, que se realiza em Belém, estado do Pará, em novembro de 2025, mas a destruição dos ecossistemas, as desigualdades, a pobreza, as doenças, a criminalização dos imigrantes, a violência e a poluição continuam aumentando.

Como se pode observar, esta conferência é a COP 30; portanto, outras 29 já aconteceram em diferentes partes do mundo, com proposições importantes, mas as políticas e as práticas têm ficado aquém das exigências de mudança de que o mundo precisa. Então, as mudanças exigem a transformação dos alicerces que sustentam os modos de produzir, extrair, progredir e consumir. Já existem alternativas como Economia Solidária, Economia de Comunhão, Economia Circular, Cooperativismo, mas seguem em esferas tópicas e minoritárias.

Vivemos hoje um debate sobre a necessidade de passarmos de um modelo de desenvolvimento baseado na ideia de progresso entendido como crescimento econômico e avanço tecnológico para outro que ainda não se sabe bem qual seria; entretanto, a ideia central é que priorize o respeito à vida no planeta. Nesse sentido, advoga-se pelo fim do antropoceno, ou seja, de uma concepção de sociedade que coloca em primeiro lugar os interesses humanos — de riqueza, de lucro sem medida, de acumulação e de consumo. É uma visão de sociedade que considera o ser humano como superior, separado e acima da

natureza (Sólon, 2019), o que justificaria o extrativismo, o consumismo, a destruição ambiental e assim por diante, mesmo com prejuízos aos ecossistemas e à vida humana e à natureza.

Na *Carta Encíclica Laudato Si* (2015, p. 1), o Papa Francisco, sem usar a palavra antropoceno, apontou para esse problema ao dizer: crescemos a pensar que “éramos os proprietários [da Mãe Terra] e seus dominadores, autorizados a saqueá-la. [...] Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra. O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta: o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos”.

Enfim, no lugar do antropoceno há que se desenvolver o biocentrismo, concepção que defende que todas as formas de vida e de seres, mesmo os inertes, importam e estão inter-relacionados, em contextos de convivência respeitosa entre humanos e a natureza. As visões e valores de que o homem e a mulher têm primazia sobre os demais seres impregnam as culturas pessoais e institucionais e são reproduzidas nas práticas e nos modos de pensar, e acabam conduzindo o mundo ao estado em que se encontra atualmente.

Pensem na questão das mudanças climáticas, que mostram sua cara nas enchentes, inundações e desastres ambientais, e nas ondas de calor e de frio em diferentes partes do mundo. Pensem na discriminação dos imigrantes, às vezes forçados a deixar seu habitat em decorrência das desastrosas interferências no meio ambiente e da pobreza. Pensem nas consequências do racismo, do feminicídio e da LGBTfobia, que, aliás, expressam outra face do antropoceno — o patriarcalismo, que institui a discriminação, fere as pessoas e as desumaniza. Pensem na violência e na cultura do ódio que divide a sociedade entre os que merecem e os que não merecem respeito, em decorrência de visões preconceituosas e desumanizadas do outro. Pensem na poluição do mar e na destruição das florestas.

Enfim, estes e tantos outros são sinais de morte. E a responsabilidade para se “adiar o fim do mundo”, numa alusão ao que disse Ailton Krenak (2020), é dos governos, das instituições, mas também das pessoas, de cada pessoa, inclusive dos empresários e donos do capital. Por detrás dos negócios e das decisões há pessoas. Contudo, há que se reconhecer que o processo para salvar o mundo também já começou, aliás, existe há séculos e tem crescido nos últimos tempos. São iniciativas de diferentes atores. Elas podem ser observadas nas práticas produtivas de base sustentável na agroecologia, no consumo consciente, na arquitetura e no urbanismo etc., na realização de conferências mundiais sobre clima e tantos outros temas vitais.

Esses sinais também estão presentes nas lutas dos movimentos sociais populares, de comunidades e de tantas outras organizações sociais e coletivos

sem fins lucrativos da sociedade civil que agem por mudanças concretas nas práticas cotidianas e por políticas públicas condizentes com as demandas das localidades, mas também das nações e do planeta.

Especificamente, os movimentos sociais populares em seus diferentes tipos, os setores progressistas das igrejas — como tão bem demonstram as pastorais da Igreja Católica, as comissões, as Comunidades Eclesiais de Base —, as associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras, organizações não governamentais cívicas, grupos de jovens, grupos de mulheres, coletivos populares, entre outros, são atores cívicos que se organizam e atuam para modificar a realidade opressiva e perigosa; às vezes, atuam sobre problemáticas específicas, segundo a situação local, mas que têm relação com o global. São iniciativas em favor do coletivo, do interesse público, da civilização.

Trata-se de um amplo movimento intrínseco às forças que buscam o bem comum, e agitam o modo de estar no mundo em favor da justiça social e da emancipação humana para a condição de sujeito. Contudo, esse movimento não é majoritário, nem é algo compartilhado pelo conjunto da sociedade. Há conflitos, disputas de visões de mundo, há o negacionismo e a desinformação como meio de contra-ataque, cuja difusão tem sido facilitada através das redes sociais digitais. Enfim, o movimento cidadão encontra resistências, mas não deixa de existir, e isso perdura há séculos.

A comunicação faz parte desses processos. Vale frisar que todos os meios de comunicação impressos, audiovisuais, plataformas digitais, aplicativos e redes sociais digitais — dos corporativos privados aos eclesiásticos, dos populares e comunitários aos independentes — contribuem para a educação das pessoas, seja em favor da cidadania, seja contra ela.

É diante da percepção de que os grandes meios de comunicação tradicionais e plataformizados não dão conta das necessidades de comunicação da sociedade civil, que os setores populares, grupos e comunidades criam e desenvolvem seus próprios meios e modos de comunicação para poderem se comunicar segundo seus interesses, visões de mundo e exigências do momento. Essa comunicação é transformadora porque denuncia e anuncia. Denuncia as contradições, as mazelas da sociedade. Anuncia as reivindicações, as ações necessárias e as conquistas solidárias.

Essa comunicação sempre procura avançar e incorporar as tecnologias do seu tempo. Hoje em dia, essas práticas comunicativas exigem cuidados por parte de seus gestores para não considerarem que, ao usarem as mídias digitais, não precisam mais dos outros meios ou que a presença nas plataformas digitais resolve tudo, pois, na prática, há necessidade de uma multiplicidade de

formas e meios para se comunicar. Afinal, as condições de acesso e de apropriação dos conteúdos são desiguais, sem falar na eficácia da comunicação direta.

### **A comunicação necessária**

A comunicação necessária é aquela que liberta, é multifacetada e intercultural. Liberta da visão de mundo pelas lentes opressoras, da ignorância e da consciência ingênua (Freire, 1979). É multifacetada porque não é única. Possui vários modos e vários protagonistas: dos boletins aos programas de rádio, da comunicação face a face aos aplicativos e mídias digitais. É desenvolvida por pequenos grupos, coletivos, associações e organizações cívicas. É também intercultural ao buscar construir uma sociedade justa e equitativa, pois é preciso reconhecer e respeitar as diferenças, a diversidade e a pacífica convivência entre as pessoas e entre as distintas culturas.

Entre os múltiplos modos e distintos protagonistas dessa comunicação, destaco a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, que tomo como uma categoria aglutinadora para caracterizar a comunicação dos segmentos subalternizados, mas organizados da sociedade civil. É a comunicação de resistência que ocorre no âmbito dos movimentos sociais, comunidades, pastorais, comissões, grupos de jovens, coletivos populares etc., que atuam na perspectiva cidadã e lutam por direitos. É a comunicação que carrega um sentido comunal, pois é feita para, com e por comunidades. A esses tipos de atores coletivos somam-se muitos outros que também estão comprometidos com a justiça e o desenvolvimento da cidadania, e que possuem seus próprios meios de comunicação.

Refiro-me a setores das igrejas e organizações correlatas, aos meios de comunicação alternativa e independente cívicos, que desenvolvem características distintas da comunicação comunal, mas são igualmente importantes. Contudo, ao falar desses meios há que se reconhecer aqueles que estão prenhes da índole cidadã, distinguindo-os daqueles que, às vezes, também se dizem alternativos e independentes, mas demonstram que são anticívicos e até fascistas.

A comunicação que liberta, melhor dizendo, que ajuda na emancipação, porque ninguém liberta ninguém — é a própria pessoa que se liberta, não sozinha, mas em comunhão com os outros (Freire, [1968] 2019) — interliga-se à educação popular. É a educação vinculada aos processos de conscientização, organização e ação dos atores coletivos com a finalidade de transformar a

realidade, de acordo com as necessidades de comunicação de cada grupo, comunidade ou outro segmento social.

Essa comunicação é feita na prática, mas já tem teoria. Nas suas origens incorporou princípios da pedagogia freiriana que alimentaram algumas dimensões até hoje vivenciadas. Freire os desenvolveu no bojo da educação, mas aqui os vejo no universo da comunicação transformadora. A primeira dimensão é a do vínculo, ou seja, a sintonia com a realidade. A comunicação popular acontece enraizada no contexto em que se efetiva. Por exemplo, a situação da juventude, problemas em uma localidade, a violência contra meninas e mulheres. São processos comunicativos que geram conteúdos locais, que valorizam a cultura da região e a linguagem, e acima de tudo, se vinculam às dinâmicas de intervenção social. É a prática do Ver-Julgar-Agir, método desenvolvido pelo padre Joseph Cardijn, já bastante praticado no seio da Igreja Católica.

A segunda dimensão da comunicação transformadora é a dialógica, que tem como base o diálogo. O diálogo para Freire é uma premissa da comunicação humana. A comunicação se dá na reciprocidade, no falar-escutar-falar, ou seja, é diferente de informar. É quando os emissores e receptores se revezam na condição de sujeito. Portanto, a comunicação se dá no seio de relações colaborativas, na troca de conhecimentos e na coordenação de ações.

Essa é a razão que nos leva à terceira dimensão: a comunicação horizontal. Ela é democrática. O protagonismo popular é a engrenagem mestre. Por exemplo, as rádios comunitárias, como a Rádio Cantareira, de São Paulo, facilitam a participação da população no fazer rádio, preparando, inclusive, radialistas populares, por intermédio de cursos de formação em comunicação comunitária. A incorporação dos sistemas de rádio, podcast, TVWeb, perfis e canais em plataformas digitais, sites etc. mostra que os movimentos sociais, associações e comunidades criam seus próprios canais de comunicação, mas cabe frisar que a comunicação popular e comunitária ultrapassa os meios e o uso de tecnologias. Ela também se realiza cara a cara e é interpessoal e grupal. Esses atores coletivos se apropriam de tecnologias digitais, mas sem deixarem de usar as tradicionais, conforme a realidade do lugar.

A quarta dimensão é a participação. Por tudo o que já foi falado, percebe-se que a participação é a base do processo de comunicação popular e comunitária. A opção pela participação popular é método e estratégia. O método é o que viabiliza todo o processo de envolvimento das pessoas no fazer comunicacional: a dialogia, a preparação para desenvolver habilidades e a distribuição dos espaços de fala e do poder de decisão. A participação é estratégica porque aposta no desenvolvimento das pessoas e, assim, pode

ajudar na devolução da palavra ao povo para que exerça o direito de comunicar. Mario Kaplún (1985) já mostrou, ainda nos anos 1980, que nesse processo os receptores se tornam emissores. A estratégia também inclui o empoderamento de canais próprios de comunicação com a finalidade de servir ao processo de mudança de visões e ao engajamento social.

No interior desse contexto, realiza-se a quinta dimensão dessa comunicação, que é a conscientização, categoria muito forte no pensamento de Paulo Freire (1979, 1981), e que também é o que motiva toda a práxis sociocomunicacional cidadã: ajuda a desenvolver o pensar crítico sobre a realidade e a tomada de consciência sobre os próprios direitos.

Por fim, surge a sexta dimensão que se dá embutida em todo o processo: a transformação. A razão de ser dessa comunicação cidadã participativa e dialógica é transformar a vida das pessoas que sofrem opressão, é mudar as condições estruturais que levam ao desrespeito aos direitos, à destruição do meio ambiente e, oxalá, provocar a mudança de políticas públicas e da própria sociedade.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), por exemplo, ao mesmo tempo em que luta pelo direito das pessoas de permanecerem em suas terras diante de ameaças de construção de barragens para reter as águas de rios, bem como pelos direitos dos atingidos pelo rompimento de barragens de mineradoras, propõe novas políticas públicas energéticas. O Coletivo Justiça nos Trilhos, que atua no Corredor de Ferro de Carajás, que corta municípios do Maranhão e do Pará, atua nas lutas das comunidades afetadas pela mineração e pelo agronegócio, hoje focados em um modelo de desenvolvimento apropriado dos recursos da natureza.

As dimensões da comunicação popular e comunitária discutidas acima não necessariamente se realizam todas ao mesmo tempo, mas cada uma tem sua importância singular. Às vezes, ela é mais comunitarista, mas falta ampla participação popular e ênfase no tratamento das problemáticas locais. Outras vezes, é participativa, mas falta uma estratégia de longo prazo visando à transformação da sociedade. Enfim, suas práticas dependem da conjuntura, dos gestores, do nível de conscientização, das estratégias e metas. O importante é que, pouco a pouco, se passe de metas tópicas para metas futuras, estratégicas, com alguma dose de utopia.

### **Comunicação e sustentabilidade justa**

Sustentabilidade justa é a que une justiça climática e justiça social e as demais equidades, como as jurídicas, econômicas, étnicas e assim por diante. A

justiça, em Aristóteles, que viveu nos anos 300 antes de Cristo, no livro *Ética de Nicômaco* (2014), refere-se à virtude. Justo significa o legal, o igual ou o equitativo. A injustiça indica transgressão, tanto da lei quanto do indivíduo que quer mais do que aquilo que lhe é devido.

Então, na base da justiça estão os direitos (e os deveres) e o reconhecimento dos direitos, tanto humanos quanto dos demais seres vivos e inertes da natureza que também têm direitos. São os direitos da Mãe Terra. Direito de existir na sua integridade. Direito de regeneração de seus ciclos de vida, pois no universo tudo está relacionado. É a Jurisprudência da Terra (Solón, 2019a).

No curso da história, as iniciativas que buscam amenizar os problemas causados por um tipo de desenvolvimento que se evidencia, entre outros aspectos, das mudanças climáticas, pipocam por todas as partes. São iniciativas populares, iniciativas de grupos, de pessoas, de instituições e governos. Nem todas estão livres de contradições. Por exemplo, muito se fala em energias limpas e renováveis. Se, por um lado, elas são importantíssimas e necessárias, por outro, na forma como vêm sendo implementadas, também acarretam problemas.

As eólicas, por exemplo, que produzem energia a partir do vento, ao mesmo tempo em que produzem soluções, acarretam sérias consequências ao meio ambiente em que se instalam, pois afetam a biodiversidade. Seus impactos já são constatados (Barbosa Filho; Azevedo, 2013) no solo, com a supressão da vegetação; sobre a fauna; no meio físico, inclusive com a degradação da área afetada e a alteração do nível do lençol freático; e, ainda, sobre o meio socioeconômico, além de problemas de saúde e segurança alimentar.

Em outros termos, os empreendimentos comerciais que se instalam provocam, entre outros fatores, o desmatamento de áreas de florestas nativas, a morte de aves e insetos devido à colisão com as pás e torres, o deslocamento de animais de seus ambientes, a alteração no nível do fluxo de água subterrânea, além da poluição sonora — os ruídos que afetam a saúde humana e animal — e de outras consequências relacionadas à interferência na produção de alimentos e na segurança alimentar e à violência devido à instalação de canteiros de obras.

O agravamento da situação se verifica com a ocupação de áreas de preservação ambiental e de terras de agricultores familiares e de comunidades de povos tradicionais, sem participação deles nas benesses geradas (Gimenes, 2022). Há, ainda, o que está por vir em termos de poluição dos resíduos, já que

os equipamentos aerogeradores, como as pás, têm vida útil estimada de apenas 20 a 25 anos.

Os desafios se desenvolvem junto com as soluções que a sociedade vai gerando. Como trabalhar com a sustentabilidade justa? A justiça deve estar ao alcance de todos que conformam a Mãe Terra. A situação do planeta vai se tornando insustentável se continuar no mesmo rumo.

As iniciativas sustentáveis, entre elas, a agroecologia, a ecoconstrução, infraestruturas verdes, reaproveitamento hídrico, reciclagem, economia circular, redução do consumo energético, replantio de florestas, geração de energia limpa etc., amenizam os estragos do desenvolvimentismo capitalista, mas existem propostas mais ousadas que apontam para transformações mais profundas que remetem ao modo como as sociedades estruturam os sistemas econômicos.

Entre as propostas mais difundidas está a do desenvolvimento sustentável, surgida nos anos 1980 (1987) no âmbito da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (ONU), que publicou uma declaração (Nosso Futuro Comum, 1991) dizendo que o desenvolvimento deveria atender às demandas de crescimento do presente, mas sem comprometer as necessidades das futuras gerações em relação ao meio ambiente. Contudo, continua no enquadramento do modelo de desenvolvimento ocidental, entendido como universal, ao incorporar a ideia do crescimento como chave para o progresso e o desenvolvimento dos povos.

A questão da sustentabilidade é mais ampla e profunda. Ela remete à ecologia, ao ambiental, mas também à economia e ao social. Ecologia é, ao mesmo tempo, uma ciência — que estuda as inter-relações entre os organismos no planeta — e uma prática social inovadora (Toledo, citado por Quiroz, 2016) que articula a geração e a troca de conhecimentos populares e especializados. Ela não repudia a modernidade, mas postula alternativas aos padrões de desenvolvimento geradores da situação em que o mundo se encontra. As práticas sustentáveis e agroecológicas pressupõem o engajamento com responsabilização pela solução de problemas.

Pude testemunhar a existência de experiências nesse sentido no Polo da Borborema, no semiárido da Paraíba, com a assessoria da AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia) e da ASA (Articulação Semiárido Brasileiro), e na COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória), em Paranacity, no estado do Paraná (Peruzzo, 2025), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nas quais se pratica o desenvolvimento agroecológico participativo que possibilita a geração de novos conhecimentos e de práticas. Entre elas, a criação de técnicas de fabricação de inseticidas e fertilizantes artesanais

orgânicos, a recuperação de terras desgastadas, a guarda e distribuição gratuita de sementes não transgênicas, a criação de sistemas de cooperação mútua, a coletivização de processos produtivos e de distribuição dos bens produzidos, com a participação ativa de todos e todas.

Como estas, existem muitas outras iniciativas Brasil afora, que são sinais de esperança e de que mudanças mais profundas são possíveis. A comunicação perpassa todos esses processos tanto nos relacionamentos pessoais e internos aos grupos quanto nas relações com os públicos externos das organizações protagonistas. Para tanto, utilizam-se a comunicação face a face, que talvez seja a mais empregada, bem como outros modos e meios artesanais e tecnológicos de comunicação.

Tudo isso acontece no âmbito local, no território de vida dos pequenos agricultores. São processos que mudam seu modo de vida, superando a pobreza, gerando dignidade na convivência humana e social e promovendo uma mudança de postura: a sabedoria em favor da convivência no semiárido. Essas experiências concretas, no meu modo de ver, confirmam o conceito de ecologia de Félix Guattari (1990) ao dizer que a ecologia significa o cuidado com o meio ambiente, mas também o equilíbrio com as condições que afetam o modo de viver, as relações sociais e as subjetividades humanas. Estamos falando de ecologia integral.

O Papa Francisco, na *Laudato Si* (2015, p. 45), percebeu essa trama: “hoje, a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoa consigo mesma, que gera um modo específico de se relacionar com os outros e com o meio ambiente. Há interferência entre os ecossistemas e entre os diferentes mundos de referência social e, assim, se demonstra mais uma vez que ‘o todo é superior à parte’”.

Mas, voltando à questão do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que existem iniciativas importantes e exitosas, tanto no nível comunitário quanto de empreendimentos comerciais e de políticas públicas, que respeitam o meio ambiente, há também apenas discursos, sem compromissos efetivos. Às vezes, se pintam de verde, mas continuam reproduzindo práticas destrutivas.

Diante do acirramento dos problemas num cenário controverso e complexo, em que as desigualdades, as catástrofes, o produtivismo e o consumismo só aumentam, muitas propostas de enfrentamento foram surgindo há décadas. São intituladas como decrescimento, desdesenvolvimento, desglobalização, ecologismo, desenvolvimento sem crescimento e pós-desenvolvimento. Em especial, o pós-desenvolvimento, visto

como alternativa ao capitalismo, em cujo interior se desenha o Bem Viver, é a proposta que mais vem repercutindo nos movimentos sociais populares, embora sem carregar as radicalidades que o conceito inspira.

Entre os elementos que comporiam o Bem Viver (Contreras, 2014) estão: uma sociedade de vida em plenitude, uma sociedade sem acumulação desigual de riquezas e portadora de um sistema de convivência comunitarista e colaborativa entre humanos e o meio ambiente. Portanto, o Bem Viver é distinto do viver bem da cultura hedonista capitalista.

No Bem Viver, vislumbra-se o equilíbrio e o estado de harmonia dos seres humanos entre si e em suas relações com os outros, em sociedade, com a Mãe Terra e com o cosmos. Trata-se de uma integração ecológica que reconhece que as pessoas são apenas parte de um todo, e que tudo está inter-relacionado e merece respeito e cuidado. O caráter utópico não tira o valor dessas premissas, pois a utopia também inspira o caminhar.

Essas transformações requerem um novo agir e pensar, um novo sentimento – o sentipensar (Contreras, 2014), o comum, o “pensar” com o coração. É recuperar a ideia do nós sobre o eu, do nosotros, como se diz em espanhol. É superar a ideia de concorrência para se dar bem. O Bem Viver resgata o sentido de comum que está presente em diferentes culturas. É de origem ancestral, dos povos originários, com raízes africanas, maias, andinas e amazônicas.

Bem Viver (ou *Sumaj Qamaña*) significa boa vida, bem conviver, o ser feliz, tanto para os indígenas aimarás da Bolívia e do Equador, quanto para os guaranis do Paraguai, da Bolívia, da Argentina e do Brasil. Corresponde ao ubuntu africano, que carrega o sentimento de complementaridade entre os seres – o eu mais o tu e igualmente está preñado do espírito comunal.

Concluindo, a transformação social passa pela cultura, por novos sentimentos, por uma nova comunicação, pois necessita de uma ousada posição na direção de um novo processo civilizatório, que já começou. O novo nasce dentro do velho. É um processo civilizatório implicado na participação ativa das pessoas na feitura de uma sociedade mais humanizada no caminho do biocentrismo, que reconhece os direitos e os deveres de todos os entes — instituições, seres humanos e todos os outros seres vivos e não vivos — como partes de um todo e que, como tais, são responsáveis pela vida no e do planeta Terra e do cosmos.

## Referências

ARISTÓTELES. Ética de Nicômaco. 4. ed. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2014.

BARBOSA FILHO, W.P.; AZEVEDO, A.C.S. Impactos ambientais em usinas eólicas. Itajubá: Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais (Feam), Agrener GD, 15 a 17 de maio de 2013. Disponível em: <https://feam.br/documents/d/feam/ag-267-pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

CARTA ENCÍCLICA *LAUDATO SI* DO SANTO PADRE FRANCISCO SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM. Santa Sé, Vaticano: Francisco Encíclicas, 2015. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html) Acesso em: 5 out. 2025.

CONTRERAS, B., Adalid. Sentipensamientos. De la comunicación-desarrollo a la comunicación para el buen vivir. Quito: UASB/Editorial Tierra, 2014.

FREIRE, Paulo. Conscientização. Teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 71. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, [1968] 2019.

GIMENES, Erick. Nem limpa, nem sustentável. Usinas eólicas exploram agricultores familiares e territórios tradicionais para gerar lucro. Intercept Brasil. 01 ago. 2022. <https://www.intercept.com.br/2022/08/01/energia-eolica-conflitos-territorios-agricultura/> Acesso em: 10 out. 2025.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. 2. ed. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

KAPLÚN, Mario. El comunicador popular. Buenos Aires: Lumen, 1985.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NOSSO FUTURO COMUM. Relatório Brundtland. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Pedagogia da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais. 2. ed. rev. amp. Porto Alegre: Sulina, 2025. Disponível em: <https://editorasulina.com.br/biblioteca-digital-det.php?id=833>

QUIROZ, Diana. A agroecologia é uma revolução epistemológica. Entrevista com Victor M. Toledo. Revista Agriculturas, v. 13, n. 1, p. 42-45, 2016. Disponível em: <https://aspta.org.br/article/a-agroecologia-e-uma-revolucao-epistemologica/> Acesso em: 8 out. 2025.

SOLÓN, Pablo. Bem viver. In: SOLÓN, P. (Org.) Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra. São Paulo: Elefante, 2019. p. 19-63.

SOLÓN, Pablo. Direitos da mãe terra. In: SOLÓN, P. (org.) Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra. São Paulo: Elefante, 2019a. p. 145-173.

## CAPÍTULO 2

**REALISMO ESPERANÇOSO: COMUNICAR A  
CRISE SEM PERDER A ESPERANÇA<sup>6</sup>***Letícia de Araújo<sup>7</sup>*

Onze anos após o lançamento da *Laudato Si'*, escrita pelo Papa Francisco, a carta encíclica se tornou um dos documentos contemporâneos do magistério social da Igreja Católica mais acessados e difundidos. Com o objetivo de lançar um debate sobre o desafio socioambiental global, Francisco escreveu uma carta que não se restringe aos membros da Igreja Católica Romana; valoriza também o conhecimento científico e o diálogo com outras tradições religiosas, além de dirigir um convite especial à participação de todas as pessoas de boa vontade.

“Todos podemos colaborar, como instrumentos de Deus, no cuidado da criação, cada um a partir da sua cultura, experiência, iniciativas e capacidades” (Francisco, 2015, n. 14). Para os comunicadores ao redor do mundo, o chamado a comunicar o conhecimento e os princípios da *Laudato Si'* veio acompanhado de um desafio: como comunicar a crise socioambiental, com toda a sua dimensão e complexidade, sem lançar fora a esperança fundamental da existência cristã? Nesta era de excesso de informação e desinformação, como tecer informações capazes de serem transformadas em cuidado, encontro e ação? Como comunicar a crise socioambiental sem paralisar as pessoas pelo medo e, ao mesmo tempo, sem romantizar a realidade?

Quando se fala em crise climática, a narrativa catastrófica muitas vezes ocupa a linha de frente. Números, alertas, imagens de desastres, temperaturas recordes, florestas destruídas, comunidades atingidas, vidas afetadas em todas as escalas. Para enfrentar uma crise e mobilizar as comunidades, inclusive as comunidades de fé, para que tomem medidas, é necessário conhecer aquilo

---

<sup>6</sup> Texto elaborado a partir da reflexão apresentada no Rio Trombetas “Direito à Informação e Comunicação na Luta Socioambiental rumo à COP30”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>7</sup> Jornalista e comunicadora, com atuação em comunicação socioambiental, cultura digital, ecologia integral e cuidado com a Casa Comum. Integra o Movimento Laudato Si', desenvolvendo ações comunicacionais voltadas à fé, à justiça climática e à mobilização socioambiental.

que está sendo vivenciado. Talvez seja justamente aí que se torne necessária a construção de uma metodologia realista e esperançosa, que vamos chamar aqui de Comunicação Criativa da Esperança. Para fundamentar essa metodologia, é necessário buscar, primeiro, os pilares que sustentam esse fazer. O primeiro deles é olhar a realidade.

Para compor esse pensamento, recorro a uma frase amplamente atribuída ao grande escritor e poeta brasileiro Arian Suassuna: “O otimista é um tolo, o pessimista é um chato. Bom mesmo é ser um realista esperançoso” (Suassuna apud Souza, 2019). Gosto dessa expressão porque ela nos afasta de dois extremos: o pessimismo que acredita que já não há nada a fazer e o otimismo ingênuo que prefere romantizar as crises e a própria fé, separando-a da realidade. A esperança precisa começar pelo realismo, e a realidade é que não enfrentamos simplesmente uma crise ambiental. Como nos ensinou o Papa Francisco na *Laudato Si'*, vivemos uma única e complexa crise socioambiental. Afinal, “tudo está interligado, e o cuidado autêntico da nossa própria vida e das nossas relações com a natureza é inseparável da fraternidade, da justiça e da fidelidade aos outros” (Francisco, 2015, n. 70).

Não podemos falar sobre destruição ambiental sem falar sobre pobreza, assim como não podemos falar sobre pobreza sem discutir desigualdade. Não podemos discutir desigualdade sem reconhecer os processos históricos de exploração que construíram o mundo em que vivemos e os sistemas que continuam a perpetuar essa exploração.

Quando uma floresta é destruída, não perdemos apenas fauna e flora. Territórios, culturas, modos de vida e comunidades também são ameaçados. Quando a água se torna escassa ou moeda de troca e instrumento de poder em contextos geopolíticos, os efeitos não chegam igualmente para todos. E, quando eventos climáticos extremos acontecem, são quase sempre os mais vulneráveis que têm menos condições de se proteger e de reconstruir suas vidas, embora sejam os menos responsáveis por essa crise. A Doutrina Social da Igreja nos recorda que “é impossível promover a dignidade da pessoa sem que se cuide da família, dos grupos, das associações, das realidades territoriais locais” (Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2004, n. 185).

Comunicar a crise climática exige tornar essas conexões visíveis, assumindo um chamado primário da comunicação: construir pontes. A própria palavra comunicação vem do latim *communicare*: tornar comum, colocar em comum, criar comunhão. Essa origem nos ajuda a recuperar algo que muitas vezes esquecemos. Comunicação não é apenas transmitir informações: é construir relações.

Assim como a fé não pode ser vivida de maneira fragmentada entre a vida de oração e contemplação, a vida comunitária e a realidade da sociedade e do mundo em que estamos inseridos, a comunicação tem a missão de construir pontes entre o conhecido e o desconhecido, seja pela denúncia, pela profecia ou pela solidariedade. No que diz respeito à comunicação a serviço do Evangelho e do Reino de Deus, a estrutura narrativa que escolhemos ajuda a determinar o horizonte para o qual conduzimos aqueles que recebem e interagem com a mensagem.

O comunicador ou a comunicadora pode produzir uma comunicação que conduza as pessoas da preocupação ao desespero, reforçando indiferenças, preconceitos e divisões. Esse mesmo comunicador pode construir pontes capazes de levar do isolamento ao encontro e da catástrofe à ação. É aqui que a criatividade e a esperança se encontram. Cabe a quem comunica escolher os fios com que essas histórias serão tecidas e, sobretudo, que horizonte essa trama ajudará a construir.

As perguntas que constroem uma comunicação capaz de esperar passar, então, por algumas questões fundamentais: essa comunicação preserva a dignidade das pessoas que aparecem nas nossas histórias? Ela escuta antes de falar? Ela aproxima ou cria distâncias? Ela denuncia as injustiças e aponta caminhos de transformação? Está comprometida com o bem comum ou apenas com interesses individuais? Coloca no centro aqueles que estão nas margens? Promove a participação das comunidades ou fala em nome delas? Fortalece a solidariedade e a cultura do encontro? Reconhece a interdependência entre a dignidade humana e o cuidado da criação? Contribui para a paz e a justiça ou alimenta divisões?

Essas perguntas são especialmente importantes quando comunicamos histórias de mulheres, comunidades negras, povos indígenas, populações periféricas e diversos outros grupos que, historicamente, tiveram suas histórias apagadas e recontadas por outras pessoas. São comunidades que muitas vezes estão na linha de frente da crise socioambiental e entre as primeiras atingidas por suas consequências, mas que também constroem respostas, conhecimentos e caminhos de transformação.

Durante muito tempo, comunidades pobres e grupos historicamente marginalizados apareceram na comunicação principalmente quando alguém queria mostrar seu sofrimento, quando suas histórias foram utilizadas não como testemunhos de dignidade, mas como instrumentos de uma caridade reduzida à exposição da vulnerabilidade do outro. Se queremos construir uma Comunicação Criativa da Esperança que considere a dignidade da pessoa humana e o cuidado da criação, precisamos transformar essa lógica: é preciso

preservar nomes, rostos, memórias, culturas e conhecimentos, reconhecendo que as comunidades que vivem diretamente os efeitos da crise climática não são apenas vítimas de suas consequências, mas também sujeitos que produzem respostas, saberes, alternativas e caminhos de transformação.

É necessário também sair do negacionismo superficial e, como uma Igreja em saída, encontrar as pessoas onde elas estão, reconhecendo a crise não somente nos dados ou nos infinitos debates que, tantas vezes, nos distanciam uns dos outros, mas na realidade concreta, estampada nos rostos, nas histórias, nos territórios e na própria criação. É a partir desse exercício que nasce a Comunicação Criativa da Esperança, que não deve ser confundida com uma comunicação simplesmente positiva ou otimista. Ela não escolhe entre denunciar a ferida e anunciar a possibilidade de transformação, mas faz as duas coisas. Parte da realidade, reconhece suas contradições e injustiças, mas se recusa a apresentar o desespero como destino. O realismo impede que a esperança se transforme em ingenuidade; a esperança impede que o realismo termine em imobilidade.

É justamente nessa passagem entre reconhecer a realidade e recusar a imobilidade que o educador brasileiro Paulo Freire oferece uma chave fundamental para pensarmos a esperança como fio condutor dessa metodologia. Em *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*, publicado originalmente em 1992, Freire recusa uma esperança passiva, desconectada da luta e da transformação da realidade.

Para Freire (1992), a esperança não significa cruzar os braços e aguardar que o mundo mude. A esperança precisa caminhar junto com a ação. Ela ganha sentido quando nos coloca em movimento e nos faz participar da construção daquilo que ainda não existe. É daí que podemos compreender a força da ideia de *esperançar*. Esperar pode significar aguardar, mas *esperançar* significa movimentar-se, procurar caminhos, construir possibilidades, reunir pessoas e agir sobre a realidade. A esperança cristã encontra-se exatamente nesse lugar, onde a esperança é verbo.

Essa compreensão muda profundamente a maneira como comunicamos a crise socioambiental. Uma comunicação da esperança não esconde dados da realidade. Pelo contrário: dá nome às feridas, mas rejeita o desespero como único encerramento possível. Uma comunicação enraizada no realismo esperançoso também pergunta: quem está transformando essa realidade? Onde estão as alternativas? Quem está resistindo, reconstruindo, cuidando e criando outros caminhos? Que ações as comunidades de fé têm criado e testemunhado nos territórios que ampliam a esperança concreta?

Não se trata de substituir histórias de sofrimento por histórias romantizadas, mas de devolver às pessoas algo fundamental: a possibilidade de agir. Uma comunicação transformadora precisa criar condições para que diferentes pessoas possam falar, participar, produzir sentidos e reconhecer a própria capacidade de transformar o mundo. Ao dar nome, rosto e identidade às histórias que comunicamos, a partir de uma fé enraizada no testemunho vivo do Evangelho, nossa comunicação pode não somente informar a realidade com responsabilidade, mas também iluminar o caminho em meio ao desespero, tornando visível o testemunho de que outro caminho é possível.

Como nos recorda a Doutrina Social da Igreja: “A esperança cristã imprime um grande impulso ao compromisso em campo social, infundindo confiança na possibilidade de construir um mundo melhor, na consciência de que não pode existir um ‘paraíso terrestre’” (Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2004, n. 579). Uma Comunicação Criativa da Esperança nasce dessa mesma raiz: comunicar, no presente, sinais e valores capazes de imprimir a marca do Reino de Deus na realidade, por meio da justiça, da coragem, do cuidado, da solidariedade, da partilha e do amor.

Como nos recordou recentemente o Papa Leão XIV, em sua mensagem para o XI Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação: “Se assumirmos esta tarefa com humildade e fé, tornar-nos-emos colaboradores na obra divina de renovação. Lenta, mas certamente, passaremos do deserto ao jardim, da divisão à comunhão e da violência à paz” (Leão XIV, 2026).

Na certeza da promessa de “um novo céu e uma nova terra” (Ap 21,1), somos chamados a construir, desde agora, sinais desse Reino que há de vir, fazendo ecoar também a oração que Jesus nos ensinou: “Venha o teu Reino; seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu” (Mt 6,10). É também esse movimento, do deserto ao jardim, da divisão à comunhão e da violência à paz, que uma Comunicação Criativa da Esperança é chamada a tornar visível: sem negar os desertos do nosso tempo, mas comunicando, cultivando e fortalecendo os jardins que já começam a nascer. Seguimos, portanto, firmes na fé, testemunhas do amor e comunicadores da esperança, certos de que “a esperança não decepciona” (Rm 5,5).

## Referências

BÍBLIA SAGRADA. *Tradução oficial da CNBB*. 6. ed. Brasília, DF: Edições CNBB, 2022.

FRANCISCO, Papa. *Carta encíclica Laudato si' do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 24 maio 2015.

Disponível em:

[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEÃO XIV, Papa. *Mensagem do Santo Padre para o XI Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação 2026*. Vaticano, 15 ago. 2026. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/creation/documents/20260815-messaggio-giornata-curacreato.html>.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2004. Disponível em:

[https://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/justpeace/documents/rc\\_pc\\_justpeace\\_doc\\_20060526\\_compendio-dott-soc\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html).

SOUZA, José Neivaldo de. Realista esperançoso. *Ameríndia*, [S. l.], 23 maio 2019.

Disponível em: <https://amerindiaenlared.org/contenido/14759/realista-esperancoso/>.

## CAPÍTULO 3

**DIREITO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO  
NA LUTA SOCIOAMBIENTAL <sup>8</sup>***Larissa Pereira Santos<sup>9</sup>*

A comunicação é essencial para multiplicar vozes e fortalecer alternativas para o Bem Viver. Esse é um alicerce para a defesa dos territórios amazônicos, indissociável da defesa da vida das pessoas. Durante o Muticom 2025, o Rio Trombetas, espaço destinado à oficina “Direito à Informação e à Comunicação na Luta Socioambiental”, reuniu agentes pastorais, profissionais da comunicação, estudantes e entusiastas da comunicação que discutiram experiências e conhecimentos a respeito da comunicação como direito humano e do papel de comunicadores e comunicadoras na defesa da Amazônia.

Amparados nas reflexões de Cicilia M. Krohling Peruzzo sobre o direito à comunicação comunitária, a participação popular e a cidadania, compartilhamos uma compreensão comum sobre a participação nos processos de produção e de acesso à informação. A comunicação como direito humano não se baseia apenas no acesso à informação, mas também na efetiva capacidade de participação popular.

Por isso, é preciso considerar que entre as principais características desse processo comunicacional estão: a opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdos a partir de novas fontes de informações (do cidadão comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a

---

<sup>8</sup> Texto elaborado a partir da reflexão apresentada no Rio Trombetas “Direito à Informação e Comunicação na Luta Socioambiental rumo à COP30”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>9</sup> Mestra em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua em pesquisas e iniciativas relacionadas ao direito à comunicação, cidadania comunicativa, Amazônia, mídias alternativas, justiça socioambiental e participação social.

participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo (Peruzzo, 2007).

Nos contextos de luta socioambiental, a comunicação é um processo de mobilização, incidência e promoção de políticas que visam à transformação social baseada no cuidado com a natureza. Ela se concretiza não só por meio da comunicação e das mídias tradicionais, mas também pela realização de partilhas, denúncias e anúncios vivenciados face a face nas comunidades, nos territórios, nos lugares onde direitos são negligenciados.

As pessoas, sujeitas e sujeitos inseridos em contextos de luta socioambiental, têm a capacidade de serem protagonistas do processo de construção e difusão da informação e de transformação de suas realidades. Informar a partir de sua própria realidade é uma forma de comunicação comunitária, alternativa e popular, uma vez que a grande comunicação no Brasil se encontra concentrada em grandes conglomerados que, na maior parte das vezes, atendem aos interesses do poder empresarial, em detrimento das vozes de cidadãos comuns que estão anunciando o fim do mundo (Krenak, 2019).

As ideias para adiar o fim do mundo materializam uma crítica presente na luta socioambiental travada hoje na Amazônia brasileira e em muitos países da América Latina e do Caribe, diante das consequências das mudanças climáticas e em busca dos caminhos que ainda são possíveis para a salvação da humanidade. Dizem respeito a medidas concretas voltadas à preservação da vida e da natureza, ao diálogo com os rios, as matas e os biomas e à escuta ativa de povos originários e comunidades tradicionais. Para tanto, a comunicação é o cerne da questão, portadora da transformação para um mundo melhor. Se queremos adiar o fim do mundo com dignidade, o direito à comunicação se faz potência e caminho.

## Referências

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 104 p.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 1-29, jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2007.v1.20989>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989>.

## CAPÍTULO 4

**(AMA)ZÔNIAS: COMUNICAR  
DESDE A TERRA SAGRADA<sup>10</sup>***Tainá Rionegro<sup>11</sup>*

*“Vou fazer do meu canto,  
a toada mais bela, eu quero  
ver o canto bonito da minha galera”  
(Toada do Boi Garantido, 1989)*

Levante a mão pro céu, transpasse as árvores, animais voadores, folhas, chegue ao céu, siga as linhas do céu, passe as nuvens; esse pode ser seu território, um espaço sagrado. Jogue as mãos aos pés, sinta a terra, as raízes que entrelaçam a terra, sustentando as grandes árvores. Escorregue mais fundo, passe pelas placas tectônicas, abrace o que vem da terra. Esse pode ser seu território, um espaço sagrado.

Volte a mão agora para o centro do seu corpo, sinta o seu coração bater em um pulsar divino, respire fundo e olhe para as suas paisagens de infância. Esse pode ser seu território, um espaço sagrado. Mas todo espaço sagrado também é coletivo, pois, para o sagrado, não existe dentro e fora: existe a extensão da alma no corpo e vice-versa; ele também existe nas memórias que guardamos.

Ao escutar o pulsar vivo do coração, entrelaçamos a mão de quem está ao nosso lado à nossa e seguramos firme a proposta de enraizamento dos nossos sagrados: coletivizar o sagrado em sua imensa diversidade. O nosso sagrado tem raízes ancestrais, às quais precisamos saber dar nome, pois dar nome às coisas que nos envolvem é uma forma de anunciar que sabemos bem

---

<sup>10</sup> Texto elaborado a partir da reflexão apresentada no Rio Madeira “Jornalismo Ambiental e a Luta contra a Desinformação Climática”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>11</sup> Jornalista e comunicadora amazônica, com atuação em narrativas sobre povos indígenas, comunidades tradicionais, crise climática, justiça territorial e defesa da Amazônia. Desenvolve trabalhos voltados à comunicação desde os territórios e às lutas socioambientais.

dizer o chão que pisamos. Entrelaçar-se a outras raízes, através do simples fato de segurar a mão, significa reconhecer o sagrado no chão do outro.

Agora é a vez de soltarmos as mãos, elevarmos para o céu o sagrado do outro e deixarmos as nossas mãos escorregarem na terra para honrar o chão que estamos pisando. Mas quem é esse outro? Agora é a vez de unirmos as nossas próprias mãos, entrelaçando as nossas raízes em nós mesmos. Olha, ao entrelaçar as nossas mãos uma na outra, fazemos o sinal de prece, tal como se reza em algumas religiões, com as mãos unidas perto do coração. As nossas mãos também dizem sobre a nossa terra, de onde viemos e os caminhos que podemos percorrer.

Desentrelace-se; agora é hora de escutar: como comunicar a Amazônia? Começando honrando o nosso chão, respeitando as nossas raízes e as de quem nos acompanha e entendendo que a diversidade é a nossa maior potência. Afinal, nenhuma floresta ou gente é igual a outra, assim como nenhum sagrado deve ser uma mera reprodução distanciada do que, de fato, vivemos, vemos e sentimos.

Comunicar é labor que envolve amor e luta. A comunicação é terra, trama e raiz. Comunicar é gerar conexão, e a conexão que nos nutre vem em forma de natureza, a natureza da gente mesma e a natureza que nos circunda. Portanto, para gerar conexão, é fundamental olharmos para todos os detalhes que compõem o nosso território, começando pelo outro, que no fundo é a gente mesma e a nossa comunidade. É ali, naquilo que a nossa mão pode tocar ou se entrelaçar, que se gera a conexão necessária para que o diálogo se inicie. Comunicação que transforma é corpo-território.

Em tempos de tantos desencontros, é importante e fundamental criarmos uma conexão que nutra o nosso território, que defenda o que ele é em sua natureza e aproxime o nosso sagrado da única matéria em que ele pode se revelar: a terra. É no planeta Terra que o sagrado existe, e é na terra que o sagrado pode germinar, pois o nosso maior alimento vem daquilo a que pertencemos e ousamos tomar como nosso, coletivamente. Eu tô falando de assunção.

Como recordou o Papa Francisco, cuidar da casa comum é um ato de comunicação profunda, pois comunica amor e responsabilidade pelo outro e pela criação. Em *Laudato Si'*, ele nos chama a “uma conversão ecológica que nasce do coração”, na qual cada gesto e palavra se tornam diálogo com a terra e com quem nela habita. Comunicar, nesse sentido, é um exercício de fraternidade: o que dizemos e o que calamos molda o tecido vivo que nos une à natureza e às pessoas. Só há comunicação verdadeira quando há escuta, compaixão e compromisso com a vida, porque “tudo está interligado”.

Assumir o lugar de fala que, de fato, é nosso passa pelo movimento de olhar e agir ao nosso redor e, para além de não nos silenciarmos, é honrar o nosso sagrado, honrar a terra e os nossos mais velhos, que movem tudo o que germina e floresce. Não tem como falar de comunicação que transforma se não atrelarmos a nossa palavra e a nossa escuta à defesa do nosso bem mais comum: a terra. A terra da Amazônia tem donos, donas, mestres e mestras que criaram uma tecnologia ancestral de manejo. Manejo da terra é diálogo, é ciência, é encontro, enfim, é comunicação com a terra e com suas gentes.

É no aterramento do nosso sagrado, seja ele qual for, na prática e a serviço da defesa dos nossos territórios, que existe a possibilidade de uma transformação contínua. O afincamento de uma casa comum só pode ser cocriado por quem quer transitar nessa casa e por quem pertence a ela, porque habitar é uma reunião de vidas, e habitar a casa é se juntar à reunião, ou, nos termos de Heidegger (1971), participar com a coisa na sua coisificação. A comunicação que transforma é terra e, na Amazônia, é cuidar da Terra Sagrada.

### Referências

BOI BUMBÁ GARANTIDO. *O eterno campeão*. [S. l.]: Boi Garantido, 1989. 1 álbum musical, 11 faixas, 30 min.

FRANCISCO, Papa. *Carta encíclica Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: [Vaticano](#).

HEIDEGGER, Martin. *Poetry, language, thought*. Tradução de Albert Hofstadter. New York: Harper & Row, 1971.

## CAPÍTULO 5

RIOS QUE FLUEM E FRUTIFICAM<sup>12</sup>*Ingrid Pereira de Assis<sup>13</sup>*

“Um fio cristalino / Distante milênios / Partiu fragilmente / Sequioso de espaço / Em busca de luz / Um rio nasceu”. Os versos de Vinicius de Moraes sobre o surgir de um rio, perseguindo a luz, resumem poeticamente o que foi alcançado no 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, realizado entre os dias 25 e 28 de setembro, em Manaus.

Dividindo a responsabilidade de representar o Rio Javari, eu e a também jornalista Victória Holzbach esmiuçamos o tema “Comunicação popular e comunitária em defesa dos territórios”. Eu, maranhense, e Victória, gaúcha, conectamos culturas, assim como o Rio Javari, que flui do Peru para o Brasil, e conseguimos partilhar experiências desenvolvidas em pontos tão distintos do país, as quais, no entanto, têm em comum o esperar.

Foi justamente colocando esse verbo em prática que pudemos mostrar as iniciativas desenvolvidas por mim na Universidade Federal do Tocantins (UFT), com a produção de eventos de cinema e direitos humanos e de produções audiovisuais alternativas realizadas por estudantes, e por Victória, por meio de sua atuação no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do trabalho com as *arpilleras*, uma arte popular chilena que utiliza a costura em juta para transportar fortes mensagens políticas.

Conceitualmente, pudemos contar com um reforço de peso, já que uma das maiores pesquisadoras da área da comunicação popular e comunitária, a professora doutora Cicilia M. Krohling Peruzzo, integrou a programação do evento como palestrante. Na sala do Rio Javari, seus escritos, resultantes de anos de dedicação ao tema, foram explorados humildemente por mim, em uma

---

<sup>12</sup> Texto elaborado a partir da reflexão apresentada no Rio Javari “Comunicação Popular e Comunitária na Defesa dos Territórios”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>13</sup> Doutora em Jornalismo e professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atua no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, com pesquisas sobre jornalismo, Amazônia, tecnologias, territórios e processos comunicacionais.

costura muito humana com outros autores que admiro, como Paulo Freire, Mario Kaplún e Zygmunt Bauman.

Naquelas tardes, estivemos reunidos para refletir sobre “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista” (Kaplún, 1985, p. 7, tradução nossa). Em diálogo, juntos, pensamos sobre uma comunicação que seja emancipatória e inclusiva, que acolha e não discrimine.

A partir do que foi apresentado por mim e por Victória, os grupos de comunicadores que se integraram ao Rio Javari puderam pensar em propostas que envolvessem uma comunicação popular e plural. As ideias nasceram a partir da reflexão acerca de suas vivências no âmbito de suas comunidades e igrejas, nos mais diversos contextos, visto que tínhamos ali participantes do Brasil inteiro.

Se, nos momentos iniciais, os participantes puderam perceber suas diferenças, que iam dos sotaques aos maneirismos regionais, ao colocarem em prática a metodologia proposta pelo Papa Francisco para o Sínodo: encontrar, escutar e discernir (Francisco, 2021), perceberam as vivências similares que os atravessavam. Assim, creio que compreenderam o real significado do termo “sínodo”, derivado do grego *synodos* e associado à ideia de “caminhar juntos”.

Ao nascer para a luz, o Rio Javari do 14º Muticom trilhou um caminho coletivo, comunitário, que olhou para os mais vulneráveis em suas propostas, visando a uma comunicação inclusiva e não excludente, que eduque, semeando o respeito ao próximo e não a destruição.

Sendo assim, para concluir esse breve texto, que jamais conseguiria fazer jus à beleza das trocas humanas realizadas no evento, trago as palavras de Paulo Freire (1979, p. 27), que nos ensinou: “Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita”. Comuniquemos com amor!

## Referências

FRANCISCO, Papa. *Homilia na celebração eucarística para a abertura do Sínodo sobre a Sinodalidade*. Vaticano, 10 out. 2021. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2021/documents/20211010-omelia-sinodo-vescovi.html>..

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KAPLÚN, Mario. *El comunicador popular*. 1. ed. Quito: CIESPAL, 1985.

MORAES, Vinicius de. O rio. *Vinicius de Moraes*, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.viniciusdemoraes.com.br/br/poesia/texto/174/o-rio>.

## CAPÍTULO 6

DAS ÁGUAS DA MEMÓRIA AO COMPROMISSO COM A VIDA<sup>14</sup>*Patrícia Gonçalves Saldanha<sup>15</sup>*

A participação no 14º Muticom foi mais do que uma surpresa positiva na minha trajetória como pesquisadora; foi também um resgate ancestral e uma renovação espiritual que vieram com força, como uma espécie de chamado que me impulsionou a assumir um posicionamento e a agir, com mais veemência, contra os crimes ambientais que vêm atentando contra a vida do/no planeta.

Logo que pisei em solo manauara, senti a presença de meu pai, Raymundo Jorge Saldanha. Tive a sensação de reviver as histórias sobre seus mergulhos no Rio Negro, que atravessaram minha infância, quando vi, bem de pertinho, o encontro das águas, durante o encerramento do evento. Quando cheguei ao Seminário Arquidiocesano São José e fui acolhida na Casa Maromba, saltaram-me à memória os relatos da Vó Vivi sobre suas travessias pelos igarapés para lecionar nas comunidades locais.

Eram contos emocionantes, ilustrados por narrativas repletas de tambaquis, jacarés, jiboias e sucurs gigantes, avistados por minha avó paterna de dentro da canoa que ela mesma remava cotidianamente para ir e voltar de seu ofício de professora primária da região. Eu a escutava com tanta atenção que chegava a ouvir o canto dos pássaros nos relatos que enriqueciam minha imaginação e meu repertório com elementos distantes de todas as referências cariocas e urbanas apreendidas subjetivamente desde que nasci e me entendi por gente. Repentinamente, estávamos os três reunidos. Parece que me soltaram a mão e me deixaram ir, sem que eu tivesse ideia do que precisava resolver.

A partilha da fé, em cada cerimônia religiosa, multiplicou o sentimento de pertença, potencializado na comunhão das mesas repletas de sucos de

---

<sup>14</sup> Texto elaborado a partir da reflexão apresentada no Rio Piorini “Publicidade Social e Consumo Consciente”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>15</sup> Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora nas áreas de publicidade social, comunicação comunitária, cidadania e transformação social. Coordena iniciativas acadêmicas e extensionistas voltadas à participação comunitária e ao consumo consciente.

cupuaçu, pacovãs, deliciosas raízes cozidas e o melhor pirarucu de casaca do universo. As refeições cuidadosamente preparadas para todas e todos que estavam ali fizeram-me recuperar sabores que despertaram lembranças adormecidas, o que me ajudou a organizar as ideias que andavam embaralhadas. Ademais, os momentos de comer e de rezar foram preenchidos por profundas reflexões desenvolvidas nas atividades realizadas nos grupos de trabalho com temáticas relacionadas aos nomes de rios amazônicos.

Coincidentemente ou não, o rio Piorini, que, por meio de canais e pântanos, tais como os igarapés percorridos por Dona Vicentina, está interligado ao Rio Amazonas, o mesmo dos mergulhos que refrescaram a dura infância de meu pai, deu nome ao grupo temático para o qual fui convidada a palestrar. Foi na atividade do grupo de nome “Rio Piorini” que tive a oportunidade de aprender diferentes perspectivas de ações comunicativas nos dois dias de convivência com outros convidados.

A respeitosa fala do jovem influenciador digital Xohãhi Pataxó, do perfil “Mídia Indígena Oficial”, evidenciou que sua vinculação às próprias raízes fortalece o espírito de liderança desse rapaz que, sem sair do prumo, dialoga com os mais de 300 mil seguidores da rede sociotécnica Instagram. Longe dos estereótipos empobrecedores inventados pela elite, a iniciativa garante, com inteligência e estratégia, ampla visibilidade à urgência da proteção dos direitos fundamentais dos povos indígenas.

Na mesma toada de luta que não permite deixar-se ludibriar pelas narrativas de “preservação cultural” convenientes para a classe dominante, o encerramento do grupo de trabalho contou com a fala primorosa da ativista e diretora do Instituto Witoto, Vanda Witoto. Ela é um exemplo de força e resistência feminina que atua por meio da moda política para comunicar a história e a importância da relação dos povos originários com a natureza em seus territórios. Senti-me em casa.

De fato, fui agraciada com um aprendizado durante o intenso e enriquecedor processo de troca, mediado com sabedoria e gentileza pelo Padre Dário, uma figura ímpar com voz doce e firme. No final das atividades, em um gesto generoso, ele me entregou um dos poucos exemplares impressos do *Manifesto da Ecologia Integral*. E foi nesse momento, já fortalecida em minhas raízes e com aquela obra potente em mãos, que tive uma virada de chave em relação à importância da palestra sobre “Publicidade Social e consumo consciente” que eu havia apresentado nos dois dias.

Estava tudo amarrado: a partilha da mesa, a prática da fé e as dinâmicas desenvolvidas nos grupos temáticos estabeleceram uma conexão com um “Espírito Comum” (PAIVA, 2003), concretizado pela escuta atenta às súplicas e

aos gritos da natureza. Fui tomada por concomitantes sentimentos de preocupação, gratidão por estar ali e honradez por, finalmente, ter compreendido o sentido da contribuição epistemológica que deixei para meu campo e que vem sendo colocada em prática há dez anos.

Ter levado as duas tipificações de Publicidade Social (P.S.), elaboradas com tanta dedicação, a P.S. de Interesse Público e a P.S. de Causa, e aplicá-las a um projeto concreto foi um acerto (SALDANHA, 2021). A palestra intitulada “Plataforma Saúdes Raras: uma práxis urgente de sustentabilidade da vida” gerou muita interlocução com o público presente e colocou o projeto da Plataforma Saúdes Raras no debate, estimulando discussões, sugestões e trocas de experiências ligadas à temática das doenças raras durante a atividade. Foi justo ali que conheci o quadro de contaminação do povo Yanomami por mercúrio decorrente das atividades de mineração. E se há fumaça, há fogo. Pensei: “aí tem...”.

Segundo os resultados da pesquisa realizada pela Fiocruz, em nove comunidades Yanomami, 94% dos indígenas apresentaram alto nível de contaminação por mercúrio (RAMALHO; RUFINO, 2024). Esse foi apenas um dos muitos dados compartilhados durante o Muticom. Não se sabe se esse fato tem relação com a possível incidência de novas doenças raras. Estima-se que 71,9% das doenças raras tenham origem genética; as demais apresentam origens não genéticas ou ainda não completamente determinadas (NGUENGANG WAKAP et al., 2020).

A exposição ao mercúrio pode causar graves danos à saúde, mas sua eventual relação com o surgimento de novas doenças raras exige investigação científica específica. Porém, considerando que fatores ambientais podem contribuir para o desenvolvimento de determinadas doenças e que a mineração tem provocado o espalhamento e a contaminação do solo, do ar e das águas, levantamos uma questão inicial: em que medida a mineração pode contribuir para a formação de novos tipos de doenças raras no planeta?

Uma doença rara costuma ser definida por um critério numérico segundo o qual a condição afeta menos de uma pessoa a cada 2 mil indivíduos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2025). Atualmente, mais de 300 milhões de pessoas vivem com uma das mais de 7 mil doenças raras conhecidas no planeta, e é possível que haja subnotificação. A doença rara não escolhe cor, etnia, gênero ou classe social. Assim, parto do pressuposto de que novas doenças raras podem estar se formando, uma vez que crianças e adultos estão sendo covardemente expostos ao mercúrio, por exemplo.

Assim, um dos desdobramentos dessa práxis, que integra o projeto de pesquisa “Plataforma Saúdes Raras: integridade da informação, participação

popular e resistência à midiaticização da mercantilização da saúde”, desenvolvido pelo Laccops/UFF, foi o incremento da pesquisa, que já desembarcou no Rio de Janeiro com nova hipótese, novos dados e um convite: refletir juntos para colaborar com a construção de um quadro mais fidedigno da realidade de milhões de pessoas, por meio de informações mais precisas e da inclusão da sociedade civil no debate que é de todos. Só assim voltaremos a comungar a fé, a mesa e o conhecimento, seja nos caminhos dos igarapés ou na cidade do Rio de Janeiro.

## Referências

NGUENGANG WAKAP, Stéphanie et al. Estimating cumulative point prevalence of rare diseases: analysis of the Orphanet database. *European Journal of Human Genetics*, London, v. 28, n. 2, p. 165–173, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41431-019-0508-0>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Rare diseases: a global health priority for equity and inclusion*. Genebra: OMS, 27 maio 2025. Resolução WHA78.11. Disponível em: [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA78/A78\\_R11-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_R11-en.pdf).

PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003.

RAMALHO, Yara; RUFINO, Samantha. Em 9 comunidades Yanomami, 94% dos indígenas têm alto nível de contaminação por mercúrio. *G1 Roraima*, Boa Vista, 4 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/rr/roraima/noticia/2024/04/04/em-9-comunidades-yanomami-94percent-dos-indigenas-tem-alto-nivel-de-contaminacao-por-mercuroio.ghtml>.

SALDANHA, Patrícia Gonçalves. Publicidade social e sua tipificação: uma metodologia de transformação social. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 292–313, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/2538>.



# CONFLUÊNCIA II

***APRENDER A CUIDAR:***  
*EDUCAÇÃO, ESPIRITUALIDADE,*  
*BEM VIVER E SABERES ANCESTRAIS*

## CAPÍTULO 7

EDUCOMUNICAÇÃO E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA  
FORMAÇÃO CIDADÃ<sup>16</sup>*Joana T. Puntel, fsp<sup>17</sup>*

A proposição desta exposição temática é abordar o tema “Educomunicação e práticas sustentáveis na formação cidadã” de forma integrada. Partimos do princípio de que, como nos diz o Papa Francisco, “tudo está interligado” (Francisco, 2015, n. 16, 91, 117, 138 e 240).

Se pensarmos nas origens e nos fundamentos da educomunicação, ela emergiu na América Latina como fruto de experiências socioculturais comprometidas com a transformação social. Inspirada por pensadores e praticantes como Paulo Freire, Mario Kaplún, Guillermo Orozco Gómez, Jesús Martín-Barbero e Ismar de Oliveira Soares (Freire, 1979; Kaplún, 1998; Orozco Gómez, 2001; Martín-Barbero, 2003; Soares, 2011), desenvolveu-se em contextos de lutas populares, comunidades eclesiais de base, sindicatos e movimentos sociais que buscam dignidade, justiça, acesso à educação e à saúde e a preservação do meio ambiente.

Sua essência reside no encontro entre educação e comunicação como práticas dialógicas que fomentam o protagonismo humano, a consciência crítica e o exercício pleno da cidadania, transcendendo os muros escolares e atuando também em espaços comunitários e não formais de educação. Baseada também em teorias de pensadores como Antonio Gramsci e Dermeval Saviani (Gramsci, 2001; Saviani, 2018), a educomunicação dialoga com reflexões críticas que funcionam como ferramentas para a emancipação, a apropriação consciente do saber e a superação das desigualdades. São teorias que fortalecem práticas educacionais que defendem o protagonismo humano e a construção democrática.

---

<sup>16</sup> Texto elaborado com a colaboração de Everaldo Cordeiro, doutorando em Educação (UFOPA) a partir da reflexão apresentada no Rio Japurá “Educomunicação e Práticas Sustentáveis na Formação Cidadã”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>17</sup> Religiosa paulina, jornalista, pesquisadora e doutora em Ciências da Comunicação. Atua nas áreas de comunicação, Igreja, cultura digital, educomunicação e pastoral da comunicação, com trajetória dedicada à formação de comunicadores e agentes pastorais.

Ampliar o olhar sobre a comunicação para além de seus meios e técnicas exige considerar sua dimensão enquanto processo social. Essa perspectiva destaca que as populações, mesmo em situações de maior vulnerabilidade, não são meras receptoras passivas das narrativas dominantes. Elas resistem, criam formas alternativas de comunicação e reformulam mensagens de maneira criativa e crítica. Essa resistência transforma-se em uma ferramenta poderosa para enfrentar discursos hegemônicos, promover práticas inclusivas e construir narrativas comprometidas com a sustentabilidade e a justiça social (Grecom, 2025, p. 34).

A Amazônia brasileira, integrada a um bioma internacional, projeta a América Latina para o protagonismo global na luta por justiça climática e preservação da vida. A Educomunicação torna-se, assim, um caminho político-pedagógico que conecta a realidade local às agendas globais, sem abrir mão de suas raízes, culturas e protagonismos comunitários.

Os rios que se encontram e se separam, cortando as florestas, alimentam uma fauna e uma flora exuberantes que não são apenas encantadoras, mas essenciais à vida plena na Amazônia e no planeta. Nesse contexto, as práticas educacionais contribuem para a salvaguarda ambiental, estimulando a consciência dos direitos e deveres, o fortalecimento da cidadania e a defesa da casa comum.

Educomunicar, especialmente na Amazônia, é educar para a democracia participativa, para a justiça social e para a sustentabilidade ambiental. É formar sujeitos conscientes, críticos e solidários, capazes de transformar suas comunidades e contribuir para um futuro comum mais justo e sustentável — um futuro que nasce nas margens dos rios amazônicos, mas ecoa para toda a Terra.

Para isso, é preciso romper com visões alienadas ou equivocadas sobre a Amazônia. Primeiro, é preciso reconhecer que ela não é apenas uma, no sentido de não haver homogeneidade territorial. As Amazonas são várias, formadas por múltiplos territórios, povos e culturas que compõem uma unidade, sem, no entanto, negar a diversidade presente nos estados, cidades, aldeias, quilombos, comunidades tradicionais e espaços urbanos gigantescos, como as capitais Belém e Manaus.

Uma das práticas cidadãs fundamentais que podem e devem ser cultivadas por ações educacionais é o diálogo consigo mesmo e com seus pares sobre a vida e sobre o sentido do que é viver e ser na Amazônia e sobre qual colaboração educativa, em um mundo globalizado pela economia e pelas novas tecnologias comunicacionais, pode ser construída coletivamente, por meio da articulação entre saberes locais e globais.

## Referências

FRANCISCO, Papa. *Carta encíclica Laudato si' do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 24 maio 2015.

Disponível em:

[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html).

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRUPO DE REFLEXÃO SOBRE COMUNICAÇÃO (GRECOM). *Comunicação e ecologia integral: transformação e sustentabilidade justa: subsídio para o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação*. Brasília, DF: Ed. dos Autores, 2025. 64 p. ISBN 978-65-01-35135-3. Disponível em: <https://muticom.com.br/wp-content/uploads/2025/09/Subsidio-14o-Multicom-DIGITAL-03-set-2025.pdf>.

KAPLÚN, Mario. *Una pedagogía de la comunicación*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2. ed. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *Televisión, audiencias y educación*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2001.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 43. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio*. São Paulo: Paulinas, 2011.

## CAPÍTULO 8

VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DO GRUPO COMUNICARTE<sup>18</sup>*Alma Montoya<sup>19</sup> e Steven Rojas<sup>20</sup>*

O Grupo Comunicarte, da Colômbia, é uma organização social e educativa composta por profissionais da comunicação e das ciências sociais que, por meio da comunicação participativa e comunitária, promovem a construção de uma sociedade mais justa, humana e democrática. Seu trabalho integra formação, pesquisa, produção e assessoria em processos comunicativos voltados à paz, aos direitos humanos, à cidadania e ao fortalecimento do tecido social, com atenção especial aos jovens comunicadores de comunidades indígenas, camponesas, ribeirinhas, afrodescendentes e em situação de vulnerabilidade.

Inspirado em valores como solidariedade, inclusão e justiça, o grupo atua na criação de conteúdos, na capacitação e no uso crítico das mídias, articulando saberes tradicionais e tecnologias digitais para transformar realidades e fortalecer a convivência social. Sua presença no MUTICOM trouxe uma valiosa perspectiva internacional à reflexão sobre comunicação e missão.

**Atuação na Amazônia**

Na região amazônica, o grupo destaca-se pela integração entre meios ancestrais, analógicos e digitais, valorizando espaços, manifestações e expressões comunicacionais locais: danças, jogos, rituais, celebrações e tradições orais. Entre suas produções estão as séries e os projetos Cumare, Red Panamazónica, Radio Waira, Llegan Ondas de Paz, Periodismo ambiental, Coreguaje, entre outros.

---

<sup>18</sup> Texto elaborado a partir da experiência apresentada no Rio Juruá “Espiritualidade Ecológica: a Fé e a Comunicação a partir da Laudato Si’”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>19</sup> Comunicadora social e jornalista colombiana, com experiência em comunicação comunitária, comunicação para o desenvolvimento, formação radiofônica e processos comunicacionais com comunidades. É integrante do Grupo COMUNICARTE, na Colômbia.

<sup>20</sup> Comunicador social colombiano e integrante do Grupo COMUNICARTE. Atua em processos de comunicação comunitária, educomunicação, produção radiofônica e formação com comunidades, articulando comunicação, participação social, território e defesa da Casa Comum.

Essa atuação é fortalecida por meio de alianças com a ALER (Associação Latino-Americana de Educação e Comunicação Popular), a REPAM (Rede Eclesial Pan-Amazônica), o FOSPA (Fórum Social Pan-Amazônico) e a WACC (Associação Mundial para as Comunicações Cristãs). O grupo também colabora com meios comunitários e públicos locais, promovendo o trabalho intergeracional e o intercâmbio de experiências.

### Metodologia de trabalho

Dentro do projeto educ comunicativo, seus campos de atuação são direcionados a perspectivas comunitárias, educ comunicativas, acadêmicas e a metodologia de trabalho se fundamenta em três eixos: Comunicação; Participação comunitária e Diálogo. O processo se desenvolve em três etapas:

- **Diagnóstico participativo:** levantamento das necessidades e potencialidades comunicativas da comunidade.
- **Motivação e sensibilização:** envolvimento de instituições locais — escolas, igrejas, prefeituras, organizações comunitárias, rádios locais etc. — e elaboração de um plano de capacitação.
- **Socialização e projeção:** apresentação dos resultados, divulgação dos produtos elaborados e planejamento estratégico para a continuidade do processo.

O grupo atua a partir dos seguintes componentes da estratégia comunicativa:

- **Capacitação:** formação de repórteres locais e realização de oficinas com diferentes grupos comunitários — jovens, mulheres, indígenas, camponeses e ribeirinhos — nos diversos formatos midiáticos.
- **Criação de conteúdo:** coleta de narrativas e histórias do cotidiano, valorizando a defesa da vida e o direito à palavra, por meio de produções multimídia.
- **Difusão e divulgação:** produção de peças comunicativas e inserção das produções nas grades da rede de comunicação popular, nos meios locais e nas plataformas digitais.
- **Trabalho em rede:** articulação e cooperação com outras redes regionais e parceiras.

- **Incidência política:** participação em eventos acadêmicos, sociais, governamentais e culturais, levando o tema da comunicação popular e comunitária à agenda pública de debate e compromisso.

## Referências

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE EDUCACIÓN Y COMUNICACIÓN POPULAR. Início. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://aler.org/>.

FORO SOCIAL PANAMAZÓNICO. FOSPA Oficial. [Perfil no Instagram]. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.instagram.com/fospaoficial/>.

GRUPO COMUNICARTE. Início. Bogotá, [s. d.]. Disponível em: <https://grupocomunicarte.org/>.

GRUPO COMUNICARTE. Tercer Festival Juntanza por la Comunicación desde Nuestra América. Bogotá, [s. d.]. Disponível em: <https://grupocomunicarte.org/iiiifestjuntanza/>.

ORGANIZACIÓN ZONAL INDÍGENA DEL PUTUMAYO. Llegan Ondas de Paz: quiénes somos. Mocoa, [s. d.]. Disponível em: <https://ozip.org.co/llegan-ondas-de-paz/quienes-somos/>.

RED ECLESIAL PANAMAZÓNICA. Quienes somos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.repam.net/es/quienes-somos/>.

WORLD ASSOCIATION FOR CHRISTIAN COMMUNICATION. Membership of WACC. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://waccglobal.org/join/>.

## CAPÍTULO 9

**ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICA: A FÉ E A COMUNICAÇÃO A PARTIR DA *LAUDATO SI'* E DA QUERIDA AMAZÔNIA<sup>21</sup>**

*Ir. João Gutemberg<sup>22</sup>, Vanessa Xisto<sup>23</sup> e Pe. Júlio Caldeira<sup>24</sup>*

A Encíclica *Laudato Si'* e o Sínodo para a Amazônia são marcos de uma profunda renovação do olhar da Igreja sobre o mundo e a criação. Inspirados por um olhar amoroso, cuidadoso e esperançoso, ambos convidam à conversão pastoral, cultural, ecológica e sinodal, como pediram os homens e as mulheres participantes do Sínodo. Ao mesmo tempo, alimentam os quatro sonhos: social, cultural, ecológico e eclesial, propostos pelo Papa Francisco na Exortação Apostólica *Querida Amazônia*.

Tudo está interligado: a vida humana, as culturas, as comunidades e todos os seres que habitam o planeta. A partir da ecologia integral, somos chamados a desenvolver uma educação e uma espiritualidade ecológicas que reconheçam, no Evangelho da Criação, o fundamento de nossa fé e de nosso compromisso com a Casa Comum.

A conversão ecológica nasce da consciência de que a Terra é nossa mãe e nossa irmã. Nasce também do reconhecimento de que existe uma exigência de justiça entre as gerações, indispensável para garantir um futuro sustentável para todos. *Laudato Si'* - "Louvado sejas!" é, portanto, um cântico de amor, cuidado e responsabilidade pela vida em todas as suas formas.

---

<sup>21</sup> Texto elaborado a partir da reflexão apresentada no Rio Juruá "Espiritualidade Ecológica: a Fé e a Comunicação a partir da *Laudato Si'*", durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>22</sup> Religioso marista, amazônida, com trajetória vinculada à Igreja na Amazônia e à Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM). Atua em processos eclesiais ligados à ecologia integral, espiritualidade, defesa da vida, dos povos e dos territórios amazônicos.

<sup>23</sup> Comunicadora, com atuação em processos de comunicação institucional e socioambiental ligados à Amazônia e à Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM). Desenvolve trabalhos relacionados à ecologia integral, cuidado com a Casa Comum e comunicação a serviço dos territórios.

<sup>24</sup> Religioso Consolata, missionário e comunicador, com atuação pastoral e comunicacional em contextos amazônicos. Integra a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), contribuindo com reflexões sobre sinodalidade, ecologia integral e Igreja com rosto amazônico.

### Três olhares para cuidar da Amazônia e da vida no planeta

O Fórum Interativo “Eu e Você Cuidando da Amazônia e da Vida no Planeta” busca despertar três olhares que, inspirados pela *Laudato Si'*, orientam o cuidado com a Amazônia e com toda a vida no planeta.

- **Olhar amoroso:** contempla e admira a vida das pessoas e da natureza, reconhecendo a presença de Deus e louvando o Criador pelas diversas expressões de beleza e harmonia.
- **Olhar cuidadoso:** percebe as dores da criação e das pessoas, reconhece as omissões, pede perdão e busca caminhos de cuidado, defesa e restauração.
- **Olhar esperançoso:** acredita que é possível transformar realidades e procura organizar a esperança por meio de ações pessoais e comunitárias em favor das gerações presentes e futuras.

Esses três olhares orientam nossa caminhada: louvar, cuidar e agir com esperança, construindo juntos um futuro mais justo, fraterno e sustentável.

### Fontes eclesiais de inspiração

Pensar a relação entre fé, comunicação e espiritualidade ecológica nos conduz às fontes eclesiais que alimentam os processos de mudança na vida cristã e na comunicação. Entre elas estão a Encíclica *Laudato Si'* (2015), o *Documento Final do Sínodo para a Amazônia* (2019), as exortações apostólicas *Querida Amazônia* (2020) e *Laudate Deum* (2023), além das mensagens do Papa Francisco para o Dia Mundial das Comunicações Sociais.

Nessas mensagens, o Papa propõe uma comunicação mais humana, fraterna e evangelizadora: passar das redes sociais à comunidade humana (2019); narrar a vida e fazer memória por meio de boas histórias (2020); encontrar as pessoas onde estão e como são (2021); escutar com o ouvido do coração (2022); e falar com o coração (2023). Todas essas fontes expressam um mesmo chamado: cuidar da criação, fortalecer a comunhão e renovar o modo como a Igreja anuncia e vive o Evangelho no mundo atual.

### Comunicação como caminho de encontro, esperança e transformação

O comunicador boliviano Alfonso Gumucio Dagron, em seu artigo *Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo*, recorda que “o processo de comunicação não pode ignorar as particularidades de cada cultura e de cada língua; pelo contrário, deve apoiar-se nelas para se legitimar” (Dagron, 2011, p. 38, tradução nossa).

Para ele, a verdadeira comunicação voltada para a transformação social nasce da produção de conteúdos próprios, enraizados na memória e nos saberes acumulados pelos povos. Trata-se de um processo que fortalece o intercâmbio de conhecimentos em condições equitativas e promove a aprendizagem por meio do diálogo, compreendido como caminho de crescimento coletivo e solidário (Dagron, 2011, p. 38).

Na perspectiva da ecologia integral, apresentada pela *Laudato Si'* e aprofundada pelo Sínodo para a Amazônia, a comunicação desempenha um papel essencial. O mundo globalizado construiu uma rede de informação sem precedentes, mas isso não garantiu maior comunhão, solidariedade ou empatia entre os povos.

Diante dessa realidade, o *Documento Final do Sínodo para a Amazônia* (n. 60) propõe a construção de uma cultura comunicativa que favoreça o diálogo, o encontro e o cuidado com a Casa Comum. Inspirada na cultura do encontro e do diálogo, a metodologia sugerida pelo conjunto das mensagens do Papa Francisco para o Dia Mundial das Comunicações Sociais — ir, ver, escutar e falar — convida-nos a reconhecer e amplificar as vozes muitas vezes silenciadas, especialmente as dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, das mulheres e das juventudes.

A Amazônia, e o planeta inteiro, precisa de comunicadores que falem com o coração e ajam com responsabilidade ecológica e social. Cuidar da Casa Comum é tarefa de todos. Isso exige sensibilizar, mobilizar e construir pontes entre os territórios, a Igreja e a sociedade civil, promovendo uma comunicação que escuta, dialoga, cuida e gera esperança.

### **Espiritualidade ecológica e o Rio Juruá**

A espiritualidade ecológica nos convida a estabelecer uma conexão profunda com o Deus da vida e com toda a sua criação. Nesse horizonte, a metáfora do Rio Juruá inspira os participantes deste grupo temático a traduzir a contemplação das belezas presentes nas pessoas e na natureza em práticas concretas, cuidadosas e proféticas. Contemplar essas belezas também significa assumir o compromisso de cuidar delas e defendê-las. Nesse caminho, os

diferentes instrumentos da comunicação cristã tornam-se essenciais para fortalecer o compromisso com a vida e com a nossa Casa Comum.

Comunicar, nessa perspectiva, é mais do que transmitir informações. É criar vínculos, favorecer a escuta, valorizar os saberes dos povos, denunciar as ameaças à vida e anunciar caminhos de esperança. É permitir que a fé se traduza em atitudes concretas de cuidado, solidariedade e transformação.

### **A REPAM e a comunicação para a transformação social**

A Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) é um organismo criado em 2014, como fruto do compromisso sinodal da Igreja com a realidade amazônica. Foi cofundada pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), pela Confederação Latino-Americana e Caribenha de Religiosos e Religiosas (CLAR), pela Cáritas da América Latina e do Caribe e pela Comissão Episcopal para a Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CEA-CNBB).

A REPAM atua como uma plataforma sinodal que articula experiências, iniciativas e serviços nos nove países e territórios da Pan-Amazônia. Seu objetivo é contribuir para a construção de uma Igreja com rosto amazônico e para o cuidado com a Casa Comum, dando prioridade aos povos indígenas, às comunidades tradicionais e às populações em situação de vulnerabilidade.

Por meio de seu Núcleo de Comunicação para a Transformação Social, a REPAM busca fortalecer processos eclesiais e comunicativos comprometidos com a defesa da vida, das culturas e da ecologia integral. A experiência da REPAM demonstra que fé, comunicação e cuidado socioambiental não podem ser compreendidos separadamente. Quando nasce da escuta dos territórios e do diálogo com os povos, a comunicação ajuda a transformar realidades, fortalecer comunidades e organizar a esperança. Comunicar para cuidar da Amazônia é, portanto, assumir um compromisso com a vida, com a justiça e com o futuro de toda a Casa Comum. Mais informações: [www.repam.net](http://www.repam.net)

### **Referências**

FRANCISCO, Papa. *“Para que possas contar e fixar na memória” (Ex 10,2): a vida faz-se história*: mensagem para o 54º Dia Mundial das Comunicações Sociais.

Vaticano, 24 jan. 2020. Disponível em:

[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco\\_20200124\\_messaggio-comunicazioni-sociali.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20200124_messaggio-comunicazioni-sociali.html).

FRANCISCO, Papa. *“Somos membros uns dos outros” (Ef 4,25): das comunidades de redes sociais à comunidade humana*: mensagem para o 53º Dia Mundial das Comunicações Sociais. Vaticano, 24 jan. 2019. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco\\_20190124\\_messaggio-comunicazioni-sociali.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20190124_messaggio-comunicazioni-sociali.html).

FRANCISCO, Papa. *“Vem e verás” (Jo 1,46): comunicar encontrando as pessoas onde estão e como são*: mensagem para o 55º Dia Mundial das Comunicações Sociais. Vaticano, 23 jan. 2021. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco\\_20210123\\_messaggio-comunicazioni-sociali.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20210123_messaggio-comunicazioni-sociali.html).

FRANCISCO, Papa. *Carta encíclica Laudato si’ do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 24 maio 2015. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html).

FRANCISCO, Papa. *Escutar com o ouvido do coração*: mensagem para o 56º Dia Mundial das Comunicações Sociais. Vaticano, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/20220124-messaggio-comunicazioni-sociali.html>.

FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica Laudate Deum do Santo Padre Francisco a todas as pessoas de boa vontade sobre a crise climática*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 4 out. 2023. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html).

FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica pós-sinodal Querida Amazonia do Santo Padre Francisco ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2 fev. 2020. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20200202\\_querida-amazonia.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html).

FRANCISCO, Papa. *Falar com o coração: “testemunhando a verdade no amor” (Ef 4,15)*: mensagem para o 57º Dia Mundial das Comunicações Sociais. Vaticano, 24 jan. 2023. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/20230124-messaggio-comunicazioni-sociali.html>.

GUMUCIO DAGRON, Alfonso. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. *Signo y Pensamiento*, Bogotá, v. 30, n. 58, p. 26–39, jan./jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.syp30-58.cpcs>.

Disponível em:

<https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/2454>.

REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA. *Quem somos*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.repam.net/es/quienes-somos/>.

SÍNODO DOS BISPOS. *Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral: documento final*. Vaticano, 26 out. 2019. Disponível em: [https://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_20191026\\_sinodo-amazonia\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20191026_sinodo-amazonia_po.html).

## CAPÍTULO 10

**COMUNICAÇÃO PARA O BEM VIVER: CONSTRUINDO ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS COM A CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB) E A PLATAFORMA DE AÇÃO LAUDATO SI' (PALS BRASIL)<sup>25</sup>**

*Irmã Cláudia Chesini, CSC<sup>26</sup>*

A 14ª edição do Mutirão Brasileiro de Comunicação (Muticom), promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por meio de sua Comissão Episcopal para a Comunicação Social e em parceria com várias instituições do mesmo segmento, especialmente com a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), foi realizada em Manaus, de 25 a 28 de setembro de 2025, e teve como objetivo: “Engajar comunicadores, pesquisadores, estudantes, agentes pastorais e sociais para reflexões, produções e ações de comunicação pela Ecologia Integral, transformação social e sustentabilidade justa, impactando os diversos espaços sociais” (Muticom, 2025).

Em um tempo marcado por vários acontecimentos relacionados à região amazônica, entre eles os dez anos da Encíclica *Laudato Si'* e a Conferência do Clima (COP30), realizada em Belém do Pará, em novembro de 2025, esta edição do Muticom buscou sensibilizar, resgatar e fortalecer a justiça ecológica a partir dos rios da Amazônia.

Na perspectiva da ecologia como algo inerente ao ser humano, a vida perpassa o tempo e segue por diversas correntes no grande rio da existência, aqui denominado Rio Xingu. Nesse contexto, Ailton Krenak, no cordel intitulado *O Rio da Memória*, aborda a perspectiva de futuro do ser humano e do planeta a partir da sustentabilidade. Ele destaca que só haverá existência se houver a compreensão de que o passado ancestral nos guia como as águas de um rio.

---

<sup>25</sup> Texto elaborado a partir da experiência apresentada no Rio Xingu “Comunicação para o Bem Viver: Construindo Alternativas Sustentáveis”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>26</sup> Religiosa das Irmãs da Santa Cruz e atua em iniciativas ligadas à Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB Nacional) e à Plataforma de Ação Laudato Si'. Desenvolve ações voltadas à ecologia integral, justiça socioambiental e cuidado com a Casa Comum.

“Suas águas correm em minha memória, ora na mansidão das pequenas lagoas e outras tantas, na velocidade de quem escorrega nas grandes pedras com águas rasas” (Krenak, 2023). Nessas diferentes correntes, o Bem Viver, enquanto conjunto de ideias que vieram dos países andinos e dos nossos povos originários, vai surgindo e, como a força e a criatividade das águas, contribui para a superação da maneira linear de entender e de fazer, abrindo caminho para um jeito de compreender, de fazer e de se organizar de forma circular.

O conceito de Bem Viver é enriquecido por vários autores. Segundo Acosta (2016), a compreensão do Bem Viver, baseada no conhecimento dos diversos povos existentes no território, amplia a visão, permitindo visualizar novos elementos para uma organização de sociedade sustentada na convivência com a diversidade e em harmonia com a natureza.

São propostos quatro elementos: a alternativa ao desenvolvimento linear, sugerindo um modelo que rejeita a lógica da acumulação de capital e do crescimento econômico ilimitado; os direitos da Natureza, nos quais a Natureza deixa de ser vista como recurso e passa a ser reconhecida como sujeito de direitos; a economia solidária e plural, baseada na solidariedade, na reciprocidade e na diversidade, com práticas comunitárias e locais; e a demodiversidade, como forma de organização que respeita os modos de organização política dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Já segundo a FAO e o FILAC (2021), o Bem Viver como prática de sobrevivência da humanidade é reconhecido a partir da percepção de que os povos tradicionais são vitais para o sucesso do combate às mudanças climáticas e agentes fundamentais para a transformação da sociedade em benefício do ambiente. Esses elementos refletem uma visão de mundo que valoriza a coletividade, a harmonia com a Natureza e a pluralidade cultural como pilares de uma nova forma de viver.

Como horizonte utópico para a compreensão da relação entre a Natureza e o ser humano, foi escrita a Encíclica *Laudato Si'* (Francisco, 2015) pelo então Papa Francisco. Em seguida, o Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, a serviço da Igreja Católica universal e de “todas as pessoas de boa vontade” (Francisco, 2015, n. 3), criou a Plataforma de Ação *Laudato Si'*, com uma abordagem holística, considerando os limites planetários de todos os sistemas socioeconômicos e as raízes humanas da crise ecológica. Esses objetivos são um convite a uma mudança espiritual e cultural para alcançar a ecologia integral, proposta também neste Muticom (Plataforma de Ação *Laudato Si'*):

- **Resposta ao Clamor da Terra:** é um chamado para proteger nossa Casa Comum para o bem-estar de todas as criaturas vivas, à medida que abordamos de forma equitativa a crise climática, a perda de biodiversidade e a sustentabilidade ecológica.
- **Resposta ao Clamor dos Pobres:** é um chamado para promover a ecojustiça, conscientes de que somos chamados a defender a vida humana desde a concepção até a morte e todas as formas de vida na Terra.
- **Economia Ecológica:** reconhece que a economia é um subsistema da sociedade humana, que, por sua vez, está inserida na biosfera, nossa Casa Comum.
- **Adoção de Estilos de Vida Sustentáveis:** baseia-se na ideia de suficiência e na promoção da sobriedade no uso de recursos e energia.
- **Educação Ecológica:** consiste em repensar e reprojetar a reforma curricular e institucional no espírito da ecologia integral, a fim de promover a consciência ecológica e a ação transformadora.
- **Espiritualidade Ecológica:** nasce de uma profunda conversão ecológica e nos ajuda a “descobrir Deus em todas as coisas”, tanto na beleza da criação quanto nos suspiros dos doentes e nos gemidos dos aflitos, conscientes de que a vida do espírito não está dissociada das realidades do mundo.
- **Resiliência e Empoderamento da Comunidade:** prevê uma jornada sinodal de envolvimento comunitário e ação participativa em vários níveis.

A CRB possui longa trajetória no que tange ao cuidado da Criação, desde a oficialização da Comissão de Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC) até a divulgação e o acompanhamento da Plataforma de Ação *Laudato Si'* em todo o Brasil. As congregações e comunidades ouvem o apelo da Igreja, sentem as necessidades dos territórios, veem o apelo dos mais pobres, articulam-se, escrevem seus planos e os publicam na Plataforma.

Há vários relatos no site da CRB e no site da Plataforma de Ação *Laudato Si'*. São aproximadamente 40% das congregações brasileiras contatadas, das quais 30% estão em processo de elaboração ou já concluíram o plano de ação, inclusive algumas com certificação. Abaixo, alguns exemplos:

- **Alternativa ao desenvolvimento tradicional × Economia Ecológica × Adoção de Estilos de Vida Sustentáveis:** Horta

Mandala — Instituto Mãe da Misericórdia — Irmãs Servas dos Pobres (PR).

- **Direitos da Natureza × Resposta ao Clamor da Terra × Espiritualidade Ecológica:** *Cartilha Laudato Si'* — Irmãs Franciscanas Bernardinas (RS).
- **Economia solidária e plural × Economia Ecológica × Resposta ao Clamor dos Pobres:** Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula (TO e GO).
- **Demodiversidade × Resiliência e Empoderamento da Comunidade × Educação Ecológica:** Natal Solidário — Associação Filhas do Sagrado Coração de Jesus.

O desejo do Bem Viver da Vida Religiosa Consagrada, conectado à *Laudato Si'*, converge para uma visão ética, espiritual e ecológica de mundo, na qual o cuidado com a Terra e com os outros é fundamental na consagração e na missão.

## Referências

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB NACIONAL). *Congregações contatadas*. Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: <https://laudatosi.crbnacional.org.br/congregacoes-contatadas/>.

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB NACIONAL). *Plataforma de Ação Laudato Si'*. Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: <https://laudatosi.crbnacional.org.br/>.

DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL. *Objetivos Laudato Si'*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://plataformadeacaolaudatosi.org/objetivos-laudato-si/>.

FRANCISCO, Papa. *Carta encíclica Laudato si' do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 24 maio 2015. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html).

FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (FILAC); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). *Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques: una oportunidad para la acción climática en América Latina y el Caribe*. Santiago: FAO, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4060/cb2953es>.

KRENAK, Ailton. *O rio da memória*, 2023.

MUTICOM. *Muticom 2025: Arquidiocese de Manaus*. Manaus, 2025. Disponível em: <https://muticom.com.br/>.

## CAPÍTULO 11

DO RIO NAPO À FESTA DAS FRUTAS: SOBRE OS DESAFIOS DA  
COMUNICAÇÃO QUE TRANSFORMA<sup>27</sup>*Ivânia Vieira*<sup>28</sup>

*“Nós, caminhando pelos penhascos,  
atingimos o equilíbrio das planícies. [...]   
Nós, habitando nos rincões,  
atingimos a proximidade da redondeza. [...]   
Nossas trajetórias nos movem,  
Nossa ancestralidade nos guia.”*  
**Trechos de poema de Nêgo Bispo  
dedicado ao povo da Maré (RJ),  
em 2018 (Santos, 2018).**

Transformar — mudar de forma ou mudar a maneira de — é o processo provocador proposto pelo 14º MUTICOM 2025, com o tema “Comunicação e Ecologia Integral: transformação e sustentabilidade justa”, realizado, pela primeira vez, em Manaus, no período de 25 a 28 de setembro (CNBB, 2025). A metodologia utilizada constituiu-se em uma das propostas mais desafiadoras para as/os mais de 700 participantes, ao eleger rios pan-amazônicos como caminhos e salas ou ambientes para, a partir de uma realidade proposta, *ver, sentir, compartilhar* e assumir compromissos com o *agir* pós-mutirão da Comunicação.

Os participantes foram convidados a percorrer e a ocupar cada rio/sala com seus respectivos assuntos. O rio Napo, uma das 12 salas, abrigou a questão

---

<sup>27</sup> Texto elaborado a partir da reflexão apresentada no Rio Napo “Comunicação e Saberes Ancestrais: Povos Originários em Ação Socioambiental”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>28</sup> Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia e professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Atua no Departamento de Comunicação Social e no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, com pesquisas sobre jornalismo, cidadania, comunicação comunitária e Amazônia.

“Comunicação e Saberes Ancestrais: povos originários em ação socioambiental”, com os subeixos: a) Caminho da Mudança, b) Comunicação que transforma.

O Napo é um rio onde a agonia amazônica se expressa como advertência aos efeitos da destruição provocada pela ação humana e por seu principal modelo de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, é esperança para os povos originários, as comunidades ribeirinhas, os habitantes mais distantes dele e as outras formas de vida. Está cercado por florestas tropicais úmidas e abriga valores ecológicos, sociais, econômicos e culturais. Nasce na Cordilheira dos Andes, no Equador, e se estende por 1.075 quilômetros até desaguar no rio Amazonas, em território peruano. O Napo é uma porção de água que desce e amorosamente se espalha pelo Equador e pelo Peru, alcançando o Brasil pelas águas do Amazonas.

Uma comunicação como caminho de mudança, na perspectiva dos cristãos católicos e da ecologia integral, configura-se como um compromisso real com o bem-viver e é construída no exercício permanente de promover informações éticas, esclarecedoras e respeitosas; acolher os diferentes; valorizar o diálogo; agir no enfrentamento da desigualdade; estar atenta à diversidade e acolhê-la; desenvolver iniciativas coletivas; aprender a escutar e a criar ambientes de escuta; cultivar a dignidade e o respeito à natureza.

Banhadas/os pelas águas do Napo, as/os participantes da roda de conversas tiveram a oportunidade de participar de um momento singular: a Festa das Frutas, apresentada pelo Pe. Justino Sarmento Rezende, do povo tuyuka, salesiano. A partir da tese de doutorado em Antropologia, intitulada “*A Festa das Frutas: uma abordagem antropológica das cerimônias rituais entre os Utãpinopona (Tuyuka) do Alto Rio Negro*” (Rezende, 2021), a apresentação ganhou uma proposta comunicacional, dividida em cinco atos, cada um deles organizado em cenas nas quais o aroma das frutas, os aturás e os potes transbordantes, o tranquilizador do espaço da festa, o amontado de frutas e a transformação da Festa das Frutas, juntos e cada um ao seu tempo, tecem a comunicação pelo perspectivismo dos tuyuka.

A tese de Pe. Justino, transformada em livro pela Editora Mil Folhas (Rezende, 2023), foi recepcionada como instrumento de movimentação do conhecimento antropológico e, quando manejada como possibilidade de comunicação integral, torna-se um convite, “ao sabor das frutas boas e das frutas estragadas”, àquelas e àqueles que atuam nessa área.

Um dos convidados para ser facilitador no “rio Napo”, Pe. Justino, buscou, na ideia de uma festa protagonizada pelas frutas, a partir de um lugar amazônico, demonstrar as etapas da vida e suas mensagens. Frutas necessitam de árvores que necessitam de terra, do ar, da água, dos pássaros e dos outros

animais. Todos em comunicação. Alguns a usam para promover a cultura da violência; outros, para promover a cultura da não violência.

As conversas e as propostas feitas pelas/pelos participantes do “Napo” — que podem ser conhecidas na seção Cartografia das Confluências — não abandonam as dificuldades de andar no caminho de uma comunicação que transforma. Apresentam possibilidades de continuar nesse caminhar, o que reivindica outra corporeidade disposta às imersões em águas profundas do experimentar, do conhecer e do querer fazer. Em uma cidade amazônica, Manaus, e em comunidades desse lugar, a gente do 14º MUTICOM pode conectar-se com outras vivências, outros sotaques, outras culturas e com a outra comunicação que, nelas, já é feita há milhares de anos, embora ainda viva sob o muro do silenciamento.

O MUTICOM confirmou-se como projeto de luta, pensado e instituído por pessoas que, em momentos trágicos da história política brasileira, tiveram a coragem de sentir e agir. Como movimento, carrega um símbolo: defender o direito à vida por meio da comunicação. É compromisso e princípio de uma comunicação compreendida como libertária e emancipatória. Opõe-se à mercantilização e se estabelece na confluência cosmológica.

## Referências

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Lançada programação do 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação em 2025; Manaus sediará o encontro. Brasília, DF, 14 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/lancada-programacao-do-14o-mutirao-brasileiro-de-comunicacao-em-2025-manaus-sediara-o-encontro/>.

MUTICOM. 14º Muticom 2025: metodologia colaborativa e participativa define o evento em Manaus. Manaus, 18 fev. 2025. Disponível em: <https://muticom.com.br/14o-muticom-2025-metodologia-colaborativa-e-participativa-define-o-evento-em-manaus/>.

REZENDE, Justino Sarmiento. A festa das frutas: uma abordagem antropológica das cerimônias rituais entre os ʘtãpinopona (Tuyuka) do Alto Rio Negro. 2021. 417 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8566>.

REZENDE, Justino Sarmiento. A festa das frutas: uma abordagem antropológica das cerimônias rituais entre os ʘtãpinopona (Tuyuka) do Alto Rio Negro. Brasília, DF: Mil Folhas, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. [Poema dedicado ao povo da Maré]. 2018. In: REDES DA MARÉ. Somos começo, meio e começo: um até breve a Nêgo Bispo. Rio de Janeiro, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/artigo/321/somos-comeco-meio-e-comeco-um-ate-breve-a-nego-bispo>.

## CAPÍTULO 12

**A FESTA DAS FRUTAS: UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA  
DAS CERIMÔNIAS RITUAIS ENTRE OS ʘTĀPINOPONA  
(TUYUKA) DO ALTO RIO NEGRO<sup>29</sup>**

*Pe. Justino Sarmento Rezende, SDB<sup>30</sup>*

Durante o 14º MUTICOM, realizado em Manaus (AM), no período de 25 a 28 de setembro de 2025, eu apresentei um relato de experiência nos Rios Amazônicos Temáticos, especificamente no Rio Napo, com o tema A Festa das Frutas, objeto de minha tese de doutorado (Muticom, 2025; Rezende, 2021). A obra é organizada em formato de atos e cenas, nos quais circulam os diversos atores, como cantores, dançarinos, sopradores de instrumentos, pintores e servidoras de bebidas, bem como diferentes espaços (palcos), danças, sons, ritmos e formas de iluminação. Dessa maneira, o tema estabelecia uma conexão com o rio temático, cuja temática era “Comunicação e Saberes Ancestrais: povos originários em ação socioambiental”.

**Primeiro Ato: O aroma das frutas**

Os detentores de conhecimentos, ao sentirem o aroma das frutas, decidem realizar a festa. Três cenas comunicam os significados da festa: O aroma das frutas anuncia a festa (I). A circulação do ar e do vento espalha o cheiro bom e agradável e indica que as frutas estão maduras e podem ser

---

<sup>29</sup> Texto elaborado a partir da experiência apresentada no Rio Napo “Comunicação e Saberes Ancestrais: Povos Originários em Ação Socioambiental”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM, com base na tese de doutorado defendida em 5 de outubro de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>30</sup> Indígena do povo Tuyuka, é religioso salesiano, mestre em Educação e doutor em Antropologia Social. Realizou estudos de pós-doutorado na área e atua como professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Desenvolve trabalhos voltados à valorização dos saberes, espiritualidades, rituais e culturas dos povos indígenas amazônicos, articulando missão, antropologia, memória e ancestralidade.

coletadas e comidas. As frutas dançam com as pessoas (II) é uma expressão para mostrar as diversas atividades preparatórias para fazer uma boa festa. O aroma das frutas expulsa as doenças (III) refere-se à realização das cerimônias xamânicas de proteção contra os perigos (doenças, brigas etc.) e à ativação de energias boas que geram tranquilidade, amizade, bons diálogos, transmissão de conhecimentos etc.

### **Segundo Ato: Os aturás e os potes que transbordam**

Nesse ato, são organizadas duas cenas: Enchendo os aturás (I) trata do envolvimento de muitas pessoas para juntar muitas frutas. Potes que transbordam de caxiri<sup>31</sup> (II) refere-se às atividades das mulheres na preparação da bebida fermentada, a qual gera um nível de embriaguez que ativa a energia necessária para que os participantes possam soprar bem os instrumentos musicais, dançar e cantar com animação.

### **Terceiro Ato: Tranquilizando o espaço da festa**

O ato está organizado em duas cenas: Escorraçando os causadores de doenças (I) trata da ação de limpar o espaço das forças negativas que podem gerar desentendimentos, brigas, invejas etc. O cheiro do tabaco, o sabor amargo do patu (ipadu) e do kapi (ayahuasca) espantam as doenças (II) refere-se aos materiais utilizados nas cerimônias que, pelos seus cheiros e sabores associados às forças cerimoniais, afastam os seres causadores de doenças, tranquilizam-nos e deixam-nos quietos em seus lugares.

### **Quarto Ato: Amontoado de frutas**

Esse ato está organizado em cinco cenas: Levando as frutas e narrando as histórias (I) trata da chegada dos visitantes, que levam muitas frutas, e da acolhida realizada pelos anfitriões; nesse momento, são realizados muitos discursos de oferecimento e recebimento das frutas. Cantando e dançando dia e noite (II) trata de cantos e danças que acontecem durante a festa; são elementos constitutivos de uma festa. As mulheres dançam no ritmo dos homens (III) mostra a participação das mulheres na animação da festa e na formação de pares para as danças. Arder a língua e os lábios com pimenta para livrar-se das doenças (IV) trata de seguir as orientações pós-cerimoniais, as

---

<sup>31</sup> Caxiri é uma bebida feita com caldo de mandioca bem cozido, misturado com beiju mastigado, batatas, caldo de cana e outros materiais, para que a bebida fique bem fermentada.

dietas e as restrições alimentares, antes da participação na cerimônia de liberação da alimentação. Dessa forma, evita-se contrair algumas doenças. Deitar e dormir (V) trata do final da festa e da importância do descanso e da recuperação da saúde para seguir vivendo.

### **Quinto Ato: A festa das frutas se transforma**

Esse ato refere-se às transformações culturais, principalmente por meio dos contatos com a sociedade ocidental: A Festa das Frutas veste novas roupagens (I) refere-se aos diferentes modos de fazer a festa; A Festa das Frutas fala as línguas de cada povo (II) mostra como novos atores utilizam novas linguagens; A Festa das Frutas vive da floresta, dos rios e dos comércios (III) mostra que são aproveitados outros espaços para conseguir materiais para a festa; A Festa das Frutas fermenta-se com novos ingredientes (IV) mostra que existem novas formas de preparação de bebidas, com o uso de novos ingredientes; A Festa das Frutas canta e dança em novas pistas (V) refere-se à utilização de diferentes espaços para a festa; A Festa das Frutas repercute as vozes de novos especialistas (VI) refere-se ao surgimento de novos atores da festa; A Festa das Frutas deleita-se com a inovação das músicas (VII) trata da inserção de novos instrumentos musicais para tocar e cantar; A Festa das Frutas restabelece a união com as flautas cerimoniais (VIII) refere-se à retomada de antigos instrumentos musicais de sopro, retomada que exige o treinamento de jovens por parte dos idosos.

### **Comunicação como Festa Das Frutas**

A Festa das Frutas mostra a atuação de diversos atores, cenários, espaços, linguagens, músicas, cantos, diálogos, cheiros, sabores etc. Apresenta detalhadamente como funciona a comunicação entre os detentores de conhecimentos (homens e mulheres) e os irmãos da comunidade. A comunicação transita por diversos espaços sociais, antropológicos e religiosos e ativa muitos conhecimentos e práticas. Mostra ainda a estreita conexão das linguagens cósmicas (cheiros) e dos seres cósmicos (fruteiras, pássaros etc.) com os humanos (povos).

É muito importante a ação xamânica para a proteção, a tranquilização e a visibilização da festa; para os diálogos com os donos das florestas e com as mães e os pais das frutas (reflexividades indígenas; abordagens antropológicas); e para o respeito, a valorização e a reciprocidade. A comunicação tem forças semelhantes para ativar e visibilizar os acontecimentos locais, regionais,

nacionais e internacionais, mas, ao mesmo tempo, deve combater os poderes que desestruturam e enganam as pessoas e as instituições.

### Referências

MUTICOM. *Muticom 2025: Arquidiocese de Manaus*. Manaus, 2025. Disponível em: <https://muticom.com.br/>.

REZENDE, Justino Sarmiento. *A festa das frutas: uma abordagem antropológica das cerimônias rituais entre os ʔtãpinopona (Tuyuka) do Alto Rio Negro*. 2021. 417 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8566>.



# CONFLUÊNCIA III

***FAZER CIRCULAR A PALAVRA:  
RÁDIO, REDES, JUVENTUDES  
E MOBILIZAÇÃO***

## CAPÍTULO 13

**RÁDIO COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO E  
MOBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL<sup>32</sup>***Joelma Viana dos Santos<sup>33</sup>*

O rádio, tradicionalmente visto como um dos meios de comunicação mais antigos e acessíveis, continua sendo uma poderosa ferramenta de educação e mobilização social (Pereira et al., 2001; Ribeiro; Schwartz, 2021), sobretudo em regiões de difícil acesso, como ocorre na Amazônia, onde, em muitos lugares, só se chega de barco ou por estradas, percorrendo-se longas distâncias. Além disso, muitos desses locais não têm acesso à internet ou a outros meios, como a televisão, e o rádio torna-se uma ferramenta estratégica para dialogar com diferentes públicos, denunciar as injustiças e promover a transformação socioambiental.

Esse poder de mobilização e conexão não é de hoje. Quando Roquette-Pinto fundou, em 1923, a pioneira Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, ele tinha o propósito de torná-la um instrumento não apenas de informação, mas principalmente de educação. “O rádio é a escola dos que não têm escola. É o jornal de quem não sabe ler. É o animador de novas esperanças” (Pinto apud Abert, 2022).

Inspiradas nessas palavras, muitas outras rádios foram criadas no Brasil não só com o propósito de educar, mas também de promover a transformação social, em especial nas regiões Nordeste e Amazônica. Nesse contexto, nasceu, em 1961, o Movimento de Educação de Base (MEB), iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), apoiada pelo governo federal, que desenvolveu um programa de educação de base por meio de escolas

---

<sup>32</sup> Texto elaborado a partir da reflexão apresentada no Rio Jari “Rádio como Ferramenta de Educação e Mobilização Socioambiental”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>33</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Oeste do Pará, gestora da Rede de Notícias da Amazônia, professora do Centro Universitário da Amazônia (Unama Santarém). Atua com rádio, comunicação popular, educação, redes de comunicação e democratização da informação nos territórios amazônicos.

radiofônicas e, em seu percurso, dialogou com princípios de conscientização presentes também no pensamento de Paulo Freire.

À luz do pensamento do educador Paulo Freire, o rádio pode ser compreendido como um meio de empoderamento, capaz de promover a conscientização, o diálogo e a participação comunitária, em vez de apenas transmitir conteúdo de forma passiva (Freire, 1985). Nessa perspectiva, seu alcance e sua capacidade de valorizar a cultura local podem ser usados para empoderar as pessoas a se tornarem agentes de mudança, liberando-as da opressão e da violência.

Nessa perspectiva, as escolas radiofônicas eram verdadeiras salas de aula: não apenas ensinavam a ler e escrever, mas também estimulavam a consciência crítica dos ouvintes, que, com base nesses conhecimentos adquiridos, criaram sindicatos, associações de moradores e movimentos populares.

Com o mesmo pensamento, Mario Kaplún valoriza o uso do rádio para fomentar a consciência crítica e a transformação social. Teórico da comunicação popular, Kaplún defendia que os meios de comunicação deveriam ser utilizados para suscitar a reflexão e gerar discussão, tornando-se instrumentos de uma educação transformadora (Kaplún, 1985). Kaplún também destacava a importância da comunicação comunitária, na qual os setores populares deixam de ser meros ouvintes para se tornarem interlocutores ativos. Essa perspectiva fortalece a ideia de uma comunicação democrática e participativa.

Marshall McLuhan, ao analisar os meios de comunicação, descreveu o rádio como o “tambor tribal” da era eletrônica (McLuhan, 1964). Segundo ele, o rádio promove a retribalização da humanidade, restabelecendo a cultura oral e promovendo intenso envolvimento do ouvinte. Essa característica torna o rádio um meio ideal para a educação popular e socioambiental, pois estimula a escuta ativa e o engajamento em prol de uma causa.

Diante do exposto, percebe-se que, mesmo com o avanço das tecnologias, em especial da internet, o rádio permanece relevante e vivo, especialmente na Amazônia, onde ele é mais do que uma mídia de informação: é um canal de luta e resistência. É a mídia utilizada para convocar as reuniões, a exemplo dos sistemas de rádio-poste instalados no meio das comunidades. Essas rádios populares contribuíram e ainda contribuem para sanar o chamado vazio de notícias.

O levantamento da InfoAmazonia identificou na região 49 emissoras que realizam cobertura socioambiental, ou seja, as rádios representam 16% dos 307 meios jornalísticos voltados para questões ambientais (InfoAmazonia, 2024). Iniciativas como a Rede de Notícias da Amazônia, que une emissoras da região

para denunciar as agressões à Casa Comum, e a Rádio Nacional dos Povos, que articula a comunicação indígena e quilombola com a justiça climática, mostram como o rádio pode ser uma ferramenta estratégica de comunicação colaborativa para promover a educação e a mobilização socioambiental.

Assim, percebe-se que o rádio é mais do que um veículo de informação: é um espaço de diálogo, cultura e transformação social; investir no rádio é investir em cidadania, educação e sustentabilidade em prol de um ambiente saudável para todos. Em tempos de crise ambiental e social, ele se reafirma como uma ferramenta essencial para fortalecer comunidades e promover a justiça socioambiental.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO (ABERT).

*Roquette-Pinto e o rádio educativo*. Memória ABERT, [S. l.], 11 ago. 2022.

Disponível em: <https://memoria.abert.org.br/roquette-pinto-e-o-radio-educativo/>.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

INFOAMAZONIA. *Amazônia Legal conta com 49 rádios que tratam de temas socioambientais*. [S. l.], 8 out. 2024. Atualizado em: 4 abr. 2026. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2024/10/08/amazonia-legal-counta-com-49-rádios-que-tratam-de-temas-socioambientais/>.

KAPLÚN, Mario. *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL, 1985.

MCLUHAN, Marshall. *Understanding media: the extensions of man*. New York: McGraw-Hill, 1964.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB). *História*. Brasília, DF, [s. d.].

Disponível em: <https://meb.org.br/historia/>.

PEREIRA, Célia Maria Corrêa; BARCELOS, Maria da Conceição Viana; RIBEIRO, Otacílio José; CRUZ, Dulce Márcia. Educação em ondas: o rádio como instrumento e como possibilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande, MS: Intercom, 2001. Disponível em:

<https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/152226897630468456803788678743198620735.pdf>.

RÁDIO NACIONAL DOS POVOS. *Início*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://radionacionaldos povos.com.br/>.

REDE DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA. *Início*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://redenoticiasdamazonia.com.br/>.

RIBEIRO, Matheus Henrique Pinheiro; SCHWARTZ, Rosana M. P. B. Projeto Educom.rádio: uma prática educativa social. In: VIANA, Claudemir Edson; ALMEIDA, Raíja Maria Vanderlei (org.). *O protagonismo infantojuvenil nos processos educacionais*. São Paulo: ABPEducom, 2021. p. 298–311. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/publicacoes2/index.php/portal/catalog/download/18/18/2750?inline=1>.

## CAPÍTULO 14

**ENTRE RIOS E ONDAS: A REDE DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA E A COMUNICAÇÃO QUE CONECTA TERRITÓRIOS E POVOS<sup>34</sup>***Carlos Alexandre Rodrigues Ferreira<sup>35</sup>*

O Mutirão Brasileiro de Comunicação (Muticom), realizado em Manaus sob o tema “Comunicação e Ecologia Integral: transformação e sustentabilidade justa”, reafirmou a importância da comunicação como prática libertadora e instrumento de construção de uma sociedade mais humana, ambientalmente consciente e socialmente justa. Ao longo das atividades, os Rios Amazônicos Temáticos tornaram-se espaços simbólicos de escuta, partilha e troca de saberes, reafirmando que a comunicação, quando feita com propósito e sensibilidade, é também uma forma de cuidado com a Casa Comum.

No Rio Jari, a reflexão girou em torno do rádio como ferramenta de educação e mobilização socioambiental. Ao lado da companheira Joelma Viana, apresentei um recorte dessa experiência a partir do trabalho que desenvolvo como jornalista ambiental da Rede de Notícias da Amazônia (RNA), organização que, em 2025, completava 22 anos de atuação na democratização da informação na Pan-Amazônia, ligando territórios, comunidades e vozes que, historicamente, foram invisibilizadas pelos grandes meios de comunicação.

Por meio da apresentação e de um vídeo com a fala do padre Edilberto Sena, fundador da RNA, os participantes puderam conhecer a trajetória dessa iniciativa que nasceu da fé e da resistência. Padre Edilberto, então diretor da Rádio Rural de Santarém, relata que a ideia da Rede surgiu após uma viagem a Parintins, quando, inspirado pelo Espírito Santo e pelos companheiros de caminhada, começou a sonhar com uma comunicação feita a partir da Amazônia e para os povos da Amazônia.

A partir desse ideal, constituiu-se uma rede de emissoras ligadas às dioceses e arquidioceses, unidas pela missão de ampliar as vozes das

---

<sup>34</sup> Texto elaborado a partir da experiência apresentada no Rio Jari “Rádio como Ferramenta de Educação e Mobilização Socioambiental”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>35</sup> Jornalista com atuação na comunicação amazônica, em produções voltada aos territórios, povos, culturas e realidades sociais da região.

comunidades e defender os direitos da floresta e de seus povos. A Rede de Notícias da Amazônia é uma associação de emissoras sem fins lucrativos que atua em sete estados da Amazônia Legal: Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Maranhão. Com cerca de 20 emissoras associadas, a RNA tornou-se um modelo de comunicação popular e eclesial que ultrapassou o rádio para se tornar multiplataforma, presente em seu site, no YouTube, nas redes sociais, em podcasts e em plataformas agregadoras de música. Seu principal objetivo é democratizar a comunicação, priorizando o ponto de vista dos lutadores sociais e valorizando as identidades culturais, ambientais e espirituais da região.

Entre seus produtos, destacam-se o jornal diário “Amazônia é Notícia”, veiculado em rede às 17h30 (horário de Brasília), e o programa “Caminhos da Amazônia”, uma revista radiofônica dedicada à educação ambiental e ao diálogo entre saberes tradicionais e científicos sobre o cuidado com o meio ambiente. Esses conteúdos são produzidos de forma colaborativa, com reportagens enviadas pelas emissoras associadas e editadas na cabeça de rede, em Santarém (PA). Ambos os programas têm recebido reconhecimento nacional, inclusive por meio do Prêmio Microfone de Prata, concedido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A RNA é uma escola de cidadania e resistência. Promove formações continuadas para comunicadores populares, estabelece protocolos de segurança para seus profissionais, especialmente em áreas de conflito, e atua como instrumento para o enfrentamento dos desertos de notícias, fenômeno que marca boa parte dos municípios amazônicos onde não há cobertura jornalística regular (Botelho, 2025). Em cada uma dessas iniciativas, a comunicação é compreendida como ato político e pastoral: um compromisso com a verdade e com a promoção do Bem Viver, em harmonia com a Mãe Natureza.

O testemunho do padre Edilberto Sena, que chegou a ser ameaçado de morte por denunciar crimes ambientais e injustiças sociais, continua a inspirar novos comunicadores e comunicadoras da floresta. Sua coragem ecoa na missão da RNA, cuja linha editorial, orientada pelos valores do Evangelho e pela defesa da vida, reafirma o compromisso com a educação ambiental, com as culturas dos povos amazônicos e com o combate à corrupção.

Durante o Muticom, o Rio Jari, com a participação de representantes de emissoras de rádio de diferentes lugares do Brasil, refletiu sobre o papel do rádio na Amazônia contemporânea. As partilhas dos participantes reforçaram que a comunicação ecológica integral não se limita a transmitir informações, mas deve promover relações de cuidado e responsabilidade mútua entre os

seres humanos e a natureza. Assim como as águas dos rios interligam comunidades distantes, a comunicação solidária une pessoas em torno de um propósito comum: a transformação social e a sustentabilidade justa.

A experiência da RNA é um exemplo concreto de como a comunicação pode ser instrumento de evangelização, cidadania e promoção da ecologia integral. Ao conectar povos e territórios, a Rede faz com que o rádio continue sendo a voz das margens, uma voz que resiste, educa e mobiliza. Em tempos de crise climática, desinformação e concentração midiática, iniciativas como a Rede de Notícias da Amazônia reafirmam que comunicar é também um ato de fé, uma forma de fazer brotar esperança nas margens dos rios e dos corações.

### Referências

BOTELHO, Jéssica. O jornalismo da Região Norte segue em expansão, aponta Atlas da Notícia 2025. *Atlas da Notícia*, [S. l.], 10 jul. 2025. Disponível em: <https://atlas.jor.br/v7/o-jornalismo-da-regiao-norte-segue-em-expansao-aponta-atlas-da-noticia-2025/>.

REDE DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA (RNA). *Início*. Santarém, PA, [s. d.]. Disponível em: <https://redenoticiasdamazonia.com.br/>.

REDE DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA (RNA). *Podcasts*. Santarém, PA, [s. d.]. Disponível em: <https://redenoticiasdamazonia.com.br/podcasts/>.

## CAPÍTULO 15

**CHAMA DA PALAVRA: FORMAÇÃO EM RÁDIO DIGITAL, COMUNITÁRIA E CIDADÃ<sup>36</sup>***Franklin Machado<sup>37</sup>*

Durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação (MUTICOM), realizado em Manaus, o curso *Chama da Palavra* foi compartilhado como uma das experiências práticas do Rio Purus, dedicado ao tema “Comunicação para a Transformação Social: Mobilização e Incidência Popular”. Inserida no momento Comunicação que Transforma, a apresentação mostrou como a formação de jovens comunicadores pode contribuir para mobilizar comunidades, ampliar a participação cidadã e fortalecer processos locais de transformação social.

O *Chama da Palavra* é uma iniciativa da SIGNIS Brasil Jovem que busca formar jovens comunicadores comprometidos com a cultura de paz, a ação sociotransformadora e as causas do Evangelho. Inspirado na tradição do rádio comunitário e cidadão, o projeto propõe uma experiência formativa que une fé, técnica e compromisso social, adaptando esses valores à realidade das plataformas digitais e às novas linguagens da comunicação contemporânea.

No contexto do MUTICOM, a experiência dialogou diretamente com as reflexões desenvolvidas no Rio Purus. Ao articular formação, participação comunitária e incidência local, o projeto demonstrou que a comunicação para a transformação social não se limita à produção de conteúdos: ela também cria vínculos, desperta protagonismos, organiza redes e prepara pessoas para agir em suas próprias realidades.

A SIGNIS Brasil é uma associação católica de comunicação que articula comunicadores, veículos e instituições em todo o país, promovendo uma comunicação humanizadora, ética e inspirada no Evangelho. Filiada à SIGNIS Mundial, organismo reconhecido oficialmente pelo Vaticano, a entidade

---

<sup>36</sup> Texto elaborado a partir da experiência apresentada no Rio Purus “Comunicação para a Transformação Social: Mobilização e Incidência Popular”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>37</sup> Jornalista e comunicador, com atuação em processos de formação de jovens comunicadores. Desenvolve trabalhos relacionados à comunicação católica, rádio digital, comunicação comunitária, cultura de paz e ação sociotransformadora.

representa a Igreja Católica junto aos meios de comunicação, congregando profissionais de rádio, TV, imprensa, cinema e mídias digitais.

A SIGNIS Brasil promove formações, articula redes e incentiva projetos que colocam a comunicação a serviço do bem comum. Sua missão é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, na qual a palavra comunicada seja também uma palavra que transforma.

O *Chama da Palavra* nasceu do desejo de atualizar, no ambiente digital, os valores que sempre inspiraram o rádio popular: o compromisso com o bem comum, a participação cidadã e a construção coletiva da palavra pública. Reconhecendo que a transformação tecnológica modificou profundamente as formas de produzir e consumir conteúdo sonoro, o curso propõe integrar a dimensão técnica da comunicação à sua dimensão ética, comunitária e pastoral.

O percurso formativo realizado em 2024 foi estruturado em oito módulos temáticos que abordaram desde os fundamentos da educomunicação até temas como democracia, direitos comunicacionais, relações de gênero, ecologia integral e cultura de paz. Cada módulo combinou momentos de estudo, reflexão e prática, incentivando o protagonismo dos jovens e o diálogo entre teoria e ação.

A proposta parte da compreensão de que o domínio das ferramentas e das linguagens digitais precisa estar acompanhado de uma reflexão crítica sobre os sentidos, as responsabilidades e as consequências da comunicação. Mais do que aprender a produzir conteúdos, os participantes são convidados a compreender a palavra como direito, compromisso e instrumento de participação social.

A primeira edição do curso contou com 20 participantes de diferentes regiões do Brasil, que vivenciaram inicialmente uma etapa formativa online, marcada por trocas intensas e atividades colaborativas. Essa fase possibilitou o aprofundamento conceitual e o amadurecimento das propostas de cada participante.

Como coroamento da jornada, os jovens reuniram-se em um encontro presencial em São Paulo, onde puderam partilhar experiências, consolidar aprendizados e planejar ações futuras. Essa imersão final reforçou a dimensão comunitária da formação e fortaleceu os vínculos entre os integrantes da rede SIGNIS Brasil Jovem.

Mais do que um curso, o *Chama da Palavra* é um processo de mobilização. Cada participante retorna à sua realidade local como agente multiplicador, com o compromisso de aplicar o que aprendeu em projetos concretos de comunicação cidadã. A proposta de incidência local constitui o eixo central da

formação: transformar conhecimento em prática e a palavra em instrumento de mudança social.

Essa dinâmica ajuda a compreender por que a experiência encontrou lugar no Rio Purus. A mobilização e a incidência popular começam quando as pessoas reconhecem sua capacidade de comunicar, participar da vida pública e intervir coletivamente na realidade. Ao formar jovens para esse exercício, o projeto contribui para que novas vozes ocupem os espaços comunicacionais e produzam narrativas comprometidas com a democracia, a cultura de paz e o bem comum.

A apresentação do *Chama da Palavra* no MUTICOM tornou visível uma das convicções que atravessaram o encontro: a transformação social também nasce de processos formativos construídos com escuta, participação e compromisso com os territórios. Quando técnica e espiritualidade caminham juntas, a comunicação deixa de ser apenas uma habilidade profissional e passa a ser compreendida como vocação e serviço.

No percurso proposto por este e-book, a experiência integra o conjunto de práticas que demonstram como a comunicação pode mobilizar pessoas, fortalecer comunidades e transformar realidades. Assim como os rios amazônicos se encontram e alimentam novas correntezas, os jovens formados pelo projeto levam os aprendizados recebidos para diferentes regiões do país, fazendo-os circular em suas comunidades, organizações e redes.

Os frutos desse processo refletem-se na formação de uma rede de jovens comunicadores que, inspirados pelo Evangelho e movidos pela esperança, mantém acesa a chama da palavra que ilumina caminhos, mobiliza comunidades e alimenta processos de transformação social.

## Referências

GHELLER, Sérgio. *Chama da Palavra – curso para jovens comunicadores*. Agência de Notícias SIGNIS, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.agenciasignis.org.br/noticias/noticia/2024/04/chama-da-palavra-curso-para-jovens-comunicadores>.

MACHADO, Franklin. *São Paulo sedia encontro do curso Chama da Palavra*. SIGNIS Brasil, São Paulo, 24 ago. 2024. Disponível em: <https://signis.org.br/2024/08/24/sao-paulo-sedia-encontro-do-curso-chama-da-palavra/>.

## CAPÍTULO 16

**REDES QUE LUTAM, VOZES QUE GERMINAM: O ATIVISMO DIGITAL PELA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL<sup>38</sup>***Rakel de Castro<sup>39</sup>*

O ativismo digital voltado à justiça socioambiental tem se consolidado como uma das expressões mais potentes da mobilização contemporânea. Ele se fundamenta no uso de tecnologias digitais, especialmente da internet, entendida como uma rede mundial de computadores, e das redes sociais digitais, para engajar pessoas em torno de causas socioambientais. Essas ações se manifestam tanto na denúncia de injustiças quanto na influência de políticas públicas que possam promover transformações estruturais na sociedade. O digital, nesse contexto, torna-se não apenas um meio de comunicação, mas um verdadeiro espaço de vinculação humana, de articulação política e de resistência.

Um exemplo significativo de ativismo digital institucionalizado no Brasil foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o chamado *safe harbor*, regime relacionado à responsabilidade das plataformas digitais. Em 26 de junho de 2025, o STF revisou parte do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), declarando a inconstitucionalidade parcial do artigo 19, que condicionava a responsabilização de tais plataformas.

Com isso, estabeleceu que, nos casos de circulação massiva de conteúdos relacionados a crimes graves, como discriminação, terrorismo, violência contra mulheres e crianças e exploração sexual infantil, as plataformas devem adotar medidas de prevenção e remoção mesmo sem ordem judicial, sob pena de responsabilização em caso de falha sistêmica (STF, 2025). Isso representa uma forma de ativismo jurídico, fruto da pressão civil por uma regulação mais

---

<sup>38</sup> Texto elaborado a partir da reflexão apresentada no Rio Içá “Ativismo Digital e Campanhas Virtuais pela Justiça Socioambiental”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>39</sup> Doutora em Comunicação, jornalista e professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no Curso de Jornalismo e no Mestrado em Comunicação Profissional. Atua nas áreas de jornalismo, comunicação digital, democracia, comunicação política, análise de discurso, redes sociais e processos comunicacionais contemporâneos.

rigorosa das empresas de tecnologia, a fim de que tenhamos uma internet mais ética e responsável.

Em síntese, o ativismo digital pode ser compreendido como um processo de denúncia, mobilização e pressão voltado à melhoria das práticas no ambiente digital e à garantia dos direitos fundamentais. Suas principais características incluem o uso das plataformas online como espaços de organização, visibilidade e articulação; a velocidade de disseminação de informações; e a descentralização da produção de conteúdo.

Outrossim, a temporalidade no ambiente digital rompe com a lógica tradicional dos meios de comunicação, como a do jornalismo impresso ou televisivo, que operavam dentro de uma periodicidade fixa. No espaço digital, a atualização é contínua e a circulação de informações ocorre em um fluxo constante. Essa dinâmica permite que campanhas alcancem milhares de pessoas em poucos minutos, potencializando o impacto de causas sociais e ambientais.

Um aspecto fundamental do ativismo digital é o seu baixo custo de produção e propagação, o que favorece a participação de um número cada vez maior de pessoas. Essa descentralização gera uma rede de coprodução e engajamento coletivo, em que diferentes vozes podem se articular em torno de causas comuns.

Outra característica importante é a possibilidade de se criar conexões transnacionais, articulando movimentos em diferentes lugares do mundo simultaneamente e dando visibilidade a grupos vulneráveis que, antes, dificilmente teriam espaços nas mídias mais tradicionais. Assim, populações minoritárias em direitos passam a disputar, ainda que em condições desiguais (dadas as relações de poder e a colonização do ciberespaço pelo capital), o espaço público de debate.

É preciso considerar o contexto de disputas em que se insere esse tipo de ativismo. Essa mesma realidade que amplia as possibilidades de comunicação também apresenta um cenário permeado de desinformação, censura e desigualdade digital. A circulação de informações falsas, por exemplo, compromete a credibilidade das campanhas e enfraquece a confiança do público nas causas defendidas, afetando diretamente o engajamento e a mobilização coletiva.

Da mesma forma, ataques virtuais e campanhas de difamação contra ativistas criam um ambiente hostil e desmotivador, que muitas vezes leva ao silenciamento de vozes importantes. Além disso, a desigualdade no acesso às tecnologias e à conectividade ainda exclui uma parcela significativa da

população, dificultando a participação ampla e diversa nos movimentos sociais digitais.

Muitas comunidades e grupos sociais enfrentam barreiras estruturais para acessar a internet, seja por limitações econômicas, geográficas ou educacionais. Essa exclusão reduz as oportunidades de inclusão digital e impede que populações vulneráveis se envolvam em atividades de ativismo digital que poderiam beneficiá-las diretamente. A falta de acesso e de letramento digital agrava esse cenário, pois impede o uso consciente e crítico das tecnologias.

Assim, o acesso desigual à internet não apenas restringe a participação cidadã, mas também tende a ampliar as desigualdades sociais já existentes, limitando a igualdade de oportunidades no ambiente digital. Esses desafios mostram que é preciso refletir criticamente sobre as estruturas que sustentam o espaço virtual, fortalecendo mecanismos de verificação, proteção, educação e inclusão.

Ademais, segundo o levantamento da Global Witness (2025), 92% das defensoras e dos defensores da terra e do meio ambiente que responderam à pesquisa relataram ter sofrido algum tipo de assédio online. O Facebook foi identificado como a plataforma mais recorrente para esses abusos, seguido pelo X (antigo Twitter), pelo WhatsApp e pelo Instagram. Esse cenário evidencia a gravidade dos riscos e das vulnerabilidades enfrentados por quem utiliza as redes para lutar por direitos socioambientais.

Entretanto, mesmo diante dos desafios e do contexto de disputa, não se pode abdicar das potencialidades estratégicas que as plataformas online oferecem. Nesse contexto, é possível elencar algumas ferramentas digitais que impulsionam o ativismo digital e se tornam arenas de mobilização: redes sociais digitais, como X, Instagram, Facebook e TikTok, e aplicativos de mensagens, como WhatsApp, Telegram e Signal; a elas se juntam as plataformas de petições, as campanhas de *crowdfunding*, os mecanismos de transparência e de denúncia e o desenvolvimento de tecnologias autônomas, que integram esse ecossistema de engajamento.

Já os temas mais recorrentes no campo da justiça socioambiental que se relacionam ao ativismo digital incluem as mudanças climáticas, os direitos dos povos indígenas, a conservação da biodiversidade e a luta por justiça econômica e igualdade social. As campanhas online sobre mudanças climáticas, por exemplo, buscam conscientizar sobre as causas e consequências do aquecimento global, ao passo que os movimentos em defesa dos povos indígenas reivindicam a proteção de seus territórios, culturas e modos de vida.

Neste sentido, as pautas relacionadas à igualdade social e econômica se inserem no debate como dimensões inseparáveis da sustentabilidade.

É preciso ressaltar, por fim, que as táticas de engajamento, neste caso, exploram a linguagem e o ritmo próprios do ambiente digital. Hashtags são utilizadas para organizar conteúdos e ampliar o alcance das campanhas, enquanto vídeos curtos e narrativas emocionais ajudam a captar a atenção e despertar sentimentos de empatia e ação. O ativismo digital, portanto, não apenas comunica causas, também constrói pontes entre indivíduos, grupos e instituições, transformando o ciberespaço em território de mobilização social e luta por justiça.

Em uma aldeia global hiperconectada, como previu McLuhan (1972), o ativismo digital voltado à justiça socioambiental demonstra que as tecnologias, quando apropriadas criticamente, podem constituir-se em ferramentas de transformação profunda. Elas podem ampliar a consciência coletiva, fortalecer redes de solidariedade e impulsionar mudanças políticas e culturais necessárias para um presente mais justo, sustentável e inclusivo.

## Referências

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm).

GLOBAL WITNESS. *Plataformas tóxicas, planeta em colapso: como os ataques virtuais a defensores da terra e do meio ambiente prejudicam a luta contra a crise climática*. [S. l.], 16 jul. 2025. Disponível em: <https://globalwitness.org/pt/campaigns/digital-threats/plataformas-toxicas-planeta-em-colapso/>.

MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *STF define parâmetros para responsabilização de plataformas por conteúdos de terceiros*. Brasília, DF, 26 jun. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-define-parametros-para-responsabilizacao-de-plataformas-por-conteudos-de-terceiros/>.

## CAPÍTULO 17

**COMUNICAÇÃO PARA MUDAR AS COISAS: O ATIVISMO  
DIGITAL E A CAMPANHA MAR DE LUTA<sup>40</sup>***Henrique Cavalleiro<sup>41</sup>*

Vivemos tempos em que a comunicação deixou de ser apenas um instrumento de informação para se tornar um campo de disputa, resistência e construção de sentido. Falar de comunicação para uma ecologia integral é reconhecer que não há separação entre a vida humana e a vida da Casa Comum, entre o corpo e o território, entre o direito de existir e o direito de narrar sua própria trajetória. No centro dessa teia, a comunicação assume um papel político: ela denuncia, anuncia e transforma. Foi nesse horizonte que nasceu e se fortaleceu a Campanha Mar de Luta, experiência que compreende o digital não como vitrine, mas como arena de luta e de resistência.

A campanha surge do chão das comunidades pesqueiras atingidas pelo crime do petróleo de 2019, o maior desastre socioambiental da história da pesca artesanal no Brasil. Entre agosto de 2019 e março de 2020, o petróleo cru atingiu mais de 3 mil quilômetros do litoral brasileiro, contaminando praias, manguezais e estuários em 11 estados, do Nordeste ao Sudeste; além disso, foram coletadas mais de 5 mil toneladas de óleo e de resíduos oleosos, sem considerar a subnotificação (MARINHA DO BRASIL, 2020; CAMPANHA MAR DE LUTA, 2025).

Milhares de pescadores e pescadoras artesanais tiveram suas atividades paralisadas, sofreram perdas econômicas, danos à saúde e à segurança alimentar, sem que, até hoje, tenha havido identificação dos responsáveis ou reparação efetiva. Diante da omissão do Estado e do silêncio da mídia, nasceu a Campanha Mar de Luta, articulando comunidades pesqueiras, pastorais,

---

<sup>40</sup> Texto elaborado a partir da experiência apresentada no Rio Içá “Ativismo Digital e Campanhas Virtuais pela Justiça Socioambiental”, durante o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, em Manaus-AM.

<sup>41</sup> Comunicador com atuação junto ao Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP) e à Campanha Mar de Luta. Desenvolve trabalhos de comunicação popular voltados à defesa dos povos das águas, justiça socioambiental, pesca artesanal e mobilização social.

pesquisadores e organizações socioambientais em uma mobilização nacional pela justiça socioambiental, memória e reparação.

Em 2025, seis anos após o crime, a campanha segue ativa, denunciando os impactos permanentes do petróleo, os constantes vazamentos e a ameaça da expansão da indústria fóssil na Margem Equatorial e na Foz do Amazonas, reafirmando o compromisso com um futuro livre do petróleo e com a defesa da vida e dos territórios pesqueiros (CAMPANHA MAR DE LUTA, 2025).

O relatório *Vozes Silenciadas* do Intervozes, que estudou como foi a cobertura jornalística do crime do petróleo, evidenciou que as mídias comerciais privilegiaram fontes oficiais e governamentais, enquanto ignoravam quem realmente vivia o drama nas margens dos rios e mangues, embora tenham sido os pescadores e as pescadoras que formaram a linha de frente na retirada das manchas de óleo do meio ambiente, atuando sem equipamentos de proteção individual, sem treinamento adequado e, muitas vezes, sem qualquer apoio do poder público. Para se ter uma ideia, o Intervozes aferiu que apenas duas das 97 fontes analisadas em *O Globo* pertenciam a comunidades pesqueiras (INTERVOZES, 2020), e o tema desapareceu das manchetes antes mesmo de o responsável ser identificado. Esse silêncio não foi casual: ele expressa um projeto de poder que define quem pode ser ouvido e quem pode ser esquecido.

Contra esse apagamento, a Campanha Mar de Luta ergueu uma rede de comunicação popular que uniu pescadores, pastorais, artistas e ativistas digitais em torno de um propósito: visibilizar as vozes historicamente silenciadas e transformar o sofrimento em mobilização. As redes sociais, antes espaços de dispersão, tornaram-se territórios de resistência. Cada cartaz, vídeo e postagem nasceu de um processo coletivo de escuta dos corpos marcados pelo óleo, dos rostos marcados pela fome, mas também das esperanças que renascem a cada maré. O digital, nesse sentido, foi ferramenta de denúncia, mas também de afeto. Foi espaço para dizer que, mesmo diante do colapso ambiental, há alegria possível quando a comunicação se faz encontro e partilha.

Falar em ativismo digital é falar em ética. É compreender que comunicar é escolher o lado da vida e que há vidas sendo destruídas por projetos econômicos baseados na ganância e no lucro. O petróleo é símbolo desse modelo de morte: o mesmo petróleo que manchou o mar em 2019 segue sendo desejado em novas frentes de exploração, inclusive na Amazônia, bioma essencial para o equilíbrio climático do planeta. A comunicação comprometida com a ecologia integral precisa denunciar essa contradição: não há justiça climática possível onde há a destruição dos que vivem em harmonia com a Casa Comum, as comunidades tradicionais.

Mas a denúncia, sozinha, não basta. É preciso anunciar novas formas de comunicar. A comunicação sociotransformadora, conceito que inspira a Campanha Mar de Luta, propõe uma virada de lógica: não se trata de “dar voz”, mas de educar os ouvidos. As comunidades tradicionais, os pobres, os oprimidos sempre tiveram voz; inclusive, sempre gritaram. O que falta é disposição e humildade para escutá-los. Cada território guarda saberes, alertas e formas de convivência com a natureza que podem guiar a humanidade diante da emergência climática. Essa comunicação não fala *sobre* o povo, mas fala *com* o povo. Ela rompe hierarquias, substitui a autoridade pela escuta, o espetáculo pela vivência, o discurso técnico pela narrativa que pulsa do chão, no caso da campanha, das águas.

Atualmente, a Campanha Mar de Luta segue lembrando o que a mídia esqueceu: milhares de famílias ainda sofrem os efeitos da contaminação, da perda de renda e do abandono institucional decorrentes do crime do petróleo. A campanha resgata suas histórias, visibiliza suas denúncias e transforma cada depoimento em semente de memória e resistência. A comunicação, aqui, é uma pedagogia da esperança. Ela convida o público a compreender que o enfrentamento da crise climática não será técnico nem neutro, mas ético e político. Envolve escolhas: entre o lucro e a vida, entre o silêncio e a palavra, entre o petróleo e o meio ambiente.

O ativismo digital, quando orientado por essa ética, não é apenas um ato de militância, mas também de espiritualidade. É o exercício de cuidar da Casa Comum com os instrumentos da era digital. E cada comunicador, onde quer que esteja, em uma pastoral paroquial, numa rádio comunitária, num coletivo estudantil ou em uma página de rede social, pode exercer essa missão. Pergunte-se: quem fala nas minhas redes? Quem aparece nas fotos e nas matérias? Que histórias estão sendo contadas e quais permanecem ocultas? A comunicação para a ecologia integral nasce dessas perguntas e se realiza quando as respostas emergem do diálogo com o território, com a comunidade.

A comunicação popular não é sinônimo de comunicação precária. É uma escolha política e estética: a de falar de forma simples sem ser simplista, de ser acessível sem ser superficial, de narrar a vida com a delicadeza de quem a respeita. Ela combina técnica, sensibilidade e compromisso. É a comunicação que anuncia e denuncia, que semeia esperança, que caminha pelas trilhas sofridas da história, mas se alimenta da força do povo.

Por fim, esta comunicação exige posicionamento. É preciso escolher um lado e, neste caso, o lado deve ser o dos irmãos e irmãs em vulnerabilidade e o da Casa Comum. O crime do petróleo não afetou apenas as comunidades pesqueiras, mas todo o planeta e o equilíbrio da vida. A neutralidade sempre

favoreceu quem já tem tudo e silenciou quem luta apenas para existir. Comunicar é, portanto, um ato de transformação: é escolher mudar as coisas.

### Referências

CAMPANHA MAR DE LUTA. *Manifesto dos 6 anos do crime do petróleo*. [S. l.: s. n.], 2025. Disponível em: <https://cppnacional.org.br/sites/default/files/Manifesto%20dos%206%20anos%20do%20crime%20do%20petr%C3%B3leo%20-%20Mar%20de%20Luta.pdf>.

INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Vozes silenciadas: a cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira*. São Paulo: Intervozes, 2020. 107 p. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publication/vozes-silenciadas-petroleo/>.

MARINHA DO BRASIL. Coordenação Operacional. *Incidente de poluição por óleo na costa brasileira: relatório final*. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/fiscalizacao-e-protecao-ambiental/emergencias-ambientais/manchasdeoleo/arquivos/2023/20230118\\_Of\\_Ext\\_30\\_279\\_2020\\_CM\\_MMA\\_An\\_Incidente\\_Poluicao\\_Oleo\\_Relatorio\\_final.pdf](https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/fiscalizacao-e-protecao-ambiental/emergencias-ambientais/manchasdeoleo/arquivos/2023/20230118_Of_Ext_30_279_2020_CM_MMA_An_Incidente_Poluicao_Oleo_Relatorio_final.pdf).

## CAPÍTULO 18

**NARRAR PARA AMPLIFICAR: JUVENTUDES, COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NO MAGIS BRASIL<sup>42</sup>***Guilherme Freitas<sup>43</sup>*

A realização da COP30 em Belém (PA) colocou a Amazônia no centro das atenções mundiais e ampliou o debate sobre crise climática, justiça socioambiental e cuidado com a Casa Comum. Para a Rede Inaciana de Juventude – MAGIS Brasil, entretanto, essa preocupação antecede a Conferência. A Justiça Socioambiental constitui um dos eixos de sua atuação com as juventudes, partindo da compreensão de que “tudo está interligado” e de que compromisso ambiental e compromisso social não podem ser dissociados. O trabalho é desenvolvido a partir das dimensões conhecer, amar e servir, buscando favorecer que os jovens compreendam as crises socioambientais, reconheçam o cuidado da criação como um valor e o incorporem concretamente aos seus projetos de vida.

Foi a partir desse lugar que a COP30 passou a ser compreendida também como uma oportunidade comunicacional. Mais do que explicar uma conferência internacional ou acompanhar as negociações realizadas em Belém, interessava aproveitar a visibilidade proporcionada pelo evento para ampliar histórias, experiências e iniciativas que já existiam nos territórios. Havia povos defendendo suas terras, comunidades enfrentando os impactos da crise climática, organizações construindo alternativas e, especialmente, jovens que já atuavam nessas realidades.

Esse último aspecto tornou-se central para a comunicação do MAGIS Brasil: não apenas falar com as juventudes sobre justiça socioambiental, mas

---

<sup>42</sup> Texto elaborado no contexto das reflexões propostas para o Rio Tapajós “Narrativas Transmidiáticas e Storytelling: Comunicação para a Ecologia Integral”, do 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação, que aconteceu em Manaus-AM.

<sup>43</sup> Graduado em Filosofia, especialista em Comunicação e Marketing e em Salesianidade e Sistema Preventivo. É coordenador nacional de Comunicação da Rede Inaciana de Juventude – MAGIS Brasil, onde atua com comunicação institucional, cultura digital e formação de juventudes.

também tornar visíveis as juventudes que já estavam comprometidas com ela e possibilitar que suas próprias vozes participassem da narrativa.

Neste texto, compartilho uma experiência do MAGIS Brasil como contribuição às reflexões suscitadas pelo 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação (Muticom), realizado em Manaus, de 25 a 28 de setembro de 2025. O percurso aqui apresentado dialoga especialmente com a temática do Rio Tapajós “Narrativas Transmidiáticas e *Storytelling*: Comunicação para a Ecologia Integral” ao mostrar como diferentes linguagens e plataformas podem amplificar as vozes das juventudes, conectar territórios e promover a participação em defesa da Casa Comum.

A experiência relatada pode ser compreendida a partir da cultura da convergência descrita por Henry Jenkins (2008). Para o autor, esse fenômeno não se limita ao emprego simultâneo de diferentes tecnologias, uma vez que “a convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica” (2008, p. 43). Ela modifica as relações entre tecnologias, mercados, gêneros e públicos e interfere na maneira como os conteúdos são produzidos, acessados e relacionados. Nesse contexto, insere-se a narrativa transmidiática, na qual uma história se desenvolve através de diferentes meios, de modo que cada um possa oferecer uma contribuição própria ao conjunto. Como sintetiza Jenkins, “cada meio faz o que faz de melhor” (2008, p. 141).

Essa perspectiva ajuda a compreender o percurso construído pelo MAGIS Brasil. A utilização de diferentes meios não tinha a COP30 como centro da narrativa. A Conferência funcionou como um acontecimento mobilizador, capaz de ampliar a visibilidade de experiências socioambientais que já existiam nos territórios e na própria atuação da Rede. Podcast, redes sociais, artigos, encontros e outras iniciativas possibilitaram que essas experiências fossem apresentadas por diferentes linguagens, incorporassem outras vozes e encontrassem novas formas de participação das juventudes.

Uma dessas experiências ocorreu no *MAGISCast*, podcast do MAGIS Brasil, em um episódio com o Pe. Sílvio Marques de Sousa Santos, SJ, então diretor do Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental (SARES). A conversa abordou a Amazônia, a ecologia integral e a atuação da Companhia de Jesus, mas aproximou esses conceitos das experiências concretas de povos e comunidades amazônicas. Entre elas estava a realidade do povo Mura, ameaçado por interesses de mineração em seu território.

Durante o episódio, essa realidade ganhou a voz de Filipe Gabriel Mura, tuxaua da comunidade indígena Lago do Soares e liderança da juventude indígena Mura. Ao falar sobre território, ancestralidade e as violações sofridas por seu povo, Filipe destacou a necessidade de que os jovens indígenas

conheçam sua história e assumam seu protagonismo na defesa da terra. Sua afirmação, “a juventude não é futuro somente, a juventude é agora”, sintetiza uma dimensão importante da experiência. O jovem não aparece apenas como destinatário de uma mensagem sobre ecologia integral, mas como sujeito que interpreta e comunica sua própria realidade, podendo, a partir dela, provocar também outras juventudes.

A mesma preocupação atravessou a produção de conteúdos para as redes sociais. Nos meses anteriores à COP30, uma série de carrosséis abordou questões relacionadas à Amazônia e à justiça climática. A Conferência servia como fio articulador para aproximar das juventudes temas que muitas vezes aparecem por meio de siglas, dados e negociações técnicas. Mais do que explicar cada assunto, buscou-se relacioná-lo às pessoas e aos territórios atingidos por essas decisões. A própria elaboração dos materiais contou com a participação de jovens inseridos na realidade amazônica.

Um dos conteúdos sintetizava essa perspectiva ao afirmar que “Amazônia não é só floresta”, relacionando a crise climática também a moradia, saneamento, acesso à água, desigualdades e participação social. A sequência do carrossel nas redes sociais digitais terminava com outra afirmação: “Amazônia é feita de gente. Justiça climática começa onde a gente vive”. A comunicação procurava, assim, fazer o movimento entre o debate global e a experiência cotidiana, evitando apresentar a Amazônia apenas como cenário das discussões climáticas.

Esse percurso não ficou restrito às plataformas digitais nem à Região Norte. Em São Paulo, o Centro MAGIS Anchietanum realizou, em formato híbrido, o Fórum Econômico Socioambiental das Juventudes, reunindo jovens, especialistas e organizações em momentos de formação, oficinas e construção coletiva de propostas. A experiência evidenciava que a justiça socioambiental não constitui uma questão exclusiva da Amazônia, mas uma realidade que conecta diferentes territórios e desafia juventudes de todo o país.

As articulações realizadas nesse período também possibilitaram novas formas de ampliar a narrativa. O MAGIS Brasil tornou-se parceiro na produção do podcast *Igreja Rumo à COP30*, vinculado à Articulação Igreja Rumo à COP30, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), possibilitando o diálogo com pessoas de diferentes regiões envolvidas com a temática. Artigos, entrevistas e outras iniciativas desenvolvidas pelo MAGIS Brasil somaram-se a esse processo. Os exemplos apresentados, portanto, não esgotam as ações realizadas, mas permitem perceber uma dinâmica comum entre elas.

É justamente nessa articulação que a perspectiva transmidiática ganha relevância. No podcast, a justiça socioambiental pôde ganhar a voz de uma

liderança indígena; nas redes sociais, debates complexos eram traduzidos em uma linguagem visual; nos artigos, encontravam possibilidade de aprofundamento; nos encontros presenciais e híbridos, transformavam-se em diálogo e construção coletiva; nas parcerias, incorporavam novas vozes e territórios. Em vez da simples reprodução de uma mensagem, cada espaço acrescentava uma possibilidade de aproximação com uma narrativa comum.

Essa dinâmica aproxima-se da compreensão de Jenkins de que “uma história transmídia desenrola-se através de múltiplas plataformas de mídia, com cada novo texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo” (2008, p. 141). Mais importante do que a quantidade de meios utilizados é, portanto, aquilo que cada linguagem acrescenta e as diferentes possibilidades de entrada e participação que oferece.

A dimensão participativa torna-se especialmente significativa quando as juventudes constituem o recorte. Na cultura da convergência, Jenkins (2008) questiona a separação rígida entre produtores e consumidores, compreendendo-os como participantes de processos comunicacionais. Na experiência do MAGIS Brasil, essa participação não significou apenas interação com conteúdos já publicados. Em diferentes momentos, jovens contribuíram para a construção dos materiais, foram fontes e protagonistas das histórias, participaram de encontros, construíram propostas e ocuparam espaços de representação.

A própria presença do MAGIS Brasil na COP30 aprofundou esse movimento. Jovens estiveram em Belém representando a Rede, ao mesmo tempo em que a Rede possibilitou que experiências e preocupações juvenis encontrassem representação e maior visibilidade. A cobertura, em parceria com outros meios de comunicação da Província dos Jesuítas no Brasil, favoreceu ainda a escuta de povos indígenas, comunidades, organizações e lideranças, buscando comunicar a Amazônia não apenas como objeto das negociações internacionais, mas a partir das pessoas que vivem e cuidam daquele território.

Nesse sentido, a COP30 foi importante menos por inaugurar uma pauta e mais por amplificar aquilo que já existia. As histórias não precisavam ser criadas para a Conferência: estavam nas comunidades, nas organizações, nos territórios e nas juventudes que já atuavam antes que os olhos do mundo se voltassem para Belém. Nesse percurso, o *storytelling* pode ser percebido na escolha de comunicar grandes questões socioambientais a partir de experiências, sujeitos e territórios concretos; a lógica transmidiática, por sua vez, favoreceu a circulação e a expansão dessas histórias por diferentes linguagens, espaços e sujeitos.

Essa experiência também permanece aberta. Jenkins recorda que “a convergência refere-se a um processo, não a um ponto final” (2008, p. 43). Ao longo do percurso, novos formatos foram experimentados, parcerias surgiram e diferentes sujeitos acrescentaram perspectivas à narrativa. Trata-se de uma aprendizagem própria da comunicação, que se transforma à medida que também se modificam os meios, os contextos e as relações.

Talvez permaneça, então, uma provocação para a comunicação da ecologia integral: mais do que perguntar como falar aos jovens sobre o cuidado com a Casa Comum, é preciso reconhecer quais juventudes já estão construindo respostas, quais histórias ainda precisam ser ouvidas e como diferentes linguagens podem contribuir para que elas encontrem outras pessoas e provoquem participação. Se, como recorda Filipe Gabriel Mura (2025), “a juventude não é futuro somente, a juventude é agora”, comunicar com as juventudes implica reconhecê-las não apenas como público, mas como sujeitos capazes de narrar seus territórios, conectar experiências e participar da construção das histórias que precisam circular.

## Referências

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2008.

MAGIS BRASIL. *A Amazônia não é só floresta: milhões de pessoas vivem nas cidades amazônicas e já sentem no dia a dia os efeitos da crise climática*. [Post em carrossel]. Instagram, 15 set. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DOPK-ekgFmY/>.

MAGIS BRASIL. *Justiça socioambiental*. Disponível em: <https://magisbrasil.org.br/eixos-da-rede/justica-socioambiental/>.

MURA, Filipe Gabriel. *Depoimento sobre juventude indígena, território e justiça socioambiental*. In: MAGIS BRASIL. *MAGISCast — episódio 3: eixo Justiça Socioambiental*. YouTube, 22 mar. 2025. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lqewf35seqs>.



# **CARTOGRAFIA DAS CONFLUÊNCIAS**

***VOZES, APRENDIZAGENS E  
COMPROMISSOS COLETIVOS DOS  
PARTICIPANTES DO MUTICOM***

## CAPÍTULO 19

## PERCURSO METODOLÓGICO E REFLEXÃO COLETIVA

*Ricardo Alvarenga e Osnilda Lima*

As contribuições sistematizadas nesta obra foram produzidas coletivamente durante as atividades dos Rios Amazônicos Temáticos do 14º Muticom. Para compreender a natureza desse material, é importante situá-lo no conjunto da metodologia proposta para o evento, pensada como uma jornada simbólica e pedagógica inspirada no percurso de um rio: da nascente à confluência, da escuta inicial ao compromisso coletivo.

A programação diária do 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação foi organizada como uma travessia. Cada dia iniciava com um **Momento de Espiritualidade**, destinado a promover a conexão dos participantes com o Sagrado e a sintonia com a Ecologia Integral. Essa abertura assumia uma abordagem inter-religiosa e ecumênica, considerando a diversidade de participantes, tradições, experiências e pertencas presentes no encontro. Em seguida, a **memória do dia anterior** ajudava a estabelecer continuidade no processo, retomando os principais sentidos, aprendizados e provocações vividos coletivamente.

Pela manhã, como afluentes da reflexão, a programação reunia todos os participantes em torno da temática central do Muticom: **“Comunicação e Ecologia Integral: transformação e sustentabilidade justa”**. Os painéis contavam com pesquisadores, comunicadores e profissionais da comunicação, favorecendo o aprofundamento conceitual e a leitura crítica dos desafios socioambientais, comunicacionais, culturais e eclesiais do tempo presente. Após as exposições, a **Conversa de Beira de Rio** criava um espaço de interação entre participantes e painelistas, possibilitando perguntas, partilhas, aprofundamentos e a emergência das primeiras ideias.

No período da tarde, a metodologia aprofundava-se nos **Rios Amazônicos Temáticos**. Os participantes foram distribuídos em 12 grupos, com aproximadamente 40 a 50 pessoas cada, organizados a partir de temáticas específicas. A inspiração dessa dinâmica vinha dos rios da Amazônia, compreendidos como símbolos de interconexão, diversidade, circulação e vida. Assim como os rios amazônicos unem diferentes territórios, culturas e

realidades, os Rios Temáticos do Muticom buscaram integrar diferentes campos da comunicação, como jornalismo, publicidade, relações públicas, rádio, comunicação popular, educomunicação, espiritualidade, ativismo digital e mídias digitais, em um debate comum sobre ecologia integral e transformação social.

Cada Rio percorreu quatro momentos-chave:

1. O primeiro foi o **Caminho da Mudança**, no qual um especialista ou uma especialista conectava a comunicação e a ecologia integral ao tema específico do grupo, oferecendo fundamentos, provocações e horizontes de compreensão.
2. O segundo foi a **Comunicação que Transforma**, momento em que comunicadores e comunicadoras apresentavam experiências práticas de ações comunicacionais capazes de gerar impacto social, mobilização comunitária, incidência pública ou transformação territorial.
3. O terceiro momento foi **Trocar Ideias e Partilhar o Sentir**, dedicado à escuta, ao diálogo e à construção coletiva em grupos menores dentro de cada rio. Nessa etapa, os participantes eram convidados a relacionar os debates às suas próprias trajetórias, comunidades, territórios, instituições e práticas comunicacionais.
4. O quarto momento foi a **Confluência dos Saberes**, no qual cada grupo organizava propostas, aprendizados e compromissos concretos. Essa etapa representava o deságue das ideias, experiências e vivências em ações possíveis para a comunicação e a transformação socioambiental.

O encerramento do evento, realizado no Encontro das Águas, aprofundou simbolicamente essa metodologia. Ali, onde o Rio Negro e o Rio Solimões seguem lado a lado e formam o Amazonas, a comunicação foi celebrada como confluência de vozes, saberes, experiências e compromissos. A imagem das águas que se encontram sem perder sua identidade expressou o desejo de que os aprendizados do 14° Muticom continuassem a fluir, inspirando práticas comunicacionais comprometidas com a ecologia integral, a justiça socioambiental e a preparação do caminho rumo ao 15° Muticom.

Foi a partir desse percurso metodológico que se constituíram as contribuições sistematizadas nesta última parte da publicação. Depois dos momentos de aprofundamento e partilha realizados em cada Rio Amazônico Temático, os participantes foram organizados em pequenos grupos para

transformar as escutas, provocações e experiências vividas em registros coletivos.

Inspirados na metodologia da conversação no Espírito, os grupos receberam uma ficha pedagógica estruturada em três rodadas sucessivas de reflexão. O objetivo era favorecer a escuta, o discernimento comunitário e a construção de sínteses capazes de expressar não apenas opiniões individuais, mas percepções amadurecidas no diálogo entre os participantes.

A primeira rodada partiu da seguinte pergunta geradora: **“Após considerarmos todos os debates e as provocações levantadas até o momento, que sentimentos e reflexões nos movem em relação à comunicação que gera mudança?”** Essa questão convidou os participantes a reconhecer sentimentos, valores, inquietações e motivações despertados pelas reflexões sobre uma comunicação capaz de gerar mudanças pessoais, comunitárias, eclesiais e sociais.

Na segunda rodada, a atenção voltou-se para a escuta das experiências compartilhadas no próprio grupo: **“O que mais me tocou ou impactou nos relatos que ouvi na primeira rodada? Que sentimentos ou novas percepções isso despertou em mim?”** Essa etapa permitiu identificar deslocamentos produzidos pela fala dos demais, revelando descobertas, tensões, conflitos e mudanças na forma de compreender a comunicação, os territórios e a ecologia integral.

A terceira rodada orientou o diálogo para os caminhos possíveis: **“Para onde nossas partilhas estão apontando? Qual é o próximo passo ou caminho que, como coletivo, estamos sendo convidados a seguir?”** A pergunta incentivou os grupos a nomear prioridades, reconhecer possibilidades de ação e apontar passos concretos que poderiam ser assumidos nos diferentes contextos representados no Muticom.

Ao final do percurso, cada grupo elaborou uma **síntese com proposições e compromissos práticos**. As respostas registradas nas fichas pedagógicas não correspondem, portanto, a manifestações isoladas. Elas resultam de um processo de escuta, diálogo, negociação de sentidos e construção coletiva realizado pelos pequenos grupos.

As reflexões produzidas nesse processo foram posteriormente compartilhadas no momento **Trocar Ideias e Partilhar o Sentir**, dentro dos respectivos Rios Temáticos, e alimentaram a **Confluência dos Saberes**, etapa em que as diferentes percepções retornaram ao coletivo mais amplo. Assim, a metodologia permitiu que a experiência passasse da escuta pessoal à síntese comunitária, e da síntese comunitária à construção de compromissos comuns.

## Constituição e tratamento do material

Por decisão metodológica, as fichas pedagógicas preenchidas não preservaram a identificação do Rio Temático de origem de cada registro. Por essa razão, as contribuições são analisadas transversalmente e apresentadas como produção coletiva dos participantes dos Rios Amazônicos Temáticos do Muticom 2025.

Essa escolha impede a atribuição de determinada formulação a um Rio ou participante específico e protege a identidade das pessoas envolvidas. Ao mesmo tempo, permite observar os sentidos que atravessaram diferentes grupos e temáticas, evidenciando aproximações, recorrências, singularidades, tensões e horizontes de ação presentes no conjunto das partilhas.

A sistematização possui caráter qualitativo e não tem pretensão de representatividade estatística. Os fragmentos selecionados para publicação são anonimizados e receberam apenas ajustes de ortografia e pontuação, sem alteração de seu sentido original. O *corpus* reúne **232 registros textuais** extraídos dos quatro campos de sistematização presentes nas fichas pedagógicas: as três rodadas de reflexão e a síntese final. Esses registros correspondem às reflexões coletivas produzidas pelos pequenos grupos constituídos nos Rios Temáticos.

A leitura temática do material revelou as seguintes correntes de sentido:

- **Ação e Compromisso;**
- **Espiritualidade e Comunhão;**
- **Escuta e Diálogo;**
- **Esperança e Pertencimento;**
- **Formação e Educação;**
- **Ética e Verdade;**
- **Inclusão e Diversidade;**
- **Território e Comunidade;**
- **Ecologia Integral;**
- **Uso crítico das Mídias e das Tecnologias;**
- **Articulação em Rede;**
- **Protagonismo das Juventudes.**

Mais importante do que a recorrência de determinadas palavras é o movimento discursivo presente no conjunto das contribuições. Os participantes começam expressando esperança, pertença, inquietação e responsabilidade; passam a reconhecer invisibilidades, desigualdades, conflitos e falhas de escuta;

e terminam reivindicando formação, planejamento, articulação e ações concretas.

Esse movimento demonstra que **o diferencial da reflexão coletiva está justamente na passagem do sentimento à ação**: aquilo que inicialmente toca e inquieta transforma-se em consciência, encontra outras experiências por meio da escuta e começa a apontar caminhos e compromissos.

Para interpretar e organizar a complexidade das expressões e vivências registradas nas fichas pedagógicas, propomos uma **Cartografia das Confluências**. Mais do que classificar respostas, essa cartografia procura acompanhar o percurso realizado pelos grupos: das motivações iniciais às mudanças de percepção, destas aos caminhos possíveis e, finalmente, aos compromissos construídos coletivamente.

**Quadro 1 - Cartografia das Confluências**

| Movimento                 | O que representa                             | Material sistematizado                                                              |
|---------------------------|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Nascentes</b>          | O ponto de partida da reflexão coletiva      | Sentimentos, valores, reflexões e motivações despertados pela primeira rodada       |
| <b>Correntezas</b>        | Os deslocamentos produzidos pela escuta      | Impactos, descobertas, conflitos e mudanças de percepção surgidos na segunda rodada |
| <b>Travessias</b>         | Os caminhos possíveis apontados pelos grupos | Prioridades, próximos passos e possibilidades de ação indicados na terceira rodada  |
| <b>Encontro das Águas</b> | A síntese coletiva do processo               | Proposições e compromissos construídos coletivamente ao final da dinâmica           |

Fonte: elaborado pelos autores

Nas **Nascentes**, encontram-se os sentimentos e valores que impulsionam o desejo de transformação. As **Correntezas** registram os deslocamentos produzidos pela escuta das diferentes experiências. As **Travessias** reúnem os caminhos e as prioridades apontados pelos grupos. O **Encontro das Águas**, por fim, apresenta as proposições e os compromissos que emergiram da construção coletiva.

A cartografia percorre, assim, um caminho que vai do sentir ao agir. Ela reconhece que a transformação não começa somente com técnicas, ferramentas ou plataformas, mas com pessoas dispostas a escutar, rever suas práticas, construir vínculos e assumir coletivamente a responsabilidade por

uma comunicação comprometida com a transformação social, a ecologia integral, a justiça social e o cuidado com a Casa Comum.

## CAPÍTULO 20

**NASCENTES: O QUE NOS MOVEU, SENTIMENTOS, VALORES E MOTIVAÇÕES DE UMA COMUNICAÇÃO QUE GERA MUDANÇA***Ricardo Alvarenga*

Assim como os rios nascem de diferentes fontes e percorrem caminhos próprios até se encontrarem, as reflexões produzidas na primeira rodada da dinâmica nos Rios Amazônicos Temáticos revelam diferentes sentimentos, valores e motivações que alimentam o desejo de transformar a comunicação. Após as abordagens teóricas e práticas apresentadas nos Rios, os participantes foram convidados a dialogar, em pequenos grupos, a partir da seguinte pergunta geradora:

**APÓS CONSIDERARMOS TODOS OS DEBATES E AS PROVOCAÇÕES LEVANTADAS ATÉ O MOMENTO, QUE SENTIMENTOS E REFLEXÕES NOS MOVEM EM RELAÇÃO À COMUNICAÇÃO QUE GERA MUDANÇA?**

As respostas não compõem apenas um inventário de emoções, elas revelam uma compreensão coletiva sobre as condições necessárias para que a comunicação possa produzir mudanças pessoais, comunitárias, eclesiais e sociais. **Esperança, pertencimento, responsabilidade, inquietação, indignação, empatia, coragem, humildade, solidariedade e amor** aparecem associados a atitudes concretas: **escutar, conhecer, acolher, formar, incluir, denunciar, conscientizar, mobilizar e agir.**

O que emerge destas partilhas é uma espécie de cartografia afetiva da comunicação. Antes de indicar ferramentas, plataformas ou técnicas, os grupos sinalizam que a transformação comunicacional possui uma nascente humana e relacional. Ela começa na maneira como cada pessoa percebe o outro, compreende sua responsabilidade, reconhece o território e se dispõe a construir algo coletivamente.

**Entre a esperança e a inquietação**

A esperança foi um dos sentimentos mais presentes nas reflexões. Ela aparece vinculada à possibilidade de conectar pessoas, fortalecer vínculos, aproximar realidades e fazer com que as informações cheguem a quem historicamente permanece distante dos meios de comunicação. Os grupos reconhecem a comunicação como espaço de acolhimento, resistência e criação de novas possibilidades.

Não se trata, entretanto, de uma esperança passiva. As contribuições aproximam a esperança da responsabilidade, do compromisso e da iniciativa. **A transformação pode começar com uma pequena atitude individual, mas precisa encontrar outras pessoas e tornar-se movimento coletivo.**

Ao lado da esperança, aparecem a inquietação, a indignação e, em algumas situações, o sentimento de impotência. Os participantes se mostraram afetados pela desinformação, pelos crimes ambientais, pela invisibilidade dos povos e das comunidades, pela ausência de políticas públicas, pela dificuldade de acesso à informação e pela distância entre as estruturas comunicacionais e as realidades vividas nos territórios.

A indignação, nesse contexto, não é o contrário da esperança. Ela impede que a esperança se transforme em conformismo. É o sentimento que provoca perguntas, denúncias ausências e desperta a coragem necessária para agir. **A comunicação capaz de gerar mudanças precisa reconhecer as feridas da humanidade, denunciar aquilo que ameaça os povos e a Casa Comum e, ao mesmo tempo, anunciar possibilidades de transformação.**

### Do “eu” ao “nós”

Outro eixo recorrente é o pertencimento, onde a comunicação transformadora foi relacionada à possibilidade de fazer parte de algo, construir vínculos e reconhecer-se como sujeito de uma caminhada coletiva. Em diversas contribuições, o pertencimento aparece associado à educomunicação, à participação das juventudes, à vida comunitária, ao rádio, à espiritualidade e à missão evangelizadora.

Uma das formulações dos grupos sintetiza esse movimento: **“O ‘eu’ dá lugar ao ‘nós’.”** A mudança pode começar na consciência individual, mas encontra sua força na coletividade. As redes, os projetos, as pastorais e as comunidades são compreendidos como espaços nos quais experiências diferentes se encontram e passam a colaborar em torno de objetivos comuns.

Essa perspectiva também ajuda a **compreender a comunicação como comunhão**. Para os participantes, comunicar não significa apenas transmitir conteúdos religiosos ou divulgar atividades institucionais. Significa construir

relações inspiradas no Evangelho, no serviço, na fraternidade e no compromisso com a verdade. A comunicação torna-se uma maneira de viver a fé e participar da missão da Igreja.

Nesse processo, os jovens aparecem como sujeitos fundamentais. Os registros indicam a necessidade de criar espaços para que suas ideias, sentimentos, linguagens e capacidades sejam reconhecidos. Mais do que destinatários das mensagens, eles devem participar da formação, da produção dos conteúdos, das decisões e das ações desenvolvidas nas comunidades. **O protagonismo juvenil é compreendido como condição para renovar a comunicação e garantir a continuidade dos processos comunitários.**

### **Escutar é o primeiro gesto da comunicação**

A escuta ocupa lugar central nas contribuições, praticamente todos os grupos afirmaram que a comunicação que transforma precisa sair das próprias bolhas, aproximar-se das comunidades, conhecer diferentes realidades e compreender as necessidades das pessoas antes de decidir o que será comunicado.

**Escutar significa ir ao encontro, conviver e permitir que as experiências dos outros questionem certezas estabelecidas.** Significa conhecer as histórias domésticas, os desafios das pastorais, as dificuldades das comunidades rurais e urbanas, as culturas dos povos originários, as realidades das pessoas que não têm acesso à internet e as diferentes condições de participação na vida comunitária.

Embora alguns registros empreguem a expressão **“dar voz”**, o conjunto das reflexões aponta para uma compreensão mais profunda: as pessoas, os povos e as comunidades já possuem suas próprias vozes. O desafio da comunicação consiste em criar condições efetivas de escuta, participação e circulação dessas narrativas, amplificando-as para que possam alcançar outros espaços e participar da construção da realidade social.

Os participantes manifestaram inquietação diante das barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência, pessoas surdas, pessoas neurodivergentes e grupos que não se reconhecem nas linguagens predominantes. **Uma comunicação verdadeiramente social e comunitária precisa considerar diferentes formas de perceber, compreender e interagir com o mundo.**

Isso exige linguagem acessível, diversidade de formatos, respeito às culturas e uso complementar dos meios. Redes sociais, rádio, comunicação presencial, materiais impressos, recursos audiovisuais e outras tecnologias

precisam ser escolhidos de acordo com as características de cada público e território. A inclusão não consiste apenas em ampliar o alcance de uma mensagem já pronta, mas em envolver diferentes sujeitos na própria construção da comunicação.

### Ética, verdade e responsabilidade

Os grupos também destacaram que **comunicar é assumir responsabilidade pelas consequências daquilo que se produz, publica e compartilha**. Essa preocupação envolve a veracidade das informações, o cuidado com imagens, vídeos e registros de celebrações, o respeito aos espaços litúrgicos, a compreensão das culturas locais e o discernimento diante dos conteúdos que circulam nas plataformas digitais.

A comunicação precisa ser objetiva e acessível, mas não pode ser superficial. Precisa adaptar suas linguagens sem abandonar sua essência. A informalidade pode aproximar, desde que seja acompanhada de respeito, responsabilidade e consciência sobre o contexto no qual a mensagem será recebida.

Os registros mostram que a credibilidade não depende apenas da qualidade técnica. Ela nasce da coerência entre discurso e prática, por isso, não basta falar de acolhimento, participação, solidariedade ou cuidado se as próprias práticas comunicacionais reproduzem exclusões, julgamentos e relações autoritárias.

Uma das sínteses produzidas pelos grupos afirma que **“não são os meios os mais importantes, mas a intencionalidade”**. A tecnologia pode ampliar o alcance, facilitar conexões e abrir novas possibilidades de mobilização, mas não substitui a presença, a sensibilidade e o conhecimento da realidade. Um equipamento sofisticado não assegura uma comunicação humana; do mesmo modo, meios considerados tradicionais, como o rádio, continuam gerando acolhimento, confiança e proximidade.

### Comunicação, fé e cuidado com a Casa Comum

A espiritualidade atravessa toda a cartografia afetiva construída na primeira rodada de reflexão nos Rios Temáticos. Os participantes compreendem a criação como responsabilidade compartilhada e relacionam a missão comunicacional ao cuidado com a vida. **Comunicar a ecologia integral significa reconhecer que pessoas, comunidades, culturas, territórios e natureza estão profundamente interligados.**

O cuidado com a Casa Comum aparece como expressão da fé e como responsabilidade prática. Ele se manifesta na educação ambiental, na mudança de hábitos, no consumo consciente, na substituição de materiais descartáveis, no apoio às comunidades atingidas por crimes ambientais e na valorização dos saberes de povos que historicamente cuidam dos territórios.

Os grupos também reconheceram a necessidade de **comunicar as realidades amazônicas para além dos acontecimentos extremos**. Queimadas, mineração, contaminação, destruição dos territórios e violações de direitos não podem receber atenção apenas nos momentos de tragédia. Uma comunicação comprometida precisa acompanhar os processos, escutar quem vive essas realidades e contribuir para a formação de uma consciência permanente sobre o cuidado da criação.

Nesse horizonte, **a Pastoral da Comunicação é percebida como ponte e sua missão não se reduz ao registro fotográfico das celebrações ou à divulgação de eventos**. Ela pode: conectar pastorais, movimentos, comunidades e diferentes gerações; colaborar com processos educativos; ampliar o conhecimento sobre as realidades locais; mobilizar para ações de solidariedade; e ajudar a Igreja a atuar de maneira mais próxima, participativa e transformadora.

**Quadro 2 - Cartografia Afetiva das Nascentes**

| Sentimento que emerge | Valor que o sustenta                        | Movimento que inspira                              |
|-----------------------|---------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| <b>Amor</b>           | Fraternidade e cuidado                      | Construir relações comprometidas com a vida        |
| <b>Coragem</b>        | Disposição para servir                      | Sair das estruturas fechadas e ir ao encontro      |
| <b>Empatia</b>        | Escuta e acolhimento                        | Conhecer as pessoas e adaptar linguagens e meios   |
| <b>Esperança</b>      | Confiança na possibilidade de transformação | Começar pequenas ações e multiplicá-las            |
| <b>Humildade</b>      | Abertura ao aprendizado                     | Escutar antes de ensinar ou comunicar              |
| <b>Indignação</b>     | Justiça e compromisso profético             | Denunciar violações e enfrentar silenciamentos     |
| <b>Inquietação</b>    | Consciência crítica                         | Questionar práticas que não produzem transformação |

|                         |                            |                                                |
|-------------------------|----------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Pertencimento</b>    | Comunhão e participação    | Passar do “eu” ao “nós”                        |
| <b>Responsabilidade</b> | Ética, verdade e coerência | Cuidar do que se produz, publica e compartilha |
| <b>Solidariedade</b>    | Interdependência           | Articular pessoas, redes e comunidades         |

Fonte: elaborado pelos autores

Os sentimentos compartilhados não permanecem no plano individual. Eles se transformam em valores que orientam escolhas e em motivações que impulsionam práticas. A esperança convoca à iniciativa; o pertencimento conduz à participação; a indignação desperta o posicionamento; a empatia exige inclusão; a responsabilidade sustenta a ética; e a fé se concretiza no cuidado com as pessoas e com a Casa Comum.

**A TRANSFORMAÇÃO COMUNICACIONAL NÃO COMEÇA EM UMA PLATAFORMA, EM UM EQUIPAMENTO OU EM UMA TÉCNICA. ELA NASCE DE UMA DISPOSIÇÃO INTERIOR E COLETIVA: SENTIR-SE RESPONSÁVEL, ESCUTAR COM HUMILDADE, INDIGNAR-SE DIANTE DAS INJUSTIÇAS, RECONHECER A DIVERSIDADE, CULTIVAR A ESPERANÇA E AGIR EM COMUNHÃO.**

Das nascentes das experiências pessoais começam, assim, a formar-se correntes coletivas. O passo seguinte será compreender o que aconteceu quando essas águas se encontraram: quais realidades tocaram mais profundamente os grupos, quais certezas foram deslocadas e que novas percepções nasceram da escuta das diferentes experiências.

## CAPÍTULO 21

**CORRENTEZAS: O QUE A ESCUTA NOS REVELOU SOBRE  
IMPACTOS, DESCOBERTAS, CONFLITOS E MUDANÇAS DE  
PERCEPÇÃO***Ricardo Alvarenga*

Se as Nascentes expressam aquilo que inicialmente moveu os participantes, as Correntezas representam o movimento provocado pelo encontro com as experiências e percepções dos outros. A segunda rodada da dinâmica foi dedicada justamente a esse deslocamento: não mais apenas reconhecer o que cada pessoa trazia consigo, mas perceber aquilo que a escuta das demais falas despertava, questionava ou transformava. A pergunta que orientou esse momento foi:

**O QUE MAIS ME TOCOU OU IMPACTOU NOS RELATOS QUE OUVI  
NA PRIMEIRA RODADA? QUE SENTIMENTOS OU NOVAS  
PERCEPÇÕES ISSO DESPERTOU EM MIM?**

As respostas mostram que a aprendizagem não aconteceu apenas por meio da aquisição de novos conhecimentos. Ela nasceu do contato entre trajetórias diferentes, do reconhecimento de problemas compartilhados e da percepção de que realidades aparentemente distantes estão profundamente conectadas. Ao escutarem uns aos outros, os participantes reconheceram limites, ampliaram perspectivas e reformularam sua própria compreensão da comunicação.

Assim, as Correntezas representam aquilo que a escuta colocou em movimento. Elas revelam os impactos provocados pelas partilhas, as descobertas que nasceram do diálogo, os conflitos evidenciados pelas experiências e as mudanças de percepção que começaram a ocorrer ao longo da reflexão coletiva.

**Escutar é permitir-se mudar**

**A escuta apareceu nas contribuições como uma atitude capaz de gerar deslocamentos pessoais e coletivos.** Não se trata apenas de ouvir palavras, mas de acolher experiências que podem questionar certezas, revelar aspectos antes invisíveis e transformar modos de pensar e agir. Entre os registros, aparecem formulações como: **“Escutar é estar aberto ao novo, àquilo que o outro traz”**; **“As partilhas me fizeram perceber realidades que eu não conhecia”**; **“A fala do outro nos ajuda a olhar para nós mesmos”** e **“A escuta verdadeira gera mudança”**.

Essas expressões indicam que o encontro com o outro foi compreendido como uma experiência formativa. Cada relato compartilhado ofereceu a possibilidade de ampliar a leitura da realidade. Ao entrar em contato com histórias de diferentes territórios, culturas e comunidades, os participantes perceberam que a comunicação transformadora começa pela disposição de escutar aquilo que não é imediatamente familiar.

Essa escuta exige abertura. Ela pressupõe reconhecer que ninguém possui sozinho todas as respostas e que a construção de caminhos para a transformação social depende da articulação entre diferentes saberes e experiências. Nessa perspectiva, **escutar não é uma atitude passiva**. É um exercício de humildade, discernimento e corresponsabilidade.

### **Da invisibilidade ao reconhecimento**

Um dos impactos mais recorrentes nas reflexões foi a descoberta de realidades, pessoas e grupos que permanecem invisibilizados nos processos comunicacionais. **A escuta revelou que muitas vozes continuam sendo desconsideradas ou silenciadas**, mesmo quando tratam diretamente das situações que afetam seus territórios e modos de vida.

As contribuições destacaram especialmente a necessidade de reconhecer as vozes dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, das populações ribeirinhas, das mulheres, das juventudes e das pessoas em situação de vulnerabilidade. **“Precisamos enxergar aqueles que não aparecem”**; **“Os povos originários têm muito a nos ensinar”**; **“É necessário ouvir as comunidades antes de falar por elas”**; **“Muitas pessoas não encontram espaço para contar suas próprias histórias”**.

Ao escutar essas experiências, os participantes foram levados a questionar práticas comunicacionais baseadas na representação do outro sem a sua participação. A comunicação deixa de ser produzida apenas sobre os territórios e passa a ser pensada com as pessoas que neles vivem.

Essa mudança desloca a compreensão do comunicador como alguém que concede voz. Os grupos reconheceram que as comunidades já possuem voz, conhecimentos, formas próprias de expressão e capacidade de narrar suas realidades. O que frequentemente lhes falta é acesso aos meios, reconhecimento público e participação nos espaços de decisão. A descoberta central é que **democratizar a comunicação não significa falar em nome dos grupos invisibilizados, mas criar condições para que eles próprios ocupem os espaços de produção, circulação e interpretação das narrativas.**

### **A diversidade como riqueza e desafio**

A escuta das diferenças também foi reconhecida como uma das experiências mais marcantes da dinâmica. Os relatos revelaram a diversidade de contextos, culturas, trajetórias, práticas pastorais e modos de compreender a comunicação. **“Somos diferentes, mas buscamos objetivos comuns”; “A diversidade não nos afasta; ela amplia nossa visão”; “Cada realidade apresenta desafios próprios”; “O encontro de diferentes experiências fortalece o coletivo”.**

As diferenças foram percebidas como fonte de aprendizado, mas também como desafio. Escutar perspectivas distintas exige superar preconceitos, abandonar respostas prontas e aprender a conviver com tensões. Nem sempre as experiências podem ser harmonizadas imediatamente. Algumas revelam conflitos sociais, culturais, econômicos e políticos que precisam ser reconhecidos e enfrentados.

Nesse sentido, a escuta não elimina as diferenças nem busca produzir uma falsa uniformidade. Ela cria condições para que distintos saberes sejam colocados em relação. **A unidade nasce não da supressão das singularidades, mas da capacidade de construir objetivos comuns sem negar a pluralidade dos sujeitos e dos territórios.**

### **Os territórios como lugares de conhecimento**

Outra mudança de percepção foi o reconhecimento dos territórios como espaços de produção de saberes, identidades, resistências e modos de vida. Os relatos ajudaram a compreender que os territórios não podem ser reduzidos a cenários geográficos ou reservas de recursos naturais. **“O território guarda memória, cultura e pertencimento”; “É nas comunidades que encontramos muitas respostas”; “Precisamos conhecer a realidade antes de propor soluções”; “Cada território possui uma forma própria de comunicar”.**

A escuta das experiências locais permitiu reconhecer que muitas comunidades desenvolvem, há gerações, práticas de cuidado, cooperação, resistência e convivência com a natureza. Esses conhecimentos nem sempre são valorizados pelos discursos dominantes, mas oferecem contribuições importantes para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos.

Os participantes também perceberam que uma comunicação desconectada dos territórios corre o risco de reproduzir narrativas superficiais ou externas às comunidades. **Comunicar a partir do território exige presença, convivência, escuta e respeito às formas próprias de expressão das populações locais.**

Essa compreensão reforça a importância de uma comunicação situada, capaz de articular as questões globais com as experiências concretas das comunidades. **A Amazônia é território, mas também é memória, espiritualidade, cultura, luta e projeto de futuro.**

### **O poder transformador da comunicação comunitária**

As partilhas revelaram a força das experiências de comunicação comunitária, popular e alternativa. Rádios comunitárias, redes locais, iniciativas educacionais, encontros presenciais, celebrações, manifestações culturais e plataformas digitais foram reconhecidos como espaços de formação, mobilização e participação. **“A comunicação comunitária aproxima as pessoas”; “O rádio continua sendo essencial em muitas regiões”; “As redes podem fortalecer as lutas locais” e “Comunicar também é organizar a comunidade”.**

Essas experiências mostraram que a comunicação não depende apenas de grandes estruturas ou tecnologias sofisticadas. Muitas vezes, ela acontece por meio de práticas simples, baseadas na confiança, no vínculo e na participação das pessoas. O rádio foi reconhecido como meio de grande importância para as comunidades distantes e para os territórios com acesso limitado à internet. As redes digitais, por sua vez, permitem que grupos locais ampliem o alcance de suas narrativas, estabeleçam conexões com outras comunidades e façam circular informações que dificilmente encontrariam espaço nos meios tradicionais.

Ao mesmo tempo, as reflexões indicaram que nenhuma tecnologia é transformadora por si mesma. Seu sentido depende das intencionalidades, das relações que favorece e do projeto de sociedade ao qual está vinculada. **As mesmas plataformas que podem fortalecer a participação também podem reproduzir desigualdades, desinformação, violência e exclusão.**

### A comunicação não é neutra

A escuta das experiências levou os participantes a reconhecerem com maior clareza que toda prática comunicacional envolve escolhas. Selecionar uma pauta, escolher uma fonte, utilizar determinada linguagem, publicar uma imagem ou silenciar uma realidade são decisões que produzem consequências. **“Toda comunicação carrega uma intenção”; “Precisamos perguntar a quem nossa comunicação serve”; “A omissão também comunica” e “Comunicar exige responsabilidade”.**

Essa percepção evidencia um conflito fundamental: a comunicação pode contribuir para a transformação social, mas também pode reforçar estruturas de poder, preconceitos e formas de exploração. Mesmo quando afirma ser neutra, produz visibilidades e silenciamentos, legitima determinadas narrativas e enfraquece outras.

**A escuta também revelou a necessidade de maior cuidado ético com o uso das imagens, das histórias e dos testemunhos das comunidades. Não basta divulgar uma realidade. É necessário considerar como as pessoas são representadas, se participaram da construção da narrativa e quais consequências essa exposição pode gerar.**

A ética da comunicação, portanto, está vinculada ao compromisso com a dignidade, a verdade, a justiça e o cuidado. Comunicar é assumir responsabilidade pelos sentidos produzidos e pelas relações construídas.

### O direito à comunicação como condição de cidadania

Ao longo das partilhas, tornou-se evidente que o acesso aos meios de comunicação continua distribuído de forma desigual. Muitas comunidades permanecem sem infraestrutura adequada, sem conectividade e sem condições de produzir e divulgar suas próprias narrativas. **“Não basta ter acesso à informação; é preciso participar”; “A comunicação também é um direito”; “Quem controla os meios controla muitas narrativas”; “Precisamos democratizar a palavra”.**

A comunicação foi reconhecida como direito humano porque não basta receber informações: **é preciso participar da produção da informação, fazer circular conhecimentos e intervir nos debates públicos.** Quando poucas instituições concentram os meios e as plataformas, limitam-se às possibilidades de participação social e de representação da diversidade.

As reflexões também apontaram para as desigualdades de acesso às tecnologias. A ausência de internet de qualidade, equipamentos e formação digital impede que muitas pessoas participem plenamente dos processos comunicacionais contemporâneos. Dessa maneira, a luta pela democratização da comunicação envolve tanto a ampliação do acesso quanto o fortalecimento das capacidades locais de produção. Exige políticas públicas, formação, infraestrutura e reconhecimento das iniciativas comunitárias.

### Da comunicação de conteúdo à comunicação de vínculos

Um deslocamento importante foi a percepção de que comunicar não significa apenas produzir e transmitir conteúdos. A comunicação também é construção de vínculos, relações, confiança e pertencimento. **“Comunicar é criar pontes”; “O encontro presencial continua sendo necessário”; “As relações precisam vir antes das ferramentas”; “A comunicação começa no modo como tratamos as pessoas”.**

Essa compreensão amplia o sentido da prática comunicacional. **Uma mensagem pode ser tecnicamente bem produzida, mas não gerar transformação se estiver desconectada da realidade e das relações comunitárias.** Por outro lado, práticas simples podem produzir impactos profundos quando nascem da proximidade, do diálogo e do compromisso mútuo.

Os vínculos fortalecem a capacidade de mobilização e ação coletiva. Quando as pessoas se reconhecem como parte de uma comunidade, tornam-se mais dispostas a compartilhar responsabilidades, enfrentar conflitos e construir soluções conjuntas. **A comunicação transformadora, assim, não se mede apenas pelo alcance de uma publicação ou pelo número de visualizações. Também se manifesta na qualidade das relações que ajuda a construir.**

### Espiritualidade que se torna compromisso

Os participantes reconheceram que a espiritualidade não pode permanecer separada das questões sociais, ambientais e comunicacionais. **“A fé precisa se traduzir em atitudes”; “Cuidar da criação é uma forma de viver o Evangelho”; “A espiritualidade fortalece nossa resistência” e “Comunicar pode ser expressão da fé”.** As reflexões mostraram que a espiritualidade ecológica conduz a uma responsabilidade concreta com a vida, com os territórios e com as pessoas mais vulneráveis. Ela não se limita à

contemplação da natureza, mas convida à defesa da Casa Comum e ao enfrentamento das estruturas que produzem destruição e desigualdade.

Ao mesmo tempo, a espiritualidade foi reconhecida como fonte de esperança e perseverança. Diante da gravidade das crises socioambientais, ela alimenta a capacidade de continuar agindo, mesmo quando os resultados não são imediatos. Essa mudança de percepção aproxima a fé e o compromisso social. **A comunicação passa a ser compreendida como uma forma de testemunho, serviço e cuidado.**

### Conflitos que a escuta tornou visíveis

As Correntezas não revelaram apenas descobertas harmoniosas. A escuta também tornou visíveis contradições, tensões e conflitos presentes nas práticas comunicacionais, nas relações institucionais e nas dinâmicas sociais que atravessam os territórios. Ao escutar as experiências dos demais, os grupos perceberam que a comunicação transformadora precisa lidar com dilemas concretos, muitas vezes difíceis de conciliar.

Entre essas tensões, destacaram-se:

- **A rapidez exigida pelas plataformas digitais e o tempo necessário para escutar, compreender e narrar uma realidade com responsabilidade;**
- **A busca por alcance, engajamento e visibilidade e o compromisso ético com a dignidade das pessoas representadas;**
- **A comunicação institucional e a participação efetiva das comunidades nos processos de produção, decisão e circulação das mensagens;**
- **O discurso sobre sustentabilidade e as práticas cotidianas que ainda reproduzem exclusão, desigualdade e destruição.**

Essas contradições indicam que a escuta não apenas confirma caminhos já conhecidos, mas também desinstala certezas. Ela mobiliza as pessoas e as instituições a reconhecerem limites, reverem práticas e enfrentarem incoerências entre aquilo que se anuncia e aquilo que se realiza. Nesse sentido, as Correntezas expressam o movimento da reflexão coletiva quando **a palavra do outro provoca deslocamentos, amplia percepções e revela que comunicar para transformar exige coerência, tempo, cuidado e compromisso ético.**

As contribuições também revelaram a dificuldade de transformar reflexões em ações concretas. Muitas pessoas reconhecem os problemas, mas encontram limites institucionais, falta de recursos, ausência de formação ou resistência às mudanças. Esses conflitos não foram vistos apenas como obstáculos, mas como sinais das áreas que precisam de maior atenção. Torná-los visíveis é parte do processo de transformação, pois permite identificar escolhas, rever práticas e buscar alternativas.

Ao longo da segunda rodada, percebe-se um deslocamento da visão individual para uma compreensão mais coletiva dos desafios. Os participantes reconheceram que muitas dificuldades vividas isoladamente fazem parte de problemas estruturais e compartilhados. **“Percebi que não estamos sozinhos”; “Nossas lutas estão conectadas”; “A transformação precisa ser coletiva”; “É necessário unir forças e trabalhar em rede”**. Essa mudança fortalece o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade. Quando as experiências são colocadas em relação, torna-se possível perceber conexões entre diferentes territórios e identificar possibilidades de cooperação.

**O coletivo não elimina a responsabilidade individual, mas a amplia.** Cada pessoa continua sendo chamada a rever suas escolhas e práticas, porém passa a compreender que mudanças profundas dependem também de articulação, organização e incidência social. **A escuta transforma experiências isoladas em conhecimento compartilhado e converte inquietações individuais em desafios comuns.**

As contribuições da segunda rodada podem ser organizadas em quatro dimensões: o impacto provocado pela escuta, o conflito que se tornou visível, a descoberta produzida pelo encontro e a mudança de percepção resultante do processo.

**Quadro 3 - Cartografia das Correntezas**

| Correnteza que nos atravessa   | O que a escuta revelou                                     | Conflito evidenciado                                     | Mudança de percepção                                            |
|--------------------------------|------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| <b>Comunicação comunitária</b> | Práticas locais mobilizam, formam e fortalecem comunidades | Falta de reconhecimento e apoio às iniciativas populares | A transformação também nasce de experiências simples e próximas |
| <b>Direito à comunicação</b>   | Participar da comunicação é                                | Concentração dos meios e                                 | Democratizar a palavra é                                        |

|                        |                                                                 |                                                                    |                                                               |
|------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
|                        | condição de cidadania                                           | desigualdade de acesso                                             | democratizar a sociedade                                      |
| <b>Diversidade</b>     | Diferentes experiências enriquecem a construção coletiva        | Preconceitos, uniformização e dificuldade de acolher diferenças    | A pluralidade fortalece os caminhos comuns                    |
| <b>Escuta</b>          | O outro amplia nossa compreensão da realidade                   | Falar sem ouvir e propor sem conhecer                              | Escutar é parte da ação transformadora                        |
| <b>Espiritualidade</b> | A fé pode sustentar o compromisso com a vida                    | Separação entre espiritualidade e ação social                      | Cuidar da Casa Comum é expressão da fé                        |
| <b>Ética</b>           | Toda comunicação produz consequências                           | Manipulação, exposição indevida e silenciamento                    | Comunicar é assumir responsabilidade                          |
| <b>Invisibilidade</b>  | Muitas vozes permanecem excluídas dos espaços comunicacionais   | Representar as comunidades sem sua participação                    | As pessoas devem narrar suas próprias realidades              |
| <b>Tecnologia</b>      | Ferramentas digitais ampliam conexões e visibilidade            | Exclusão digital, desinformação e uso instrumental das plataformas | A tecnologia depende do projeto humano e social que a orienta |
| <b>Território</b>      | Os territórios produzem conhecimentos, culturas e modos de vida | Narrativas externas e fora de contexto                             | Comunicar exige presença e vínculo com a realidade local      |
| <b>Vínculos</b>        | A transformação depende de relações de confiança                | Valorização excessiva das ferramentas e dos resultados             | Comunicar é construir relações                                |

Fonte: elaborado pelos autores

### O que as Correntezas nos ensinam

As Correntezas mostram que a escuta verdadeira não nos permite permanecer exatamente no mesmo lugar. As experiências compartilhadas tocaram certezas, revelaram conflitos e ampliaram o horizonte dos participantes.

**AO ESCUTAR AS COMUNIDADES, OS TERRITÓRIOS, AS JUVENTUDES, OS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS, AS MULHERES, OS COMUNICADORES POPULARES E AS DIFERENTES EXPERIÊNCIAS DE FÉ E COMPROMISSO SOCIAL, TORNOU-SE POSSÍVEL RECONHECER QUE A COMUNICAÇÃO TRANSFORMADORA NÃO NASCE DE RESPOSTAS PRONTAS. ELA NASCE DA ABERTURA PARA APRENDER, DA CORAGEM DE REVER PRÁTICAS E DA DISPOSIÇÃO PARA CONSTRUIR COM OS OUTROS.**

As mudanças de percepção registradas nesta etapa indicam um amadurecimento coletivo. A comunicação deixa de ser vista apenas como ferramenta de transmissão e passa a ser compreendida como direito, relação, responsabilidade, espiritualidade e prática política.

Entretanto, reconhecer essas mudanças ainda não é suficiente. As Correntezas precisam conduzir a algum lugar. As descobertas e os conflitos revelados pela escuta convidam os participantes a definir caminhos, prioridades e próximos passos. É nesse ponto que começam as Travessias.

## CAPÍTULO 22

**TRAVESSIAS: PARA ONDE QUEREMOS SEGUIR, NOSSOS CAMINHOS, PRIORIDADES E POSSIBILIDADES DE AÇÃO***Ricardo Alvarenga*

Se as Nascentes expressam aquilo que inicialmente moveu os participantes e as Correntezas revelam os deslocamentos provocados pela escuta, as Travessias representam o momento de escolher caminhos. Depois de reconhecer sentimentos, compartilhar experiências e ampliar percepções, os grupos foram convidados a refletir sobre os próximos passos que poderiam nascer daquele percurso. A pergunta que orientou a terceira rodada foi:

**PARA ONDE NOSSAS PARTILHAS ESTÃO APONTANDO?  
QUAL É O PRÓXIMO PASSO OU CAMINHO QUE, COMO COLETIVO,  
ESTAMOS SENDO CONVIDADOS A SEGUIR?**

As respostas demonstraram que os participantes não desejavam encerrar as reflexões no espaço do Muticom. As partilhas apontaram para a necessidade de transformar os aprendizados em processos formativos, articulações, projetos, práticas comunicacionais e ações comprometidas com os territórios.

As Travessias não constituem ainda uma agenda definitiva nem um conjunto fechado de compromissos. Elas expressam direções possíveis, prioridades reconhecidas e caminhos que precisam ser percorridos coletivamente. São passagens entre aquilo que foi sentido e compreendido e aquilo que poderá ser assumido como ação.

A leitura transversal das contribuições revela a recorrência de alguns verbos: **ESCUTAR, FORMAR, INCLUIR, ARTICULAR, PLANEJAR, PARTICIPAR, CUIDAR, COMUNICAR** e **AGIR**. Esses verbos indicam que a transformação desejada depende menos de iniciativas isoladas e mais da construção de processos capazes de envolver pessoas, comunidades, pastorais, movimentos, universidades, meios de comunicação e organizações sociais.

**Do reconhecimento à ação**

A primeira travessia apontada pelos grupos está na passagem da reflexão para a prática. Os participantes reconhecem que conhecer os problemas e sensibilizar-se diante deles são movimentos importantes, mas insuficientes quando não geram mudanças nas práticas pessoais, comunitárias e institucionais.

O caminho proposto consiste em transformar aquilo que foi aprendido em decisões, projetos e formas concretas de participação. Isso exige que cada pessoa retorne ao seu território disposta a compartilhar os conhecimentos construídos, rever suas práticas comunicacionais e mobilizar outras pessoas.

**A transformação não depende somente de grandes projetos. Pode começar em uma reunião comunitária, na escolha das fontes de uma reportagem, na criação de um espaço de escuta, na valorização de uma narrativa local, no cuidado com uma publicação ou na inclusão de pessoas que normalmente não participam dos processos de decisão.**

Entretanto, pequenas ações produzem resultados mais consistentes quando fazem parte de um horizonte comum. Por isso, a passagem do reconhecimento à ação requer planejamento, articulação e continuidade. Não basta realizar atividades pontuais. É necessário construir processos que possam ser acompanhados, avaliados e fortalecidos ao longo do tempo.

### **Formação para uma comunicação transformadora**

A formação aparece como uma das prioridades mais evidentes entre os caminhos indicados pelos participantes. As contribuições apontam para a necessidade de criar processos formativos permanentes que integrem conhecimentos técnicos, reflexão crítica, compromisso ético, espiritualidade e consciência socioambiental.

Essa formação não deve restringir-se ao domínio de ferramentas ou plataformas. Saber produzir um vídeo, conduzir uma entrevista, administrar uma rede social ou elaborar uma campanha é importante, mas a técnica precisa estar vinculada à compreensão das realidades sociais, culturais, políticas e ambientais nas quais a comunicação acontece.

**Formar para uma comunicação transformadora significa desenvolver a capacidade de escutar, interpretar contextos, verificar informações, reconhecer preconceitos, respeitar diferenças e compreender as consequências das narrativas produzidas.** Significa também conhecer o direito à comunicação, os princípios da comunicação comunitária, a ecologia integral e as formas de participação social. Os percursos

formativos precisam ser acessíveis e relacionados às necessidades dos territórios. Oficinas, encontros, intercâmbios de experiências, cursos, laboratórios comunitários e materiais pedagógicos podem ajudar a multiplicar os conhecimentos construídos durante o Muticom.

Também se destaca a importância da formação de formadores. Quando participantes capacitados compartilham o aprendizado em suas comunidades, o conhecimento deixa de estar concentrado e passa a circular. Desse modo, cada comunicador pode tornar-se multiplicador de práticas comprometidas com a transformação social.

### Fazer da escuta uma prática permanente

A escuta, reconhecida nas Correntezas como força capaz de provocar mudanças de percepção, aparece nas Travessias como uma prática que precisa ser incorporada aos processos comunicacionais. Antes de elaborar projetos, campanhas ou conteúdos, é necessário compreender as pessoas, os territórios e as realidades envolvidas. Isso pode acontecer por meio de rodas de conversa, visitas às comunidades, diagnósticos participativos, assembleias, fóruns, entrevistas e outros espaços de diálogo.

No entanto, a escuta não deve ocorrer apenas no início de uma ação. Ela precisa acompanhar todas as etapas do processo comunicacional:

- **Definição das prioridades:** escutar para compreender quais demandas são realmente importantes para as comunidades envolvidas;
- **Produção dos conteúdos:** construir mensagens, narrativas e materiais a partir das experiências, linguagens e saberes dos sujeitos participantes;
- **Circulação das mensagens:** pensar coletivamente os meios, formatos e canais mais adequados para alcançar os públicos e territórios;
- **Avaliação dos resultados:** retornar às comunidades para compreender os efeitos da ação, seus limites, aprendizados e possibilidades de continuidade.

Dessa maneira, as comunidades deixam de ser apenas destinatárias das iniciativas e passam a participar de sua construção. Esse caminho exige superar práticas nas quais comunicadores, instituições ou organizações chegam aos territórios com soluções previamente definidas. A comunicação comprometida

com a transformação social não impõe respostas. Ela constrói caminhos com as pessoas, reconhecendo seus conhecimentos, suas formas de organização e suas maneiras próprias de narrar a realidade.

Institucionalizar espaços de escuta também pode ajudar pastorais, movimentos, universidades e meios de comunicação a reconhecerem demandas que normalmente não aparecem em seus planejamentos. Escutar, nesse sentido, torna-se método de trabalho, escolha ética e forma concreta de participação.

### **Comunicar a partir dos territórios**

As Travessias apontam para uma comunicação enraizada nos territórios. Isso significa reconhecer que cada comunidade possui histórias, memórias, conflitos, linguagens, símbolos, conhecimentos e modos de vida que precisam ser considerados nos processos comunicacionais.

**Comunicar a partir dos territórios exige presença.** Não é possível compreender plenamente uma realidade somente por meio de dados, relatórios ou conteúdos disponíveis nas plataformas digitais. É necessário encontrar as pessoas, percorrer os espaços, observar as relações e conhecer as experiências que sustentam a vida comunitária.

Essa proximidade contribui para a produção de narrativas mais respeitadas e contextualizadas. Também permite identificar iniciativas de resistência, solidariedade e cuidado que nem sempre encontram visibilidade nos meios de comunicação. Uma das possibilidades de ação é realizar mapeamentos participativos das experiências comunicacionais existentes nos territórios. Rádios comunitárias, coletivos, lideranças, grupos culturais, comunicadores populares, projetos juvenis e iniciativas pastorais podem ser reconhecidos e articulados.

**Valorizar os territórios também significa reconhecer os saberes ancestrais e tradicionais como fontes legítimas de conhecimento. Povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, camponesas e outros grupos tradicionais não devem aparecer apenas como personagens das narrativas, mas como sujeitos capazes de interpretar suas realidades e produzir suas próprias formas de comunicação.**

### **Democratizar a palavra e ampliar a participação**

Outro caminho indicado pelos grupos é o fortalecimento do direito à comunicação. A participação social depende da possibilidade de acessar

informações, produzir narrativas, expressar opiniões e interferir nas decisões que afetam a vida coletiva. Democratizar a palavra significa ampliar os espaços para que diferentes grupos possam falar em seu próprio nome. Isso exige atenção especial às pessoas e às comunidades historicamente invisibilizadas, garantindo sua presença não apenas nos conteúdos, mas também nas instâncias de planejamento, produção e decisão.

**A ampliação da participação requer o enfrentamento das desigualdades de acesso às tecnologias, à internet e aos meios de comunicação. Em muitos territórios amazônicos, as distâncias geográficas e a ausência de infraestrutura dificultam a circulação de informações e limitam o exercício da cidadania.**

Por isso, as possibilidades de ação incluem apoiar rádios comunitárias, fortalecer meios populares, produzir conteúdos em diferentes formatos, utilizar linguagens acessíveis e defender políticas públicas de conectividade e democratização da comunicação.

A participação também depende da capacidade de reconhecer diferentes formas de expressão. A oralidade, a música, a dança, os rituais, as celebrações, as artes visuais e as narrativas ancestrais integram os processos comunicacionais das comunidades e precisam ser valorizadas.

### **Incluir para que ninguém fique à margem**

As contribuições indicam que a comunicação transformadora precisa ser inclusiva em sua linguagem, em seus meios e em seus processos de produção. Isso significa reconhecer as desigualdades que impedem determinados grupos de participar plenamente da vida social e comunicacional.

A inclusão não pode ser reduzida à presença simbólica de diferentes pessoas. Ela requer condições efetivas de participação e reconhecimento. **Mulheres, juventudes, povos originários, comunidades tradicionais, pessoas negras, pessoas com deficiência, populações periféricas e outros grupos historicamente excluídos precisam ocupar espaços de fala, decisão e liderança.**

Entre os caminhos possíveis estão a adoção de recursos de acessibilidade, a utilização de linguagem compreensível, a diversificação das fontes, a ampliação da representatividade e a criação de ambientes seguros para a participação. Também é necessário revisar narrativas que reforçam preconceitos, estereótipos e formas de discriminação.

Uma comunicação inclusiva reconhece as diferenças como parte constitutiva da vida coletiva e compreende que a diversidade amplia a

capacidade de interpretar a realidade e encontrar soluções. **Incluir significa, portanto, transformar as estruturas que definem quem pode falar, quem será ouvido e quais experiências serão consideradas relevantes.**

### **Utilizar criticamente as mídias e as tecnologias**

As tecnologias digitais foram reconhecidas como ferramentas importantes para ampliar conexões, mobilizar pessoas e ampliar a visibilidade de causas e territórios. Ao mesmo tempo, os participantes apontaram a necessidade de utilizá-las de maneira crítica, ética e responsável.

As plataformas não são espaços neutros, seus modelos de funcionamento podem favorecer a velocidade, a exposição, a polarização e a circulação de conteúdos falsos ou violentos. Por essa razão, apropriar-se das tecnologias exige compreender seus limites, interesses e impactos.

**A formação para o uso crítico das mídias aparece como uma possibilidade concreta de ação. Ela inclui a verificação de informações, a proteção de dados, a segurança digital, o enfrentamento da desinformação, o cuidado com imagens e testemunhos e a compreensão dos mecanismos que orientam a circulação dos conteúdos.**

Também é necessário evitar que a comunicação digital substitua completamente os encontros presenciais e as relações comunitárias. As plataformas podem aproximar pessoas e territórios, mas não devem enfraquecer os vínculos que sustentam a participação e a confiança.

O caminho indicado é combinar diferentes meios e linguagens: rádio, impresso, encontros comunitários, redes sociais, podcasts, vídeos, mensagens instantâneas e manifestações culturais podem ser articulados conforme as características e necessidades de cada realidade. **A tecnologia passa, assim, a ser compreendida como instrumento a serviço da vida, do bem comum e da participação, e não como finalidade em si mesma.**

### **Articular redes e superar o isolamento**

A articulação em rede aparece como uma das travessias mais importantes, pois muitas iniciativas comunicacionais desenvolvem trabalhos relevantes, mas permanecem isoladas, com poucos recursos e alcance limitado. A criação e o fortalecimento de redes permitem compartilhar conhecimentos, conteúdos, equipamentos, metodologias e estratégias. Também ajudam a ampliar a visibilidade das causas, proteger comunicadores que atuam em situações de conflito e construir ações conjuntas.

Trabalhar em rede não significa eliminar as particularidades das organizações, comunidades e territórios. Significa criar pontos de encontro nos quais diferentes experiências possam cooperar em torno de objetivos comuns, preservando suas identidades, saberes e modos próprios de atuação. Entre as possibilidades apontadas nas partilhas, destacam-se:

- **Formação de redes de comunicadores populares**, fortalecendo sujeitos que atuam diretamente nos territórios;
- **Criação de canais permanentes de intercâmbio**, para manter a circulação de informações, experiências e aprendizados;
- **Realização de campanhas conjuntas**, capazes de ampliar o alcance de pautas socioambientais, pastorais e comunitárias;
- **Compartilhamento de produções**, materiais, metodologias e estratégias comunicacionais;
- **Estabelecimento de parcerias** entre comunidades, universidades, pastorais, movimentos sociais, organizações e instituições.

A articulação em rede também favorece a incidência pública. Quando diferentes grupos se unem, suas reivindicações ganham força e podem alcançar espaços de decisão política, social, comunitária e eclesial. O Muticom demonstrou a potência do encontro entre pessoas, territórios e experiências distintas. **A travessia proposta é manter essas conexões vivas para além do evento, transformando contatos em vínculos, vínculos em cooperação e cooperação em compromisso coletivo.**

### **Fortalecer o protagonismo das juventudes**

As juventudes aparecem como sujeitos fundamentais para a continuidade e a renovação dos processos comunicacionais. Sua familiaridade com diferentes linguagens, plataformas e formas de mobilização pode contribuir para aproximar causas sociais, ambientais e eclesiais de novos públicos.

Entretanto, reconhecer o protagonismo juvenil não significa apenas atribuir tarefas operacionais aos jovens. É necessário garantir sua participação nas decisões, acolher suas perspectivas e criar condições para que desenvolvam projetos próprios. Laboratórios de comunicação, coletivos juvenis, processos de mentoria, oficinas, redes colaborativas e espaços de experimentação podem

favorecer esse protagonismo. **As juventudes precisam encontrar ambientes nos quais possam criar, aprender, questionar e assumir responsabilidades.**

Ao mesmo tempo, a participação juvenil deve ser articulada ao diálogo entre gerações. Os conhecimentos das pessoas mais velhas, as memórias das comunidades e os saberes ancestrais podem encontrar novas formas de circulação por meio das linguagens contemporâneas.

Essa aproximação permite que inovação e memória caminhem juntas. As juventudes contribuem com novos modos de comunicar, enquanto os mais velhos partilham experiências, histórias e conhecimentos que ajudam a preservar a identidade e a continuidade das comunidades.

### **Integrar comunicação e ecologia integral**

As Travessias mostram que a ecologia integral não deve ser tratada como uma pauta isolada ou ocasional. Ela precisa atravessar as escolhas, as práticas e os projetos comunicacionais. **Comunicar a ecologia integral significa relacionar os problemas ambientais às questões sociais, econômicas, culturais e espirituais.** A destruição dos rios, das florestas e dos territórios afeta diretamente a vida das pessoas, especialmente daquelas que dependem desses ambientes para sua sobrevivência material, cultural e comunitária.

**Entre os caminhos possíveis estão a ampliação da cobertura socioambiental, a valorização das experiências de cuidado, a denúncia de violações, a divulgação de alternativas sustentáveis e a participação das comunidades na produção das narrativas sobre seus territórios.**

As próprias organizações e iniciativas de comunicação também são chamadas a rever suas práticas. O uso responsável de recursos, o consumo consciente, a redução de desperdícios e a coerência entre o discurso e as ações integram o compromisso com a Casa Comum.

A ecologia integral convida a compreender que comunicar é cuidar das relações que sustentam a vida. Por isso, **não pode haver comunicação transformadora quando a dignidade das pessoas, a diversidade dos povos e o equilíbrio da natureza são desconsiderados.**

### **Planejar para garantir continuidade**

Uma preocupação recorrente nas contribuições é a necessidade de evitar que as iniciativas se encerrem após encontros, cursos, campanhas ou eventos. **A transformação social exige continuidade, acompanhamento e capacidade de avaliação.** Planejar significa definir objetivos,

responsabilidades, recursos, etapas e prazos. Também implica reconhecer os limites existentes e estabelecer prioridades possíveis para cada realidade.

**O planejamento participativo pode ajudar a transformar desejos amplos em ações realizáveis.** Quando as pessoas envolvidas contribuem para a definição dos caminhos, aumenta-se a corresponsabilidade e fortalecem-se as possibilidades de continuidade.

Registrar e avaliar as experiências também é importante. A documentação permite preservar a memória dos processos, reconhecer aprendizados, compartilhar metodologias e evitar que conhecimentos construídos coletivamente se percam.

A avaliação, por sua vez, não deve considerar apenas números, alcance ou visibilidade. Precisa observar a qualidade da participação, os vínculos construídos, as mudanças provocadas e a capacidade de fortalecer as comunidades. Essa travessia conduz de uma lógica baseada em ações pontuais para uma compreensão da comunicação como processo permanente.

### Organizar a esperança

**A esperança aparece nas Travessias não como expectativa passiva, mas como disposição para agir.** Diante das crises sociais, ambientais e comunicacionais, os participantes reconhecem que é necessário manter a capacidade de imaginar alternativas e construir respostas coletivas.

A espiritualidade contribui para sustentar essa caminhada. Ela fortalece a perseverança, alimenta o sentido comunitário e ajuda a compreender o cuidado com a Casa Comum como compromisso ético e expressão da fé.

**Organizar a esperança significa transformar indignação em mobilização, sofrimento em solidariedade e conhecimento em compromisso.** Significa reconhecer que nenhuma pessoa ou organização poderá enfrentar sozinha os desafios apresentados, mas que ações articuladas podem produzir mudanças.

Essa esperança não ignora os conflitos nem reduz a gravidade das ameaças. Ao contrário, nasce do reconhecimento da realidade e da decisão de não permanecer indiferente diante dela. A travessia exige coragem para começar, humildade para caminhar com os outros e perseverança para continuar mesmo quando os resultados não são imediatos.

**Quadro 4 - Cartografia das Travessias**

| Travessia que se apresenta         | Prioridade reconhecida                                       | Possibilidades de ação                                                              | Horizonte desejado                             |
|------------------------------------|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Articulação em rede</b>         | Superar o isolamento das iniciativas                         | Campanhas conjuntas, compartilhamento de conteúdos e parcerias                      | Maior cooperação, proteção e incidência        |
| <b>Direito à comunicação</b>       | Democratizar o acesso aos meios e à produção de informações  | Apoio às mídias comunitárias, defesa da conectividade e diversificação dos formatos | Cidadania comunicacional                       |
| <b>Ecologia integral</b>           | Integrar comunicação, justiça social e cuidado ambiental     | Cobertura socioambiental, denúncia de violações e divulgação de alternativas        | Defesa da vida e da Casa Comum                 |
| <b>Escuta</b>                      | Incorporar o diálogo aos processos comunicacionais           | Rodas de conversa, diagnósticos participativos e espaços permanentes de escuta      | Comunicação construída com as comunidades      |
| <b>Espiritualidade e esperança</b> | Sustentar o compromisso coletivo                             | Celebração, reflexão, cuidado comunitário e ação concreta                           | Perseverança e responsabilidade diante da vida |
| <b>Ética e verdade</b>             | Enfrentar a desinformação e proteger a dignidade das pessoas | Verificação, protocolos de cuidado e formação para leitura crítica das mídias       | Relações comunicacionais baseadas na confiança |
| <b>Formação</b>                    | Integrar técnica, ética,                                     | Cursos, oficinas, intercâmbios e                                                    | Comunicadores preparados e                     |

|                               |                                                                    |                                                                                       |                                                                   |
|-------------------------------|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
|                               | espiritualidade e consciência crítica                              | formação de multiplicadores                                                           | comprometidos com a transformação social                          |
| <b>Inclusão e diversidade</b> | Garantir a participação das pessoas historicamente invisibilizadas | Acessibilidade, representatividade e ambientes seguros de participação                | Comunicação plural e sem discriminação                            |
| <b>Juventudes</b>             | Ampliar a participação juvenil nos processos decisórios            | Coletivos, laboratórios, mentorias e projetos intergeracionais                        | Renovação das práticas e continuidade das experiências            |
| <b>Participação</b>           | Reconhecer comunidades como sujeitos da comunicação                | Planejamento colaborativo e participação nas decisões e produções                     | Protagonismo comunitário                                          |
| <b>Planejamento</b>           | Garantir continuidade às ações                                     | Definição de metas, responsabilidades, prazos, registros e avaliações                 | Processos sustentáveis e duradouros                               |
| <b>Tecnologias</b>            | Utilizar criticamente as plataformas digitais                      | Educação midiática, segurança digital e integração entre diferentes meios             | Tecnologia a serviço da vida e do bem comum                       |
| <b>Território</b>             | Produzir narrativas contextualizadas e enraizadas                  | Presença nas comunidades, mapeamento de experiências e valorização dos saberes locais | Comunicação situada e comprometida com as realidades territoriais |

Fonte: elaborado pelos autores

As contribuições da terceira rodada podem ser organizadas a partir dos caminhos indicados, das prioridades reconhecidas, das possibilidades de ação e das transformações desejadas.

### Travessias que nos aproximam

As Travessias mostram que os participantes não desejam apenas compreender melhor a comunicação, mas transformá-la. Os caminhos apontados articulam formação, escuta, participação, ética, territorialidade, inclusão, tecnologias, espiritualidade e compromisso socioambiental. A diversidade das propostas revela que não existe um único caminho para a transformação.

**CADA COMUNIDADE PRECISARÁ DISCERNIR SUAS PRIORIDADES, RECONHECER SUAS POSSIBILIDADES E CONSTRUIR RESPOSTAS ADEQUADAS À PRÓPRIA REALIDADE. ENTRETANTO, ALGUNS PRINCÍPIOS ATRAVESSAM TODAS AS CONTRIBUIÇÕES:**

- **NINGUÉM TRANSFORMA SOZINHO;**
- **A COMUNICAÇÃO PRECISA NASCER DA ESCUTA;**
- **AS COMUNIDADES DEVEM PARTICIPAR DAS DECISÕES;**
- **TODO PROCESSO COMUNICACIONAL PRECISA ESTAR COMPROMETIDO COM A DIGNIDADE HUMANA E COM O CUIDADO DA CASA COMUM.**

Seguir essas travessias significa transformar o Muticom em um processo que continua nos territórios. Os aprendizados construídos durante o encontro podem alimentar formações, projetos, redes, campanhas, práticas pastorais, iniciativas comunitárias e ações de incidência.

Os caminhos estão apontados, mas ainda precisam ser assumidos. A travessia começa quando cada participante reconhece sua responsabilidade e se dispõe a caminhar com os outros.

Quando essas diferentes possibilidades se encontram e se transformam em decisões compartilhadas, as Travessias conduzem ao Encontro das Águas: o momento em que os caminhos identificados se convertem em proposições e compromissos construídos coletivamente.

## CAPÍTULO 23

**ENCONTRO DAS ÁGUAS: COMPROMISSOS QUE EMERGEM EM UMA AGENDA COLETIVA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL***Ricardo Alvarenga*

O Encontro das Águas completa o percurso da Cartografia das Confluências. Nas Nascentes, os participantes reconheceram os sentimentos, valores e motivações que os impulsionavam. Nas Correntezas, a escuta das diferentes experiências provocou descobertas, conflitos e mudanças de percepção. Nas Travessias, os grupos identificaram caminhos, prioridades e possibilidades de ação. Agora, essas diferentes águas se encontram e dão origem a uma agenda coletiva de transformação.

**A IMAGEM DO ENCONTRO ENTRE OS RIOS NEGRO E SOLIMÕES AJUDA A COMPREENDER ESSE MOVIMENTO. SUAS ÁGUAS POSSUEM CORES, TEMPERATURAS, VELOCIDADES E CARACTERÍSTICAS DISTINTAS. DURANTE VÁRIOS QUILOMETROS, SEGUEM LADO A LADO, SEM QUE UMA ELIMINE A IDENTIDADE DA OUTRA. AINDA ASSIM, ENCONTRAM-SE E PASSAM A FORMAR UM CURSO COMUM.**

Do mesmo modo, as contribuições dos participantes nasceram de diferentes territórios, culturas, experiências profissionais, práticas pastorais, formas de espiritualidade e modos de compreender a comunicação. A construção coletiva não suprimiu essas diferenças. Ao contrário, permitiu que fossem colocadas em relação e convergissem em torno de preocupações, princípios e compromissos compartilhados.

Ao final das três rodadas de reflexão, cada grupo elaborou uma síntese com proposições e compromissos práticos. Esses registros não representam decisões individuais nem constituem uma resolução formal do 14º Muticom. A agenda apresentada neste capítulo resulta da sistematização transversal das formulações coletivas, procurando preservar os sentidos recorrentes e as direções apontadas pelos participantes.

O Encontro das Águas expressa, portanto, aquilo que pode ser assumido como horizonte comum. Mais do que uma lista de tarefas, esta agenda reúne

compromissos **éticos, comunicacionais, comunitários, pastorais, espirituais** e **socioambientais** que podem orientar ações em diferentes realidades. **A leitura transversal dos 232 registros permite identificar um movimento que parte das inquietações pessoais, passa pelo reconhecimento dos problemas coletivos e chega à formulação de possibilidades concretas de ação.** Esse movimento revela que os participantes não desejavam encerrar as reflexões no espaço do Muticom, mas levá-las aos seus territórios, comunidades, pastorais, instituições, movimentos e meios de comunicação.

Os compromissos não aparecem como respostas prontas ou soluções universais. Eles indicam direções que precisarão ser adaptadas às condições de cada realidade. Uma comunidade ribeirinha, uma paróquia urbana, uma rádio comunitária, uma universidade, uma pastoral, um coletivo juvenil ou uma organização social possuem necessidades e possibilidades diferentes.

A agenda coletiva precisa, por isso, permanecer aberta. Sua finalidade não é determinar o que todos devem fazer da mesma maneira, mas oferecer referências para que cada grupo possa reconhecer suas prioridades e construir respostas coerentes com seu território.

As contribuições podem ser reunidas em oito rotas de transformação. Elas não constituem etapas rígidas nem precisam ser percorridas em uma ordem determinada. São caminhos interligados: a escuta conduz à inclusão; a formação fortalece a responsabilidade ética; a presença nos territórios orienta a escolha dos meios; a articulação em rede amplia o cuidado com a Casa Comum.

### Oito rotas de transformação

As contribuições dos participantes apontam caminhos concretos para fortalecer uma comunicação comprometida com a ecologia integral, a justiça social e o cuidado com a Casa Comum. Para facilitar a leitura e favorecer o uso formativo deste material, as oito rotas de transformação foram organizadas em cinco dimensões: **o que significa, por que importa, como colocar em prática, pergunta para reflexão e compromisso.**

#### PRIMEIRA ROTA - ESCUTAR ANTES DE COMUNICAR

**O que significa** - Assumir a escuta como princípio e método da comunicação. Antes de produzir conteúdos, campanhas ou estratégias, é necessário conhecer as pessoas, os territórios, os conflitos e as experiências que atravessam suas vidas.

**Por que importa** - A comunicação corre o risco de se tornar distante, superficial ou impositiva quando não nasce da escuta. Escutar permite reconhecer necessidades reais, acolher experiências e compreender como as pessoas se comunicam em seus próprios contextos.

#### Como colocar em prática

- Criar ambientes permanentes de diálogo;
- Realizar visitas às comunidades;
- Promover rodas de conversa e encontros entre pastorais;
- Desenvolver cartografias sociais;
- Fazer diagnósticos paroquiais, comunitários ou diocesanos;
- Garantir retorno às pessoas escutadas.

**Pergunta para reflexão** - As pessoas e comunidades que escutamos conseguem perceber que suas contribuições influenciam nossas decisões?

**Compromisso** - Construir processos comunicacionais nos quais a escuta esteja presente no planejamento, na produção, na circulação e na avaliação das ações.

### SEGUNDA ROTA – FORMAR PARA MULTIPLICAR

**O que significa** - Desenvolver processos continuados de formação que articulem conhecimentos técnicos, reflexão crítica, responsabilidade ética, espiritualidade e compromisso social.

**Por que importa** - A transformação não depende apenas do domínio de ferramentas. Ela exige pessoas preparadas para compreender realidades, produzir conteúdos com responsabilidade e multiplicar aprendizados em seus territórios.

#### Como colocar em prática

- Realizar oficinas, cursos e encontros formativos;
- Criar laboratórios de comunicação;
- Produzir materiais orientadores;
- Acompanhar agentes e equipes após as formações;
- Relacionar os conteúdos às situações concretas das comunidades;

- Valorizar os saberes que os participantes já possuem.

**Pergunta para reflexão** - Nossas formações ajudam as pessoas apenas a executar tarefas ou também a compreender criticamente a comunicação?

**Compromisso** - Formar multiplicadores capazes de compartilhar conhecimentos, fortalecer processos locais e ampliar o alcance da transformação.

## TERCEIRA ROTA – INCLUIR TODAS AS PESSOAS E CULTURAS

**O que significa** - Garantir que pessoas historicamente colocadas à margem participem dos processos de produção, representação e decisão na comunicação.

**Por que importa** - Uma comunicação transformadora não pode reproduzir exclusões. Ela precisa considerar desigualdades de gênero, raça, idade, classe social, território, deficiência, neurodivergência e acesso às tecnologias.

### Como colocar em prática

- Garantir acessibilidade nos conteúdos e eventos;
- Utilizar diversidade de linguagens;
- Respeitar culturas indígenas e comunidades tradicionais;
- Valorizar realidades urbanas, rurais, periféricas, ribeirinhas e amazônicas;
- Incluir diferentes sujeitos nos espaços de decisão;
- Evitar falar em nome das pessoas sem sua participação.

**Pergunta para reflexão** - Quem ainda não está presente nas nossas decisões, narrativas e espaços de comunicação?

**Compromisso** - Criar condições para que diferentes sujeitos comuniquem suas próprias experiências, culturas, memórias e modos de vida.

## QUARTA ROTA – COMUNICAR A PARTIR DOS TERRITÓRIOS

**O que significa** - Sair das estruturas fechadas e aproximar-se das comunidades, reconhecendo suas histórias, memórias, saberes, conflitos e iniciativas de cuidado.

**Por que importa** - Não é possível compreender uma realidade apenas por dados, documentos ou conteúdos digitais. A comunicação precisa nascer da presença, da convivência e do reconhecimento dos territórios.

#### **Como colocar em prática**

- Visitar comunidades e escutar suas lideranças;
- Observar relações, práticas e formas locais de organização;
- Valorizar histórias e memórias comunitárias;
- Reconhecer iniciativas de solidariedade, resistência e cuidado;
- Compartilhar a construção das narrativas com os sujeitos envolvidos;
- Evitar tratar os territórios apenas como cenário ou fonte de informação.

**Pergunta para reflexão** - Estamos comunicando com os territórios ou apenas falando sobre eles?

**Compromisso** - Construir uma comunicação com os territórios, baseada em presença, respeito aos saberes locais e autoria compartilhada.

### **QUINTA ROTA – HUMANIZAR AS TECNOLOGIAS E COMBINAR OS MEIOS**

**O que significa** - Utilizar tecnologias e meios de comunicação de maneira complementar, considerando as necessidades das pessoas, dos territórios e das mensagens.

**Por que importa** - Nenhuma tecnologia responde sozinha a todas as realidades. O rádio, os materiais impressos, o WhatsApp, as redes sociais e os encontros presenciais têm funções diferentes e podem se complementar.

#### **Como colocar em prática**

- Escolher os meios de acordo com os públicos e territórios;
- Usar rádio onde a internet é limitada;
- Produzir materiais impressos para quem não acessa plataformas digitais;

- Utilizar redes sociais e WhatsApp para circulação e articulação;
- Valorizar encontros presenciais para fortalecer vínculos;
- Avaliar riscos de exposição, desigualdade de acesso e dependência das plataformas.

**Pergunta para reflexão** - Estamos escolhendo as tecnologias porque elas servem às pessoas ou apenas porque geram alcance?

**Compromisso** - Discernir quais meios favorecem uma comunicação mais próxima, acessível, participativa e humana.

## SEXTA ROTA – COMUNICAR COM ÉTICA, VERDADE E RESPONSABILIDADE

**O que significa** - Assumir a clareza das informações, o enfrentamento da desinformação e a responsabilidade pelas consequências dos conteúdos produzidos.

**Por que importa** - Toda escolha comunicacional interfere na forma como pessoas, grupos e territórios são percebidos. Por isso, comunicar exige cuidado com fontes, imagens, depoimentos, contextos culturais e sentidos simbólicos.

### Como colocar em prática

- Verificar informações antes de publicar;
- Contextualizar acontecimentos;
- Diversificar fontes;
- Corrigir erros;
- Definir orientações para uso de imagens e depoimentos;
- Proteger consentimento, segurança e dignidade das pessoas;
- Respeitar símbolos, celebrações, rituais e práticas tradicionais.

**Pergunta para reflexão** - Nossos conteúdos fortalecem a confiança e a dignidade das pessoas ou apenas buscam visibilidade?

**Compromisso** - Orientar a comunicação pela verdade, pela clareza, pela responsabilidade e pelo cuidado com as pessoas retratadas.

## SÉTIMA ROTA – ARTICULAR REDES E FORTALECER A TRANSVERSALIDADE DA PASTORAL DA COMUNICAÇÃO

**O que significa** - Superar o isolamento das iniciativas e fortalecer a articulação entre pastorais, movimentos, organizações, universidades, meios comunitários e instituições.

**Por que importa** - A comunicação não deve ser reduzida à divulgação de eventos, avisos ou administração de redes sociais. Ela atravessa toda a vida da Igreja e pode contribuir para integrar ações, mobilizar comunidades e fortalecer a missão.

#### **Como colocar em prática**

- Apoiar iniciativas já existentes;
- Promover encontros regionais;
- Compartilhar materiais e metodologias;
- Realizar campanhas conjuntas;
- Criar canais permanentes de intercâmbio;
- Dialogar com pastorais, organismos e movimentos;
- Participar dos processos de planejamento comunitário e pastoral.

**Pergunta para reflexão** - A comunicação está integrada à vida das comunidades ou permanece isolada em tarefas operacionais?

**Compromisso** - Transformar contatos em vínculos, vínculos em cooperação e cooperação em compromisso coletivo.

### **OITAVA ROTA – TRANSFORMAR O CUIDADO COM A CASA COMUM EM PRÁTICA**

**O que significa** - Fazer da ecologia integral uma prática cotidiana, e não apenas um tema de campanhas, encontros ou documentos.

**Por que importa** - Os problemas ambientais estão ligados às desigualdades sociais, aos modelos econômicos, às culturas e às condições de vida das populações. A destruição dos rios, das florestas e dos territórios atinge com mais força os povos e comunidades que dependem diretamente desses ambientes.

#### **Como colocar em prática**

- Desenvolver ações de educação ambiental;
- Criar campanhas permanentes;

- Adotar práticas sustentáveis nas instituições;
- Produzir conteúdos que relacionem fé, direitos humanos, territórios e ecologia integral;
- Denunciar violações;
- Acompanhar políticas públicas;
- Valorizar iniciativas de cuidado nos territórios;
- Rever desperdícios e incoerências institucionais.

**Pergunta para reflexão** - Existe coerência entre aquilo que comunicamos sobre a Casa Comum e aquilo que praticamos no cotidiano?

**Compromisso** - Comunicar a gravidade da crise socioambiental sem eliminar a esperança, tornando visíveis alternativas, resistências e práticas concretas de cuidado com a vida.

## Uma agenda aberta, situada e coletiva

As oito rotas constituem uma agenda coletiva porque nasceram da escuta e da sistematização das contribuições dos participantes. Entretanto, não representam um programa fechado nem determinam que todas as comunidades desenvolvam as mesmas ações.

Cada território poderá reconhecer quais rotas são mais urgentes, quais iniciativas já estão em andamento e quais compromissos podem ser assumidos de acordo com suas possibilidades. Em alguns contextos, a prioridade poderá ser a formação; em outros, a acessibilidade, o fortalecimento do rádio, a articulação entre pastorais ou a defesa de determinado território.

**AS ROTAS TAMBÉM NÃO DEVEM SER COMPREENDIDAS ISOLADAMENTE. A FORMAÇÃO PRECISA NASCER DA ESCUTA; A INCLUSÃO DEPENDE DA PRESENÇA NOS TERRITÓRIOS; O USO DAS TECNOLOGIAS EXIGE RESPONSABILIDADE ÉTICA; A ARTICULAÇÃO EM REDE FORTALECE A INCIDÊNCIA SOCIOAMBIENTAL; E O CUIDADO COM A CASA COMUM ATRAVESSA TODAS AS PRÁTICAS COMUNICACIONAIS.**

Para que essa agenda produza transformações, será necessário estabelecer objetivos, responsabilidades, etapas e formas de acompanhamento. Registrar as experiências, avaliar os processos e compartilhar os aprendizados permitirá que as iniciativas sejam fortalecidas e multiplicadas.

Os critérios de avaliação não devem considerar apenas alcance, números ou visibilidade. É necessário observar a qualidade da participação, os vínculos construídos, as pessoas incluídas, os conhecimentos compartilhados e as mudanças produzidas nas comunidades.

### Águas que continuam correndo

O Encontro das Águas não representa o encerramento do percurso. É o momento em que as diferentes contribuições convergem e começam a formar um curso comum. Não é necessário que todos realizem as mesmas atividades. O que une as diferentes iniciativas são os princípios compartilhados: **escuta, formação, inclusão, territorialidade, responsabilidade, articulação e cuidado com a vida.**

Assim como as águas dos rios percorrem territórios, alimentam comunidades e estabelecem conexões, os compromissos construídos durante o Muticom podem circular e encontrar novas formas de realização. Uma formação pode gerar um projeto; um projeto pode fortalecer uma rede; uma rede pode ampliar uma denúncia; uma denúncia pode mobilizar uma comunidade; e uma comunidade organizada pode transformar sua realidade.

O percurso que começou nos sentimentos e nas inquietações chega aos compromissos, mas não termina neles. Cada compromisso precisa encontrar pessoas, territórios, relações e práticas que lhe deem existência. As águas reunidas em Manaus continuam correndo. Elas seguem nas escolhas dos comunicadores, nos projetos das comunidades, nas iniciativas das juventudes, nas redes de solidariedade, nas lutas dos povos e nas ações de cuidado com a Casa Comum.

Que o Encontro das Águas não permaneça apenas como memória do que foi vivido, mas se transforme em fonte de participação, articulação e esperança. Que cada pessoa encontre seu lugar nessa corrente e contribua para fazer da comunicação um caminho de justiça, transformação social e sustentabilidade justa.

## CAPÍTULO 24

**COMPROMISSOS ASSUMIDOS EM ORAÇÃO POR  
TODOS OS PARTICIPANTES DO MUTICOM***Manaus, 28 de setembro de 2025*

No cenário do encontro das águas dos Rios Negro e Solimões, encerrou-se o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação. Inspirados pelas palavras do Cardeal Leonardo Steiner, partilhamos os compromissos assumidos em oração por todos os participantes. Que esta prece coletiva nos impulse na missão de comunicar a transformação socioambiental e o cuidado com a nossa Casa Comum.

**LOUVADO SEJAS, MEU SENHOR  
COMUNICAÇÃO E ECOLOGIA INTEGRAL: TRANSFORMAÇÃO  
E SUSTENTABILIDADE JUSTA**

“Louvado sejas, meu Senhor, por todas as tuas criaturas! Louvado sejas, meu Senhor, pelo irmão vento, pelo ar, ou nublado ou sereno, e todo o tempo, pelo qual às tuas criaturas dás sustento. Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã água, que é mui útil, humilde, preciosa e casta. Louvado sejas, meu Senhor, por nossa irmã, a mãe Terra, que nos sustenta e governa, e produz frutos diversos e coloridas flores e ervas.

As maravilhas da obra de vossas mãos, que nos encantam, despertam em nós, além do louvor, o desejo do compromisso com o cuidado dos irmãos e irmãs e o cultivo da Casa Comum.

Como comunicadores e comunicadoras, anunciamos Jesus Cristo Crucificado e Ressuscitado.

Nos responsabilizamos em comunicar a harmonia contemplada nas criaturas, que inspira relações de fraternidade universal. Na força do vosso amor, cuidaremos da vida e da beleza de todos os seres.

Como comunicadores e comunicadoras, despertaremos para relações fraternas, reconhecendo que tudo está interligado. Como comunicadores e comunicadoras, sairemos do domínio para a fraternidade; da destruição para o cuidado; da economia que mata para a Casa Comum.

Protegeremos a terra e não a depredaremos; semearmos a beleza, e não a poluição nem a destruição. Comunicaremos a vossa bondade criativa, na busca de converter e transformar os nossos corações e daqueles que buscam apenas benefícios à custa dos pobres e da terra.

Comunicaremos a paz para vivermos como irmãos e irmãs; ajudaremos a resgatar os abandonados e esquecidos, que são a pupila de vossos olhos.

Sustentai-nos, Senhor, no caminho da fraternidade, da justiça, do amor e da paz.”



Arquidiocese de  
**MANAUS**

